REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA



Volume XXVI NOVA FASE 2021 Primeiro Semestre

REVISTA DA

ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

Nova Fase Volume XXVI - 2021 Primeiro Semestre

e-ISSN: 2763-7301 | ISSN: 1676-1545

EQUIPE EDITORIAL

Editor

Amós Coêlho da Silva

Assessoria Técnica

Danilo Villela

CONSELHO EDITORIAL

- •Afrânio da Silva Garcia (UERJ / ABRAFIL)
- Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ / ABRAFIL)
- •Carlos Eduardo Falcão Uchôa (UFF / ABRAFIL)
- •Castelar de Carvalho (ABRAFIL / LICEU LITERÁRIO)
- •Ceila Maria Ferreira Batista (UFF / ABRAFIL)
- •Claudio Cezar Henriques (UERJ /ABRAFIL)
- •Domício Proença Filho (UFF /ABRAFIL)
- •Dulcileide Virginio do Nascimento Braga (UERJ / ABRAFIL)
- •Edila Vianna da Silva (UFF/ABRAFIL)
- •Evanildo Bechara (ABRAFIL / ABL / LICEU LITERÁRIO)
- •Fernanda Lemos de Lima (UERJ / ABRAFIL)
- •Fernando Ozório Rodrigues (UFF / ABRAFIL)
- •Flávio de Aguiar Barbosa (UERJ / ABRAFIL)

- •Francisco da Cunha e Silva Filho (UFRJ / ABRAFIL)
- •Hilma Pereira Ranauro (UFF / ABRAFIL)
- •Luíz César Saraiva Feijó (UERJ / ABRAFIL)
- •Luiza Leite Bruno Lobo (UFRJ / ABRAFIL)
- •Manoel Pinto Ribeiro (UERJ /ABRAFIL)
- •Marina Machado Rodrigues (UERJ / ABRAFIL)
- •Mauro de Salles Villar (ABRAFIL)
- •Maximiano de Carvalho e Silva (UFF / ABRAFIL)
- •Miriam Therezinha da M. Machado (UFF / ABRAFIL)
- •Nilda Santos Cabral (UFF / ABRAFIL)
- •Paulo César Costa da Rosa (UERJ / ABRAFIL)
- •Ricardo S. Cavaliere (UFF/ABRAFIL/L. LITERÁRIO)
- •Terezinha M. da F. P. Bittencourt (UFF / ABRAFIL)

Apoio editorial Academia Brasileira de Filologia

Diretoria Academia Brasileira de Filologia

Triênio: maio de 2021 a maio de 2024

Presidente Amós Coêlho da Silva

> Vice-presidente Deonísio da Silva

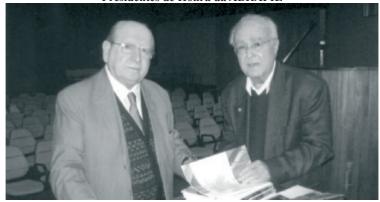
Primeiro Secretário Afrânio da Silva Garcia

Segundo Secretário Luiz Fernando Dias Pita

Tesoureiro Márcio Luiz Moitinha Ribeiro

Bibliotecário Flávio de Aguiar Barbosa

Presidentes de Honra da ABRAFIL



Professores Evanildo Bechara e Leodegário A. de Azevedo Filho

SUMÁRIO

EDITORIAL7
ENSAIOS
OS PROCESSOS DE CRIAÇÃO SÍGNICA EM LÍNGUA PORTUGUESA - TEREZINHA BITTENCOURT8
O QUE É SATIROTOPIA? - RAFAEL MAGNO DE PAULA COSTA 19
ECONOMIA E LINGUÍSTICA: O VALOR ECONÔMICO DA LÍNGUA PORTUGUESA - RICARDO CAVALIERE34
DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E ENSINO DE PORTUGUÊS: PROPOSTAS PARA A SALA DE AULA - EDILA VIANNA DA SILVA43
ATLAS ETNOLINGUÍSTICO DO ACRE - ALAC - LUÍSA GALVÃO LESSA KARLBERG53
O ENSINO DAS ORAÇÕES E CONJUNÇÕES CAUSAIS E EXPLICATIVAS: A INTERFACE NECESSÁRIA ENTRE SEMÂNTICA E MORFOSSINTAXE - AFRÂNIO DA SILVA GARCIA 69
PÍNDARO: O VOO DO CONDOR - MELISE SANTIAGO NASCIMENTO / AMÓS COÊLHO DA SILVA78
HOMENAGEM87
NOTICIÁRIO

RESENHA	93
SOBRE OS AUTORES	94

EDITORIAL

A Revista da Academia Brasileira de Filologia se apresenta, neste ano de 2021, além dos artigos disponibilizados no sumário, cujos currículos autorais estão no final, com a novidade do Guia do Usuário do Digital Object Identifier, abreviado na em forma de sigla, DOIs autorais.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2021

Amós Coêlho da Silva

ENSAIOS

Os processos de criação sígnica em língua portuguesa

Terezinha Bittencourt (UFF-ABRAFIL)

RESUMO:

Este trabalho visa a apresentar e discutir os processos linguísticos empregados, em língua portuguesa, para a criação de novos signos, através das regras do sistema e da metáfora.

Palavras-chave: sistema, metáfora, criatividade

Sign creation processes in Portuguese ABSTRACT:

This work aims to presente and discuss the linguistic processes used, in Portuguesa language, to create new signs, through the rules of the system and metaphor,

KEY WORDS: system, metaphor, criativity

O linguista Eugenio Coseriu, em seu já clássico e monumental estudo, "Sistema, norma e fala", no qual faz uma análise percuciente e de longo alcance da chamada dicotomia saussureana *langue/parole*, aponta as insuficiências e contradições encontradas, no que concerne aos referidos conceitos, na obra do mestre genebrino, e estabelece os dois níveis de formalização - norma e sistema -, partindo, para tanto, do falar concreto e, não, do nível abstrato da *langue*, contrariando, pois, nesse aspecto, a perspectiva sob a qual Saussure estabeleceu o conceito de *langue*.

Com o propósito de interpretar a referida dicotomia, Coseriu, fundamentando-se na afirmação de W. Humboldt de que a linguagem é *enérgeia* e, não, *érgon*, argumenta que isso deve ser interpretado, de conformidade com as ideias de Aristóteles, uma vez que Humboldt emprega as palavras técnicas do Estagirita e, não, as palavras *werk* (produto) e *tätigkeit* (atividade)². Quer isto dizer que a linguagem deve ser entendida como atividade criadora ou livre, isto é, uma atividade cujo objeto é necessariamente infinito, em todas as suas formas. Considerar, pois, a linguagem como *enérgeia* implica considerar qualquer ato de fala um ato inédito de criação absoluta, já que, em todas as

¹⁻ Coseriu, E. Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos,

²⁻ Coseriu, E. O homem e sua linguagem, p.22

situações de interlocução, há, por parte do falante e do ouvinte, complexas operações cognoscitivas, para a construção (por parte do falante) e reconstrução (por parte do ouvinte) – ou criação e re-criação -, do real através dos signos linguísticos e de suas relações com o contexto.

Na atividade linguística do quotidiano, o processo de criação não é percebido pelos interlocutores, porque, via de regra, fazem-se referências a elementos do real empírico previamente conhecidos por seus partícipes. Ademais, tais atos centram-se nas funções informativa ou apelativa da linguagem, - v.g. relatos de fatos, pedidos de informação ou de esclarecimentos – que, em virtude de sua própria finalidade, requerem uma única direção, ou melhor, necessitam que designação (relação dos signos linguísticos com o real), significado (conteúdo de língua) e sentido (conteúdo do discurso/texto) coincidam. Todavia, isso não quer dizer que não haja a criação de novos signos, pois, como já tivemos oportunidade de mostrar³, mesmo nos atos de fala banais do dia a dia, podem-se encontrar novas palavras, novas expressões criadas pelo falante e perfeitamente compreendidas pelo ouvinte e até por ele adotadas, já que o real extralinguístico que o instrumento verbal visa a apreender é sempre multifacetado e apresenta sempre perspectivas inéditas.

A linguagem é *enérgeia*, mas a criação linguística é sempre criação para o outro, estando, pois, a liberdade de criar novos signos cerceada pela dimensão da alteridade constitutiva da própria linguagem. Assim, para obedecer à finalidade comunicativa da linguagem, todos os novos signos são construídos de acordo com dois diferentes processos: a) com base em modelos previstos no sistema da língua (tradicionalmente conhecidos por "processos de formação de palavras"); b) através da metáfora ou criação por imagem.

Na língua portuguesa, o sistema admite três diferentes processos para a criação de novos signos: derivação, composição e decomposição. Na derivação, combinam-se a base (ou radical) com afixo e na composição e na decomposição, base com base. Exemplificando, com palavras recolhidas de diferentes tipos de texto (jornais, revistas, panfletos, cartazes): buzinaço, tarifaço, camelódromo, corruptódromo, bicicleata, carreata, empichar, deletar, chocólatra, sucólatra (palavras formadas por derivação); caronavirus (esta fantástica criação eu ouvi de um motorista de táxi que me explicou que o vírus contagiava, pegando "carona", nas pessoas e, por isso, recebeu tal nome), plandemia, fraudemia, silicosseio, propinoduto, showmicio, privataria, democradura, fracassomaníaco, aborrescente (palavras formadas por composição); São Gonçalo (município de São Gonçalo, Rio de Janeiro),

³⁻ Bittencourt, T. "O estudo do léxico nas aulas de língua portuguesa". In *Revista da Academia Brasileira de Filologia* nº XXV/2º semestre de 2020.

Niquite (município de Niterói), Sampa (cidade de São Paulo), fusca, micro, Unimed, ONU, ABRAFIL (palavras formadas por decomposição).

O recurso à metáfora para a criação de novos signos é altamente econômico, já que, diferentemente dos processos de criação por derivação e composição, com a criação por imagem não há necessidade de um novo significante, pois se aproveita um signo já em circulação e se lhe atribui um valor significativo suplementar. Dizendo de outro modo, na criação metafórica, uma palavra ou expressão que designa habitualmente determinado objeto passa a designar também outro diferente, sem perder a possibilidade da referência primeira. Encontram-se, assim, criações interessantíssimas feitas através desse processo, como as seguintes: *mala* (pessoa aborrecida), *orelhão* (telefone público), *aspirador* (pessoa viciada em cocaína).

Analisemos mais um exemplo, a fim de deixar clara nossa explicação. Recentemente, ouvimos de um colega, revoltado com a imposição do modelo produtivista que tomou conta das universidades brasileiras, obrigando o professor a aumentar quantitativamente o currículo com títulos de qualidade muitas vezes duvidosa, a expressão *catador de papel*, na seguinte frase: *Atualmente o professor é um catador de papel e, não, alguém cuja tarefa primordial é ensinar*. Ora, a expressão *catador de papel* só adquire valor metafórico (de "alguém que desempenha mecanicamente a tarefa de juntar papéis"), se a esse valor estiver vinculado o valor primeiro (de indivíduo que ganha a vida recolhendo papéis usados), de tal forma que, sem os dois valores condensados na expressão, o sentido da frase fica comprometido e sua expressividade se perde inteiramente.

Na metáfora, obedecendo-se, naturalmente, às regras previstas no sistema linguístico, não se criam propriamente formas novas, mas se aproveitam antigas formas, vinculando-se-lhes novos valores significativos, construídos através de imagens, associações subjetivas ou objetivas, fantasias feitas acerca de um dado objeto da realidade. Assim, a metáfora constitui um processo bastante econômico de se criarem novas unidades sígnicas, pois a realidade extralinguística sempre inédita e multifacetada de que os signos têm de dar conta é representada por expressões já existentes no sistema linguístico, que são aproveitadas, sendo reconstruídas apenas pelos novos valores que se lhes aderem.

Evidentemente que a justificativa para o processo metafórico na criação de palavras não reside primária e primeiramente na economia que lhe é inerente, mas no próprio caráter expressivo peculiar a tal processo. A linguagem é essencialmente atividade cognoscitiva, atividade através da qual o mundo é apreendido, representado, organizado e conhecido por meio de

significados. Estes, por seu turno, ao contrário da imagem que está sempre irreversível e indissoluvelmente ligada ao objeto que lhe deu origem (p.ex. a foto de uma pessoa está vinculado ao espaço de tempo em que tal objeto foi construído, refletindo, pois, a pessoa retratada naquele momento único de sua vida), são genéricos, multívocos, abrangendo de modo indiferenciado todo o universo. Por isso, o conhecimento linguístico, em virtude de determinadas circunstâncias próprias do ato concreto de fala, pode consubstanciar-se de maneira mais eficaz, se efetivar-se através de imagens, pois estas concretizam o objeto que, ao ser apreendido pelo significado, perde os traços peculiares de sua materialidade. É o que ocorre, por exemplo, com determinadas áreas da cultura de uma comunidade envoltas em proibições, crenças e tabus, como se dá, via de regra, com conceitos como morte, diabo, sexo, doença etc., para a designação dos quais se conta habitualmente com um número razoável de signos metafóricos, como ilustram as seguintes expressões referentes à morte: comer aipim pela raiz, abotoar o paletó, vestir o pijama de madeira; e referentes ao diabo: bicho ruim, homem-da-capa-preta, pé-de-bode, caetana.

A rigor, o processo de criação metafórica, em virtude da concretização de determinados conceitos, está de tal forma presente na atividade linguística, que preside, como mostra Pagliaro⁴, até mesmo à própria instauração do mundo dos deuses, que, na verdade, corporificam valores abstratos personificados. Por perceberem a força dessas imagens, ensina-nos o estudioso, é que, na Antiguidade, os romanos construíram templos à *Libertas*, à Fortuna Viril e Feminil e a tantos outros conceitos de menor monta e, na atualidade, os estadunidenses, lançando mão de análogo expediente, concretizaram o conceito vago, elástico e fluido de liberdade, na estátua gigantesca do porto de Nova Iorque, vinculando, assim, seu ideal de nação à referida ideia.

A criação metafórica, vale lembrar, embora ocorra com imenso vigor na obra literária, sobretudo na poesia, em decorrência do caráter dessa modalidade textual, cujo propósito é primariamente construir uma nova ordem semiótica, não se esgota nela. De fato, todo falante, em maior ou menor medida, utiliza o processo metafórico para, através das imagens envolvidas, apreender e categorizar determinados conteúdos cognoscitivos de forma a atribuir-lhes matizes de expressividade e alcançar efeitos comunicativos, para os quais a metáfora se apresenta como instrumento por excelência.

Entretanto, é certo que nem toda metáfora criada por um falante passa a circular entre os demais membros da comunidade, integrando, assim, o saber linguístico dos usuários, pois, para que isso ocorra, ou seja, para que o signo metafórico passe a pertencer à tradição linguística de uma comunidade,

⁴⁻ Pagliaro, A vida do sinal: ensaios sobre a língua e outros símbolos, p.25.

transformando-se em *fait de langue*, além da maior ou menor expressividade apreendida pelo novo signo e que, portanto, o transforma numa unidade com valor comunicativo importante, intervêm outros fatores, entre os quais sobressaem o prestígio do criador e, de certo modo vinculado a tal prestígio, a possibilidade de divulgação da nova unidade.

Lembramo-nos de haver lido certa feita, acerca da curiosa origem da palavra paquerar, sem podermos afirmar se o fato tem ou não sustentação. Contava o ator Zé Trindade que apreciava caçar pacas e costumava fazê-lo sempre que a oportunidade aparecia. Segundo ele, para que a caçada tivesse êxito e o animal não fugisse, era necessário ficar, durante longo tempo, observando-o e tentando, de certa forma, seduzi-lo. Esse ato que antecedia o apresamento do animal o ator denominava paquerar e, evidentemente que associando a mulher, objeto da sedução, à paca, criou a expressão paquerar, para designar os atos que preparam ou indicam para o outro a intenção de aproximar-se para viver uma situação amorosa. A palavra, como todos os adolescentes da geração dos sessenta/setenta do século passado sabiam, caiu no gosto popular e passou a circular entre os jovens para designar justamente o ato de seduzir o outro, homem ou mulher. Atualmente, como costuma ocorrer com o léxico que cobre esse campo semântico, a palavra caiu em desuso, certamente porque a imagem que lhe deu origem desapareceu e foi substituída por outra de maior expressividade, conforme o sentimento do falante.

Entretanto, se podemos, na hipótese de o referido relato ser verdadeiro - encontrar o autor da criação da palavra paquerar e acompanhar sua trajetória até vê-la incorporada aos hábitos linguísticos de nossa comunidade, na maior parte dos casos isso não é empiricamente possível. Tal dificuldade reside tão-somente no caráter evanescente e transitório decorrente da oralidade dos atos de fala do quotidiano, tornando quase impossível, excetuando-se alguns poucos casos, chegar aos criadores de signos metafóricos. Assim, palavras e expressões metafóricas de largo emprego em nossa linguagem corrente, como banana (indivíduo fraco, incapaz de tomar decisões), empada, pastel (indivíduo sem expediente), mula (indivíduo encarregado de fazer o transporte de drogas ilegais), periquita (moça que se veste com roupas caras), babaovo (bajulador, como o já desgastado puxa-saco), filé (substituto do antigo pão, qualificativo para "homem bonito"), chupeta do diabo (cigarro), vampiro (indivíduo explorador), perua (mulher que se enfeita excessivamente), loba (mulher a partir dos quarenta anos), piranha (pregador de cabelos com múltiplas hastes), avião (mulher exuberante), fritar (destruir uma candidatura), cozinhar (enganar com promessas ilusórias), queimar o filme (destruir uma reputação), cair a ficha (dar-se conta de algo), alugar um ouvido (falar incessantemente sobre tema desinteressante), jogar conversa fora (falar sobre assuntos sem importância), dar uma carteirada (empregar a posição de autoridade para obter algum tipo de favorecimento), segurar a onda (suportar determinada situação adversa), fazer o ouvido de penico (ouvir tolices), laranja (indivíduo encarregado de executar trabalhos proibidos, no lugar de outra pessoa), são expressões cunhadas pelos falantes com o objetivo nítido de dar caráter expressivo a conteúdos de consciência, o que fica comprovado com o fato de esses mesmos conteúdos já apresentarem uma designação na língua. Todavia, o uso intenso, além de provocar um desgaste, ocasionando a perda da expressividade, provoca também e em virtude mesmo desse desgaste a inserção da nova unidade na categoria de significado, com o esvaziamento da imagem e, para suprir tal lacuna, o falante cria nova designação.

Aliás, uma parte considerável de nosso vocabulário criou-se através do recurso às metáforas. Entre tais criações, vale lembrar as expressões construídas com imagens de partes do corpo humano, fonte inesgotável de fantasias, já que se constitui em ponto de referência para o que se encontra ao redor dos humanos. Sirvam de exemplos: pé-de-mesa, pé-de-boi, pé-demeia, pé-de-moleque, pé-de-valsa, pé-de-pato, pé-de-chinelo, pé-de-anjo, pé-rapado, pé-frio, pé-de-cabra, pé-de-atleta, pé-de-galinha, pé-de-página, mão-de-vaca, mão-boba, mão-branca, mãos-limpas, mão-de-ferro, mãoaberta, dente-de-coelho, dente-de-alho, cabeça-de-bagre, cabeça-de-melão, cabeça-de-prego, cabeça-de-ponte, cabeça-de-alfinete, cabeça-de-vento, braço do rio, braço de mar, braço-direito, olho-d'água, olho-de-boi, olhodo-furação, olho-de-sogra, coração-da-terra, coração-de-ouro, coração de pedra, boca da noite, boca do mato, boca-de-caçapa, boca-de-privada, dedo-de-moça, dedo de prosa, dedo-duro, língua-de-cobra, língua-de-trapo, língua-de-sogra, seios da face, barriga-de-tanque, barriga d'água, cara-depau, costas-quentes, peito do pé, perna-de-pau, orelha-de-livro, nariz-de-cera, cabelo nas ventas, cabelo-de-anjo, folha-de-rosto, unha-de-fome, umbigo da terra, dor-de-cotovelo, umbigo do mundo.

A lista, naturalmente, não é exaustiva e só leva em conta as criações feitas em sincronias mais recentes, pois, se retrocedermos no tempo e investigarmos mais atrás, encontraremos nomes metafóricos, com a imagem já esmaecida pelo uso, para designar muitas partes de nosso corpo, como *músculo* (ratinho), *úvula* (campainha), *menina-dos-olhos* (pupila), *perna* (presunto) etc.

Saindo da esfera do corpo, é curioso observar as imagens que presidiram à criação de palavras como *humildade* (do latim *humilis*, aquele que é da terra), *escravo* (indivíduo proveniente da etnia eslava, imagem

criada em decorrência do grande número de pessoas daquela origem que, numa determinada época, foram escravizadas), *verde* (*viride*, do latim, com o significado de vigoroso, jovem), *preto* (do latim *pressus, apertar*), *vermelho* (do latim *vermiculus*, "pequeno verme", referência à cochonilha). Tais imagens, apagadas em virtude da natureza do processo significativo, podem, com um pouco de esforço reflexivo, ser recuperadas, permitindo-nos ver a fantasia criadora que orientou seu nascimento.

A enumeração, é claro, pode prosseguir indefinidamente, pois, a qualquer momento, podemos ser surpreendidos por alguém que nos solte os cachorros, por ter perdido as estribeiras, fazendo uma tempestade num copo d'água e, para não darmos com os burros n'água, é sempre bom evitar que qualquer dá cá aquela palha se transforme na gota d'água; pois, realmente, ninguém tem sangue de barata nem é uma mosca morta e, se a vida não é um mar de rosas, temos de aprender a carregar a nossa cruz, sem ficar dando murro em ponta de faca ou malhando em ferro frio, já que a estrada da vida nos conduz invariavelmente à terra dos pés juntos.

As palavras, todavia, existem para serem usadas e reside justamente nessa circulação permanente, nesse uso múltiplo que dela fazem os falantes nos mais diversos atos de fala a causa de seu desgaste expressivo, com a consequente desvinculação ou apagamento da imagem criadora que lhes serviu de origem. Assim, por exemplo, nenhum falante, na atual sincronia do português, identifica nas palavras candidato e fracassar, respectivamente os significados de postulante a um cargo público que trajava vestimenta clara, para simbolizar a pureza de suas intenções; quebrar, partir.

Do mesmo modo, atualmente, ninguém dá o nome ao filho de *Vítor* ou de *Félix*, para, como os romanos da Antiguidade faziam, tentando ignorar a arbitrariedade do signo, atrair bons auspícios para seu destino. Entretanto, continuamos a seguir de perto os antigos nesse tortuoso caminho de superar a convencionalidade das palavras e, se já não vemos mais, num indivíduo de nome *Claudio*, alguém que manca ou claudica, nos apelidos continuamos a procurar incessantemente formas de atribuir a pessoas determinadas qualidades encontradas nas coisas, a fim de manifestarmos nossas sensações fantasiosas através de criativas associações, como ilustram essas alcunhas, com as quais alguns jovens de um determinado grupo social designavam seus colegas: *Bueiro, Três Bifes, Cabelo de Samambaia, Charuto, Tatu, Roseira, Barril, Boca de Sandália, Cocada, Formiga, Ratão, Rapadura.*

Os jovens, aliás, são grandes criadores de signos metafóricos e essa capacidade que todos possuem deveria ser aproveitada nas aulas de língua materna, para que os alunos usassem a metalinguagem – reflexão sobre a própria

linguagem – tão cara aos currículos de língua portuguesa, de maneira proveitosa e interessante, diferentemente da metalinguagem mecânica, utilizada, via de regra, como mero exercício de memorização de regras prescritivas, esquecidas tão logo o aluno sai do espaço escolar. Seria a metalinguagem criativa, ou seja, a reflexão que permite ao aluno perceber as regras constitutivas de seus discursos e as possibilidades que o sistema de sua língua lhe oferece para criar novas palavras e, consequentemente, novos mundos. Desse modo, a leitura de textos literários seria de fundamental importância, já que neles, como se pode constatar facilmente, a criação de novos signos com as regras do sistema ou com a imagem metafórica é permanente.

É certo, ademais, que determinadas áreas do convívio social exigem, em virtude de encerrarem um aspecto eminentemente pragmático, ou seja, da finalidade precípua de levar o outro a agir de certa maneira, para que o efeito manifestado no discurso seja mais eficaz, exigem a criação de novas unidades metafóricas a todo momento. É o que se verifica, por exemplo, nos discursos produzidos no âmbito da política, dos movimentos sindicais, das agremiações estudantis. À guisa de ilustração, vejam-se as frases abaixo, retiradas do jornal de determinado sindicato: "A *luta* continua", "O projeto de privatização da previdência social tem por objetivo *injetar* recursos no mercado dos fundos de pensão"; "Servidores reforçam mobilização: *batalha* no Senado continua"; "Graças às greves, a universidade pública, apesar de tantos *ataques*, ainda está *de pé*".

A chamada "etimologia popular" é outro processo de criação de palavras que, de certa forma, apresenta fortes vinculações com o recurso de criação metafórica, por envolver também a criação por imagem. Para compreendermos sua natureza, é preciso investigar a própria atividade linguística concreta, na qual dois sujeitos – falante e ouvinte – e seus respectivos saberes linguísticos e extralinguísticos interagem. Tal processo ocorre, como ensina Carvalho⁵, da seguinte forma: A tem a intenção de manifestar determinado conteúdo para B e, para tanto, organiza a realidade em signos; tais signos, ao chegarem a B, são por ele primeiramente re-conhecidos (=conhecidos outra vez) através de uma operação que consiste em identificar no material sonoro percebido e no conteúdo intelectivo a ele agregado um signo linguístico anteriormente conhecido. Identificado o objeto, B esforça-se por apreender a designação ou referência dos signos percebidos, ou seja, tenta alcançar a intenção comunicativa de A, no que concerne àquela situação especial. Ocorre, porém, que, tanto na primeira fase – a do reconhecimento – quanto na segunda – a da compreensão e interpretação -, pode haver um desacordo entre o que estava

⁵⁻ Carvalho, J.G. Herculano de, op.cit. p.114-115

na intenção de A ao comunicar e o que de fato B entendeu e interpretou. Tal desacordo pode afetar quer a forma material quer o seu conteúdo significativo, quer ambos ao mesmo tempo.

Imaginemos, por exemplo, uma situação — na realidade, por nós presenciada — em que A diga a B a seguinte frase: "A greve dos professores já se tornou um fato contumaz, todo ano é a mesma coisa: o governo não paga o que deveria pagar, os professores param de trabalhar e os alunos ficam prejudicados". B não reconhece em seu arquivo linguístico a forma *contumaz*, porém, em virtude de conhecer o contexto verbal e situacional em que ela foi empregada, percebe imediatamente o significado e a apreende de conformidade com outra forma linguística, *costumaz*, que apresenta semelhança de forma e de conteúdo com a palavra desconhecida e com outra pertencente a seu saber, *costume*, ajustando-se perfeitamente ao sentido da frase. Pode, a partir daí, empregá-la desse modo para outros interlocutores que, em decorrência das mesmas razões, passem a utilizá-la com a nova forma material, na qual percebem um objeto anteriormente conhecido.

Muitas palavras e expressões foram criadas através de tal mecanismo, como *barriguilha* (braguilha), *camapé* (canapé), *praiamar* (preamar), *cuspido e escarrado* (insculpido e encarnado) e algumas importadas de outras línguas e recriadas pelo mesmo processo, como *pommi dei mori* (maçã dos mouros, em italiano), transformada em português, francês e alemão em *maçã do amor*.

A chamada etimologia popular continua produzindo novas formas e expressões, na atual sincronia, que podem ou não ser incorporadas ao saber linguístico dos falantes. Recolhemos algumas palavras e expressões, em atividades linguísticas do quotidiano, muito interessantes, por mostrarem as relações que os usuários da língua estabelecem entre os signos e as coisas a que eles se referem, e as interpretações peculiares que, em virtude de tais relações se manifestam: raio ultra-violento por raio ultra-violeta, linguagem de baixo escalão por linguagem de baixo calão, situação periquitante por situação periclitante, aviso em brévio por aviso prévio, não ter cacique por não ter cacife, o arroto falando do esfarrapado por o roto falando do esfarrapado, toxicoplasmose por toxoplasmose, médico gástrico por médico gastro, pipopó por quiproquó, usucampeão por usucapião, estuporose por osteoporose, quartel de Medelín por cartel de Medelín, cigarro de baile por cigarro de Bali, formol de pastilha por formal de partilha.

Vale ainda apresentar um último exemplo, formado através do mesmo processo explicado, encontrado num folheto de propaganda de aluguel de casa para festas e eventos. Na descrição dos cômodos, arrolavam-se salões, camarotes e *toalhetes*, designação formada a partir da palavra francesa *toilette*.

Ora, a incorporação de palavras oriundas da língua francesa é, atualmente, nula, de modo que, ao ouvir a palavra *toalette*, o falante, por não ter mais contato com unidades da referida língua, associou-a à palavra *toalha*, objeto sempre presente nos banheiros e cuja forma material se assemelha à de *toilette*, criando, pois, uma nova unidade.

Minhocas arejam a terra; poetas, a linguagem⁶, ensina-nos nosso poeta pantaneiro. De fato, a função de arejar a linguagem com novas palavras cabe, por definição, ao poeta, cujo ofício é o de criar novos universos significativos. Todavia, a tarefa de apreender novos conteúdos de conhecimento através da objetivação em novas formas linguísticas não fica restrita ao fazer poético, pois, como ficou visto, apresenta-se nos atos de fala do quotidiano, imposta aos falantes pela necessidade de manifestar suas intuições sempre inéditas, de maneira expressiva, a fim de obter maior eficácia na complexa atividade de chegar até o outro, usando a intermediação dos signos linguísticos.

Acompanhar o nascimento de um signo, quer através da investigação das regras do sistema aplicadas pelo falante, quando a criação se dá pelos chamados processos de formação de palavras, quer através da imagem criadora que lhe deu origem, quando a criação ocorre pelo recurso à metáfora, permitenos apreender a essência do fascinante fenômeno da linguagem, pois cada palavra revela, no ato de sua criação, a capacidade fantástica do ser humano de transpor para o mundo dos símbolos a experiência sensível, fixando-a nas formas linguísticas. Assim, cada signo criado constitui uma interpretação original do mundo, tornando a realidade sempre nova, sempre diversa e singular em relação ao momento anterior, porque vista sob as diferentes e múltiplas perspectivas permitidas pelo sinal linguístico. Essa necessidade permanente dos humanos de revelar o mundo sempre sob aspectos diferentes talvez possa ser explicada por seu eterno desejo de atribuir beleza e fantasia a tudo o que está a seu redor, ou ainda porque, como diz o nosso exímio fazedor de sonhos, a melhor maneira de reduzir o isolado que somos dentro de nós mesmos, rodeados de distâncias e lembranças, é botando enchimento nas palavras. É botando apelidos, contando lorotas. É, enfim, através das vadias palavras, ir alargando nossos limites⁷.

Para "alargar nossos limites", não há texto que se compare ao texto literário, o texto por excelência, por ser o espaço da liberdade quase absoluta de criação linguística. Por isso, é necessário e urgente que os professores de língua materna retornem à antiga prática de com ele trabalhar – prática

⁶⁻ Barros, Manoel de. Livro de -pré-coisas, p.15

⁷⁻ Id., ibid., p.33-34

exercitada outrora pela leitura e discussão dos textos das antologias e seletas⁸ -, sobretudo no espaço de sala de aula. Essa prática torna-se nefasta, quando o docente destrói o texto literário, ao tomá-lo como pretexto para ensinar regras gramaticais. Mas é saudável, criativa e sublime, quando o texto chega ao aluno como descoberta de novos signos, novas construções, nova cosmovisão.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Terezinha. "O estudo do léxico nas aulas de língua portuguesa". In *Revista da Academia Brasileira de Filologia* nº XXV/2º semestre de 2020, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Filologia.

BARROS, Manoel de. *Livro de pré-coisas*. 2ªed., Rio de Janeiro: Record, 1997.

CARVALHO, J. G. Herculano de. *Estudos linguísticos*. Coimbra: Atlântida, 1969.

COSERIU, Eugenio. *O homem e sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença, 1982.

. Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

PAGLIARO, Antonino. *A vida do sinal:* ensaios sobre a língua e outros símbolos. 2ª ed., Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983.

⁸⁻ Na Universidade Federal Fluminense, minhas colegas, Sonia Monnerat Barbosa, Professora de teoria da literatura, Ceila Martins, Marina Rodrigues, Professora de crítica textual e eu, desenvolvemos um ambicioso projeto de pesquisa – ambicioso, porque envolverá três áreas distintas do conhecimento: teoria da literatura, linguística e crítica textual - cujo propósito é o resgate das antologias. Para tanto, procederemos à seleção de textos de literatura de língua portuguesa, ou seja, textos produzidos não apenas por autores brasileiros, mas também por autores africanos e portugueses, a fim de que os alunos possam ter acesso à produção literária de língua portuguesa e conhecer, assim, a obra de autores que construíram nossa identidade cultural.

O QUE É SATIROTOPIA?

Rafael Magno de Paula Costa (SEED-PR / ABRAFIL)¹

RESUMO:

Este trabalho propõe uma reflexão teórica sobre o uso do termo "satirotopia", como um parâmetro de subgênero literário diferenciador de outros que são semelhantes, como as narrativas utópicas e distópicas. Num primeiro aspecto, explora-se a noção grega de *topos*, do qual derivou o sufixo "topia", como ideia básica de todas as narrativas que se pautam numa noção espacial, seja de um local imaginário ou real. Ao longo da análise, pretende-se demonstrar, em aspectos comparativos, como se constitui uma satirotopia, preenchendo, desse modo, uma lacuna sobre a constituição de determinadas obras que exploraram suas respectivas "topias", mas que, no entanto, não se enquadravam como utopias ou distopias. Em última análise, ao estabelecer um quadro comparativo entre utopias, distopias e satirotopias, sugere-se uma visão do desenvolvimento a partir de uma produção utópica e os caminhos percorridos até o surgimento das produções distópicas. Nesse ínterim, temos as produções "satirotópicas" que explicam, em alguma medida, essa transformação discutindo-se, a partir disso, a pertinência do uso desse termo.

Palavras-chave: Crítica textual; Topias; Literatura Ocidental; satirotopia.

WHAT IS A SATIRETOPIA? ABSTRACT:

This work proposes a theorical reflection about "satiretopia" term, as a literary subgenre parameter that distinguishes from the others similars, as utopian and dystopian narratives. In first, the Greek notion about *topos*, comefrom the suffix "topia", as a basic idea of all narratives based on a spatial notion, whether from an imaginary or real location. Throughout the analysis in comparative aspects, it is demonstrated how satiretopias are constituted in some works developing their "topias", but they can't classified such as utopias or dystopias. Finally, when we established comparations among utopia, dystopia and satiretopia, we have a development from utopian produtions and trajectory taken until the emergence of dystopian productions. In the meantime, we have "satiretopic" productions the explain this transformation, discussing the relevance of using about term.

¹⁻ Professor de inglês, português e história pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Sócio-correspondente representando o Estado do Paraná pela Abrafil.

Key-works: Textual criticism; Topias; Western Literature; satiretopia.

O termo "satirotopia", que ora se propõe investigar a pertinência do seu uso, cunha-se a partir de proximidades e deslocamentos em relação a determinados gêneros que são semelhantes às produções como as utopias e distopias. Observa-se a existência de uma lacuna entre o que classificamos como narrativas utópicas, presentes nos séculos XVI e XVII, das narrativas distópicas, que emergiram durante o século XX. Em princípio, a questão do "lugar" é o núcleo em que esses subgêneros transitam ao redor. Além disso, reflexões temáticas de natureza política e social também são elementos constituintes presentes seja em uma utopia ou distopia. No entanto, algumas narrativas, emergidas especialmente durante século XVIII, não se configuram como utopias, nem como distopias, mas contém elementos que se relacionam à essas duas, assim como outros que as distinguem delas. Trata-se de romances ou novelas, em prosa ou versos, satíricos como As viagens de Gulliver, Cartas Persas e Cartas Chilenas, assim como outras que surgiram posteriormente durante o século XX, como Os Bruzundangas e A Revolução dos bichos. Nesse sentido, este trabalho desenvolve uma proposta analítica de perspectiva de leitura em direção a um possível preenchimento dessa lacuna na historiografia da literatura ocidental, oportunizando, desse modo, uma abordagem mais satisfatória que possa distinguir produções ficcionais utópicas, distópicas e, por que não, "satirotópicas".

Inicialmente é importante investigar a origem do sufixo "topia". De acordo com o Dicionário Latino-Português, do filólogo e latinista Francisco Rodrigues dos Santos Saraiva, o termo latino topia, derivado do grego τοπια, designa "paisagens a fresco", ou ainda "habitações cobertas de folhas" (SARAIVA, 2006, p. 1209). O uso atualmente popularizado do termo geralmente é compreendido a partir da leitura da famosa obra Utopia (1516) do humanista inglês Thomas More. Com efeito, topia também deriva de topus (τόπο) que, por sua vez, significa efetivamente "lugar". O advérbio de negação grego "ov", que designa "não", somado ao léxico τόπο (ουτοπο / outopo), resulta na noção de "não lugar" ou ainda "lugar algum", efetivamente o significado de utopia. Muitas vezes, por utopia se subentende um lugar idealizado, isso em razão das ideias de More expressas em sua obra. Outras obras semelhantes surgiram a partir das ideias do pensador inglês, como A Cidade do Sol (1602) do filósofo e teólogo dominicano Tommaso Campanella e, também, Nova Atlântida (1627), do empirista inglês Francis Bacon, todas fortemente caracterizadas pela idealização de um lugar perfeito. Tais obras se aproximam pelo fato de projetarem a realização de uma sociedade perfeita e feliz para lugares que não existem circunscritas em algum espaço geográfico, a não ser na imaginação humana.

Um possível fator que influenciou tais produções verifica-se a partir da criatividade e inventividade do gênio humano durante o Humanismo e o Renascimento. Tal espírito de época impulsionou o sujeito em direção às grandes descobertas e transformações, alimentadas pelo anseio de novas conquistas. A era das grandes navegações e a consequente descoberta² da América equivaleu, ao menos num primeiro momento, a crença de que os navegadores estavam diante de uma sociedade aparentemente feliz, em que os nativos conviviam harmonicamente com a natureza. Tzvetan Todorov, em sua obra *A Conquista da América* assim cita as impressões de Cristóvão Colombo:

Essa admiração, decidida de antemão, estende-se também à moral. Colombo declara **de cara** (*sic*) que são gente boa, sem se preocupar em fundamentar sua afirmação. "São as melhores gentes do mundo, e as mais pacíficas" (16.12.1492). [...] "Não creio que haja no mundo homens melhores, assim como não há terras melhores" (25.12.1492) (COLOMBO, 1492 apud TODOROV, 2019, p. 50-51, grifo meu)

Essa primeira impressão entusiástica a respeito dos habitantes do Novo Mundo demonstra como, a partir de Colombo, o imaginário europeu passou a idealizar lugares perfeitos em que a humanidade estaria liberta dos sofrimentos terrenos. Nesse ponto, a humanidade passaria a imaginar outros topos ou topias, isto é, lugares em que seria possível a realização de uma sociedade perfeita. Isso explica como a voz narrativa de Utopia é a mesma de um navegador português chamado Rafael de Hitlodeu, considerando que a nação portuguesa vivia um ótimo momento cultural e econômico da sua história. Outros também considerariam a obra inspirada n'A República, de Platão. Uma característica que aproxima essas duas produções é o fato de estarem estruturadas em forma de diálogos. Há, ainda, nessa obra uma tonalidade crítica, porém velada, à política praticada na época que se verifica sempre que o leitor estabelece comparações entre a sociedade de Utopia com a sociedade europeia daquele tempo. Desse modo, More elabora uma crítica indireta, uma vez que o foco principal está em Utopia. Essa leitura provoca no leitor reflexões que o levam a rejeitar os costumes de uma moral corrompida da sociedade do mundo real e a desejar os outros supostamente praticados em Utopia.

²⁻ Aqui tomamos como referência o ponto de vista europeu sobre a primeira impressão provocada pela visão do novo continente aos navegadores da frota de Cristóvão Colombo.

Em Nova Atlântida, de Francis Bacon, temos também a presença da navegação. A ilha de Bensalem, uma terra desconhecida, é encontrada por um navegador que se perde pelos mares do Pacífico do Peru. Lá encontra uma sociedade cristã perfeita e harmônica, que valoriza o conhecimento científico e onde as instituições são incorruptas. Nova Atlântida se aproxima de Utopia na medida em que a carga de idealização e perfeição de uma sociedade hipotética estão presentes. Mais uma vez, temos também a presença da navegação como um importante fator de descobrimento dessas sociedades imaginárias. Nesse sentido, isso explica porque, em alguma medida, o sujeito desse tempo, influenciado pelas navegações rumo às Américas, supunha a existência de civilizações que conviviam pacificamente. No que tange ao aspecto de idealização social, o mesmo se pode comparar A Cidade do Sol, de Tommaso Campanella, com as produções anteriormente mencionadas. Nessa obra, há, por exemplo, uma tonalidade crítica a propriedade privada como fruto de um egoísmo, o que rendeu sérios transtornos para o seu autor junto aos tribunais do Santo Oficio. Tal como Francis Bacon, Campanella também tenta conciliar as descobertas científicas com os dogmas da religião cristã, demonstrando que não há necessariamente contradição entre as duas formas de interpretação da realidade. A Cidade do Sol, tal como Utopia, é estruturada em forma de diálogos. A presença de um Almirante genovês em diálogo com um Grão-Mestre da Ordem dos Hospitalários desenrola os acontecimentos. Aqui é preciso, portanto, demonstrar algumas características que aproximam tais obras: navegação e personagens navegadores; crítica social indireta; idealização social; conciliação entre espírito religioso, herança da tradição cristã, e ciência em estado de pujança no contexto renascentista; e, finalmente, um topos fictício e idealizado.

É preciso corroborar com a afirmação de que tais obras influenciaram sobremaneira os processos de colonização no Novo Mundo. Um exemplo disso é a obra *Diálogos sobre as Grandezas do Brasil* (1618), de Ambrósio Fernandes Brandão, publicado tardiamente no século XIX. Nesta obra, temos o diálogo entre dois personagens, Brandônio e Alviano, em que o primeiro narra as maravilhas das novas terras descobertas por Portugal. A carga de idealização sobre as terras brasileiras é considerável e, por isso, a obra sofreu duras críticas por parte José Veríssimo em sua *História da Literatura Brasileira* de 1916. Por outro lado, a obra está dentro do *Zeitgeist*³ daqueles tempos, aproximando-se inclusive da própria noção de "utopia". Neste caso, o *topos*, enquanto um lugar, encontra-se nas terras brasileiras, portanto um lugar real. Esse aspecto evidencia como os europeus acreditavam que a América poderia

³⁻ Do alemão Zeit (época) e Geist (espírito).

ser um novo lugar, repleto de realizações para novos projetos. Uma verdadeira terra do futuro. Esse aspecto também está presente no poemeto épico de Bento Teixeira, *Prosopopeia* (1601), em que o personagem mitológico Proteu prevê o futuro de Pernambuco como um lugar (*topos*) de prosperidade, dando a estirpe de Albuquerque Coelho a missão de expandir a fé, embora seja forçoso reconhecer a influência do exagero barroco.

Até aqui, pode-se dizer que um topos se constitui basicamente e primariamente por um lugar real, ficcional ou hipotético. A evolução das topias é flagrante na atualidade em que pensadores lançam mão de conceitos para categorizar, por exemplo, ideologias. Nos campos da história, filosofia e sociologia, o uso do termo para designar ideologias sociais é cada vez presente. Projetos de sociedade são os mais diversos e alguns são mesmo conflitantes entre si. Michel Foucault, por exemplo, cunhou o termo "heterotopia", em sua conferência de 14 de março de 1967, intitulada "De outros espaços"⁴. De acordo com o filósofo, uma heterotopia se caracteriza pela experiência do espelho. O espelho é um lugar virtual, um lugar sem sê-lo, um espaço em que o sujeito pode se ver, mas sem que seja ele mesmo enquanto presença. Nesse aspecto, uma heterotopia se caracterizaria ainda pela virtualização de determinados espaços que são alocados no interior de uma sociedade existente para que determinados eventos possam ocorrer. Ele cita, como exemplo, o espaço do serviço militar para que a virilidade se manifeste. Outros sensos podem se manifestar em diferentes espaços, como os cemitérios, casas de prostituição, espaços sagrados, etc. Esses pequenos espaços seriam, do seu ponto de vista, heterotopias ou lugares em que podemos ver o outro. Apesar de o uso do conceito permanecer, relativamente, um tanto obscuro, o que interessa para nós é verificarmos a expansão do uso do sufixo "topia" sempre no sentido de designar uma noção de lugar.

Outro pensador que inaugura outra noção com o uso do sufixo é o sociólogo Zygmunt Bauman. Sua última obra publicada é *Retrotopia* (2017). Bauman analisa o pessimismo em relação a não realização das utopias prometidas pelas ideologias. Neste caso, o prefixo "retro" designa um retorno nostálgico ao passado, de volta para um tempo em que o estado de coisas era, ao menos aparentemente ou idealizadamente, mais seguro. As promessas de avanço, progresso científico e expansão econômica geraram, em algum grau, insegurança, liquidez e inconstância, lançando a maior parte dos sujeitos à perturbação na ordem dos valores e dos relacionamentos humanos. Isso explica como surgem as "retrotopias", ou seja, um desejo de se voltar a viver

⁴⁻ Conferência "De outros espaços" proferida por Michel Foucault no *Cercle d'Études Architecturales*, em 14 de março de 1967.

como se vivia no passado. Esse ponto desvela como a idealização do passado, de alguma forma, ainda povoa a mente humana, não sendo um privilégio dos românticos do século XIX. É óbvio que a análise de Bauman é muito mais profunda que essa descrição sucinta. Aqui nos interessa esboçar apenas mais um uso do sufixo "topia" e como essa discussão conserva sua atualidade constante.

Voltemos à ficção literária, dando um salto para as narrativas do século XX que, por sua vez, também carregam um *topos* ou *topias* como lugares indefinidos. Refiro-me às classificadas "distopias". Segundo Massaud Moisés, em seu *Dicionário de termos literários*, por "distopia" entende-se um "mau lugar". De fato, de acordo com Moisés, o prefixo "dis" deriva do grego "dys" que significa "mau" (MOISÉS, 2004, p. 129). Ele ainda conceitua do seguinte modo:

Anti-utopia, caracteriza-se pela antevisão de um lugar imaginário onde reinaria o caos, a desordem, a anarquia, a tirania, ao contrário do paraíso cristão ou dos mitos de felicidade eterna, cidade do sol, "shangri-là", eldorado, xanadu, terra de maravilhas, arcádia, país de cocanha (MOISÉS, 2004, p. 129)

Distopia, portanto, seria uma contraface de utopia, considerando que o lugar imaginado estaria carregado de uma visão pessimista, ao contrário da felicidade utópica. Moisés ainda noticia a obra *Mundus Alter et Idem* (1605), de Joseph Hall, obra que satirizava os costumes dos cristãos católicos (catofobia), como um possível primeiro exemplo do subgênero. A autoria de tal obra só se deu tardiamente por Thomas Hyde que identificou em "Mercurius Britannicus" um pseudônimo do escritor Joseph Hall. Mais adiante voltaremos novamente a essa obra. Por ora, priorizaremos como o conceito de distopia surgiu pela primeira vez: "O vocábulo 'distopia' teria sido cunhado em 1952, em *The Quest for Utopia*, de G. Negley e J. M. Patrick" (MOISÉS, 2004, p. 129). Verifica-se, portanto, que o termo foi usado pela primeira vez em 1952, ou seja, no século XX, já no período pós-guerra.

Por conseguinte, podemos citar como obras literárias distópicas mais populares e comentadas: *Brave new world* (1932), de Aldous Huxley; 1984 (1948), de George Orwell; *Fareinheit 451* (1953), de Ray Bradbury; *A Clockwork Orange*, de Anthony Burgess (1962); e *Do androids dream of electric sheep?* (1968), de Philip Dick, obra que deu origem ao filme *Blade Runner* (1982), do diretor Ridley Scott. No Brasil, podemos citar os romances *Zero* (1974) e *Não verás país nenhum* (1981), de Ignácio de Loyola Brandão.

Obviamente há muitas outras distopias literárias, porém ficaremos apenas com esse *corpus* a fim de sintetizar nossa análise. Na atualidade, o gênero se tornou tão popular que a indústria cinematográfica vem explorando diversos títulos com essa abordagem. Em todas essas obras, estamos diante de sociedades pósindustriais, ultramodernas, onde a tecnologia comanda a vida humana.

Grosso modo, podemos classificar uma distopia como uma projeção futura, em que a humanidade passa a ser governada por forças políticas opressoras, em determinados momentos destrutivas e nefastas, que mantém seu governo pelo uso discreto e mascarado do pânico, terror, caos, miséria ao lado da mais alta tecnologia, uso da ciência para fins espúrios e um governo tirânico, tecnocrático e impessoal. As seguintes características aproximam essas obras: tonalidade crítica à civilização pós-industrial; distanciamento temporal projetado num futuro indefinido; regimes políticos opressores do sujeito e curiosamente impessoais (poder descentralizado); ciência e tecnologia utilizadas para controlar seres humanos (anti-humanismo); topos, cenário incerto, tanto pode ser existente (real) quanto inexistente (imaginado); narrativa estranha, que oscila entre seriedade e comicidade, conservando certo grau de humor pessimista ou trágico; eugenia ou engenharia social; atmosfera tensa. Em alguns casos, podemos citar também a transmutação dos corpos como um desdobramento do anti-humanismo, ou o próprio transhumanismo, uma corrente de pensamento que vem crescendo nos últimos anos que preconiza o uso da tecnologia para melhorar o desempenho do ser humano em determinados aspectos. Em algumas narrativas, como Do androids dream of electric sheep?, de Philip Dick, isso é perceptível em personagens que representam seres humanos que eliminaram suas emoções, ciborgues, humanoides sintéticos e inteligências artificiais. O processo educacional também pode ser visto como um componente de recrutamento do sujeito em face aos interesses da tecnocracia representada, tal como em Brave New World.

A questão do lugar, espaço ou o *topos* de uma distopia, pode ser qualquer metrópole dos grandes centros mundiais, como também lugares inexistentes e imaginários. Pode ser a Londres, de *Admirável Mundo Novo*; como pode ser o mundo divido em blocos como Oceania, Eurásia e Eustásia, de *1984*; ou ainda, a América Latíndia, de *Zero*, ou a grande São Paulo do futuro de *Não verás país nenhum*. A representação do lugar está atrelada, de algum modo, ao tempo futuro visto sob um prisma tecnocrático e, ao mesmo tempo, angustiante ou tenebroso. Consequentemente, a questão que se coloca é a seguinte: o que separa uma utopia de uma distopia? O que há entre a caracterização de um subgênero e outro? Aparentemente há algo, um espaço

de tempo, que separa esses subgêneros, tal como uma peça no quebra-cabeça que poderia explicar melhor como se deu tal transformação de perspectiva narrativa. É preciso analisar com cautela esse lapso temporal entre os séculos XVI-XVII e o século XX, que separa utopias e distopias.

O humanismo e o renascimento que caracterizaram o pensamento do primeiro "topista", Thomas More, estava repleto de esperança de uma humanidade melhor e, com a descoberta do Novo Mundo, imaginou-se que tais povos seriam também naturalmente bons, tal como pretendeu posteriormente, no século XVIII, a teoria do "bom selvagem" de Jean Jacques-Rosseau. Mas o que poderia ter alterado essa mudança de perspectiva entre as utopias renascentistas e as distopias futuristas do século XX? Os séculos XVII e XVIII foram marcados por intensas reflexões no campo das ciências naturais. O cartesianismo, o empirismo inglês e o iluminismo influenciaram o pensamento humano rumo ao racionalismo. As artes, de alguma forma, acompanharam esse espírito e, assim, as sátiras ressurgem desmistificando o comportamento humano em torno da reflexão moral e dos vícios.

Segundo Saraiva (2006, p. 1064), o termo latino "sátira" designa: "Mistura de prosa e de verso; satyra, genero ou estylo satyrico". Indica também o termo "satura" como forma arcaica do léxico. Por "satura", entende-se: "Reunião de vários fructus (offerecidos a Ceres)" (2006, p. 1065). Massaud Moisés (2004, p. 412) também menciona isso em seu dicionário. Esse dado aponta para uma miscelânia, ou seja, mistura de gêneros distintos, uma verdadeira "salada de frutas". Para Zélia de Almeida Cardoso, em *A literatura latina*, (2011, p. 89):

As sátiras literárias, produzidas por diversos autores, são composições poéticas narrativo-dissertativas ou dialogadas, que, apresentando fatos ou pondo pessoas em foco, ridicularizam os vícios e defeitos de maneira jocosa ou indignada e assumem não raro um tom filosófico-moral.

Para a pesquisadora, Quitiliano teria dito "a sátira é toda nossa" (CARDOSO, 2011, p. 89), isto é, um gênero latino por excelência e, portanto, não herdado dos gregos⁵. Assim, as sátiras, como as do poeta romano Horácio, bem como a novela *Satiricon*, de Petrônio, seriam obras cujo elemento principal consistiria no uso irrestrito da sátira. Massaud Moisés também conceitua a sátira do seguinte modo:

⁵⁻ Embora seja comum a associação entre o gênero sátira, desenvolvida no mundo romano, com os sátiros, personagens da mitologia grega.

Modalidade literária ou tom provocativo, consiste na crítica das instituições ou pessoas, na censura dos males da sociedade ou dos indivíduos. Vizinha da comédia, do humor, do burlesco, da paródia, da ironia, e cognatos, envolve uma atitude ofensiva, ainda quando dissimulada: o ataque é a sua marca distintiva, a insatisfação perante o estabelecido, a sua mola básica. De onde o substrato moralizante da sátira, inclusive nos casos em que a invectiva parece gratuita ou fruto do despeito. (MOISÉS, 2004, p. 412)

Esses aspectos da sátira podem fornecer pistas sobre a transformação das narrativas utópicas, modificando seu aspecto inicialmente idealista para caminhar na direção da crítica aos elementos sociais presentes no mundo empírico. Por consequência dessa mudança, o mundo ideal cede lugar ao mundo real. Com efeito, o resgate do gênero, muito popular no mundo latino pré-cristão, torna-se um terreno literário fértil para a crítica à determinadas personalidades do espectro social e político, assim como às instituições.

No meio dessa trajetória que separa as utopias das distopias, temos algumas narrativas que emergem nos séculos XVII e XVIII, como aquela mencionada por Massaud Moisés sobre Joseph Hall, The Discovery of a new world (Mundus et alter idem). O título pode ser traduzido como O descobrimento de um Mundo Novo (O Mundo e Outro igual)⁶. A narrativa constitui uma espécie de paródia das narrativas utópicas que a precedeu. Durante a vigem, o narrador a bordo de um navio fantasma visita terras com nomes estranhos. Uma das topias visitadas nesse universo ficcional é a terra de Moronia, onde são satirizados os costumes católicos. Jonathan Swift, posteriormente, também desenvolveria uma narrativa de navegação em seu Gulliver's travels (1726). Na "Primeira Viagem" de Lemuel Gulliver (protagonista) há sátiras sobre a rivalidade e rixas políticas entre irlandeses católicos e ingleses protestantes do seu tempo. Vale mencionar que aí já temos algum elemento diferenciador que preenche aquela lacuna anteriormente mencionada, mas que, por outro lado, ainda não explica por que essas obras não são utopias, nem distopias, mas ainda assim conservam seus respectivos "topos". Percebe-se que as duas narrativas, de Hall e Swift, guardam entre si algumas semelhanças, principalmente a evidência da sátira como uma exageração da crítica social velada que havia nas narrativas utópicas de antes. Tanto Joseph Hall quanto Jonathan Swift estão satirizando locais existentes no mundo real, lançando mão da ficção para camuflar o topos ficcional. Joseph Hall, por exemplo, satirizava as ilhas britânicas. Swift também o fazia em relação à Irlanda e 6- É plausível a possibilidade de Aldous Huxley ter se inspirado nessa obra na composição da sua famosa distopia Admirável Mundo Novo.

à Inglaterra em sua "Primeira Viagem" com os locais fictícios de Liliput e Blefuscu. Embora esse aspecto das obras possa ser discutível, considerando que uma ficção não necessariamente estabelece relações com a realidade, é preciso trilhar essa linha de interpretação para compreendermos em algum grau o *topos* da constituição dessas obras.

Essa atitude de deslocar o topos, ou seja, o local, é importante para que o escritor possa, simultâneo a essa desterritorialização, estabelecer sua sátira aos costumes da sociedade do seu tempo. Esse deslocamento de um espaço real para um espaço ficcional cria um efeito que se distancia da utopia. As narrativas dos utopistas projetavam sociedades ideais para lugares imaginários, enquanto essas topias satíricas ("satirotopias") deslocam lugares reais para torná-los ficção. Além disso, a tonalidade de crítica séria das utopias cede espaço para a sátira ou a ridicularização dos costumes ou de valores que estão do avesso. O estilo dessas narrativas é essencialmente satírico. As personagens podem ser fantásticas – homens minúsculos ou cavalos que falam de Swift – e certamente são burlescas. Já as personagens presentes numa narrativa utópica carregam mensagens de esperança e de ideais e, por isso, como diria Aristóteles em outros tempos, seriam personagens mais sérias ou elevadas. Desse modo, percebe-se alguma dificuldade em categorizar as obras de Hall e Swift seja como utopias ou como distopias. Tais equívocos, inerentes à classificação dessas obras como distopias, por exemplo, podem ser explicados pela ausência de uma outra nomenclatura satisfatória, mas não condizem mais ao uso atual do termo no que concerne à distopia.

Esse não é um problema novo quando tratamos de literatura. Por muito tempo, o período intermediário que separava o classicismo renascentista do neoclassicismo iluminista foi incompreendido até que o crítico de arte suíço Heinrich Wölfflin sugeriu o termo "barroco" para diferenciar essa transição (COUTINHO, 2004, p. 13). Embora não estejamos tratando de períodos literários, mas sim uma determinada categoria de subgênero, é importante observar a existência desse subgênero que liga as narrativas utópicas dos séculos XVI e XVII às narrativas distópicas do século XX. Parece claro que, pelo menos para fins didáticos, as narrativas utópicas, que sugeriam desejos ou anseios de uma sociedade melhor, tiveram um desdobramento ou uma evolução em direção às distopias que retratam civilizações pós-industriais, tecnocráticas, transumanas, eugênicas e futuristas. Assim, o século XVIII foi o tempo em que brotaram as satirotopias como críticas às políticas, costumes sociais e instituições de determinadas sociedades.

Como outro exemplo, podemos citar a obra de Claude-Louis de Secondat, o barão de Montesquieu, e suas *Cartas Persas* (1721). Nessa obra,

estamos diante de correspondências trocadas entre dois amigos persas, Rica e Usbeck, que satirizam os costumes da cidade de Paris do século XVIII. A sátira aos costumes e a corrupção das instituições como Igreja e Estado são trazidas de maneira que, no que concerne ao humor, se assemelham às duas obras anteriormente mencionadas. O topos é um lugar existente e palpável, mas quem realiza a crítica são personagens estrangeiros. A voz satírica é deslocada, o que camufla a crítica sob o pretexto de tratarem-se de meras opiniões estrangeiras. Contudo, o realismo nessas sátiras é o mesmo que consiste em apontar as falhas de uma determinada sociedade. Lembremos que nas utopias ficcionais tínhamos a presença de uma crítica velada e indireta à sociedade em paralelo à idealização de uma sociedade perfeita. Numa distopia, temos a presença de uma crítica às possíveis consequências futuras de determinados projetos revolucionários, vanguardistas, eugênicos e utópicos, ao mesmo tempo em que temos também, em alguma escala, uma crítica aos rumos tomados pela sociedade do presente. Já uma satirotopia pratica um deslocamento de sentido de um topos para um lugar ficcional, tal como numa utopia qualquer, porém com fortes críticas ostensivas às sociedades existentes no mundo empírico, sem a mínima idealização. Se não desloca o lugar, como ocorre em casos como o de Cartas Persas, desloca a voz das personagens para, do mesmo modo, camuflar a crítica sob a capa da sátira. Em verdade, tal deslocamento é mero pretexto para se satirizar os costumes.

Isso também ocorre na obra Cartas Chilenas (1788-1789), atribuídas a Tomás Antonio Gonzaga. Geralmente a obra é conceituada, por diferentes críticos, do seguinte modo: Antonio Candido (2000, p. 155), como "poemas satíricos"; ou "poema herói-cômico", como Luciana Stegagno Picchio (2004, p. 137); ou ainda, simplesmente como "as Cartas Chilenas", sem maior especificação, como Alfredo Bosi (2017, p. 78). Esse dado demonstra como a obra não possui uma forma definida, sendo possível categorizar seu gênero de diferentes modos. Contudo, é importante chamar a atenção para o detalhe de que o Chile, a que se refere a obra, trata-se das Minas Gerias e a cidade de Santiago é Vila Rica, o município do poeta. Mais uma vez, temos o topos disfarçado, neste caso sob o nome de um outro país. É certo que as cartas circularam por Vila Rica, durante o governo de Luís da Cunha Meneses, que nas cartas era retratado pelo burlesco personagem do Fanfarrão Minésio. Critilo narra, ao seu amigo Doroteu, os feitos e desmandos do corrupto fanfarrão em Santiago no Chile. Os versos trazem crítica mordazes que satirizavam, na realidade, o Cunha Meneses, governador das Minas Gerais.

Esse é mais um caso típico em que tais obras se assemelham e se familiarizam devido aos seus traços característicos. Fala-se do Chile, quando

na verdade trata-se das Minas Gerais, do mesmo modo que, em Swift, se falava de Liliput e Blefuscu como se se tratasse da Irlanda e Inglaterra, tal como os persas que criticam Paris. Porém, neste último caso, o local é Paris mesmo, mas os personagens são deslocados como estrangeiros. O tom satírico é o que permeia as obras, e suas topias são existentes em relação à referência de um dado local, contudo ficcionalmente inexistentes ou por possuírem nomes de lugares trocados a fim de ocultar a ostensividade da sátira ou torná-la mais aceitável.

Vale mencionar a obra Cândido ou o Otimismo (1759), de Francois-Marie Arouet, mais conhecido pelo pseudônimo Voltaire. Essa novela satiriza os costumes do Velho Mundo, de uma Europa corrompida e movida pela colonização e pela decadência das religiões. Embora ela se aproxime das obras mencionadas anteriormente no que concerne ao seu aspecto satírico, distancia-se em relação às "topias". Há muitos locais mencionados na obra, do Velho continente ao Novo Mundo, porém a crítica não é velada ou disfarçada com nome de locais falsos ou trocados, mas extremamente ostensiva. Esse aspecto leva-nos em determinados momentos a ler essa obra como se fosse uma "topia" em razão das viagens realizadas por Cândido, porém se distância das satirotopias por não disfarçar a crítica ou despistar seu topos. Possivelmente essa obra configure um desenvolvimento do gênero satírico em si atrelado à narrativa, todavia sem a mesma relação guardada nas topias presentes nas cartas de Montesquieu e Gonzaga ou nas viagens de Hall e Swift. Esse é um caso que ainda merece ser analisado com mais ponderação e acuidade, no sentido de verificar a pertinência dessa obra num eventual caso de se considerá-la como satirotopia.

Durante o século XIX, época romântica num primeiro momento e racionalista na segunda metade, percebe-se certo enfraquecimento do gênero satírico e das *topias* de um modo geral. Pode ser arriscada a afirmação de que esse século não produziu nenhuma forma de *topia*, mas se produziu em algum momento não o fez com a mesma força ou expressão de momentos anteriores. A não ser no campo reflexivo da filosofia, da história ou da sociologia, não temos nada que seja consideravelmente expressivo no sentido desse subgênero aplicado ao campo da literatura. Somente no século XX as produções ficcionais retomarão e inaugurarão novas reflexões em torno da questão. Por exemplo, *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto, publicado postumamente, em 1922, pode ser citado como um exemplo do ressurgimento da satirotopia. Alfredo Bosi comenta o seguinte:

Com *Os Bruzundangas* Lima Barreto fez obra satírica por excelência. Valendo-se do feliz expediente de Montesquieu nas *Cartas Persas*, imaginou um visitante estrangeiro a descrever a terra de Bruzundanga, nada mais nada menos que o Brasil do começo do século. (BOSI, 2017, p. 345)

O caso de Os Bruzundangas representa uma produção que não é utópica, nem distópica, mas satirotópica. Nas crônicas de Barreto, tal república com esse nome não existe, pois é imaginária, todavia existente porque é o Brasil republicano. A sátira mordaz é presente e as personagens são ridicularizadas, tais como as de Hall, Swift, Montesquieu e Gonzaga. São personagens burlescas que, representadas em toda a sua arrogância cômica, evidenciam o grau de incompetência política na condução da referida república bruzundanga. Lima Barreto lançou mão das mesmas características que seus predecessores, mesmo estando num tempo mais à frente. As transformações políticas pelas quais o Brasil passou, após a Proclamação da República de 1889, propiciaram o surgimento de novos ideais e promessas de progresso e prosperidade para o povo brasileiro, ganhando ares de "utopia". A realidade, contudo, é que as promessas políticas não passaram de ilusões irrealizadas. A república dos bruzundangas é um espaço em que os poderes se concentraram cada vez mais nas mãos de ineptos, obtusos e apedeutas, assim como das oligarquias e parasitas sociais. Toda essa crítica, mordaz e satírica, na verdade refere-se ao Brasil republicano do tempo do seu autor, mas que, entretanto, conservam ainda sua atualidade.

Há também a obra *Animal's Farm* (1945), do escritor inglês George Orwell. Esse é outro exemplo de uma produção que pode ser considerada satirotópica, na medida em que o *topos*, configurado como uma fazenda, remetenos a uma crítica ácida ao regime soviético pós-revolução russa. Portanto, temos um lugar ficcional, porém existente no mundo real. As personagens são animais que, ao expulsarem seus proprietários humanos, prometem um mundo de harmonia e igualdade, mas que, ao chegarem ao poder, praticam ações aviltantes. Os porcos, que dominam a fazenda, são retratados de forma burlesca. A projeção dos acontecimentos em relação ao tempo presente também a configura como uma obra satirotópica.

Ao reunir esses elementos pontuados no decorrer dessa análise, abaixo esboça-se um quadro comparativo que delineia a transformação das topias:

Quadro comparativo					
Utopia	Satirotopia	Distopia			
Humanismo	Realismo	Anti-humanismo			
Otimismo	Criticismo	Pessimismo			
Idealismo	Humorismo	Conformismo			
Ênfase no presente	Presente	Futuro			
Sonho	Sátira	Tragicômico			
Esperança	Ceticismo	Fatalismo			
Fé na humanidade	Razão	Ciência / Tecnologia			
Personagens sérias	Caricatos/Burlescos	Estranhos			
Atmosfera suave	Cômica	Tensa			
Local imaginado	Real e imaginado	Futuro, real e imaginado			
Sociedade desejada	Diagnosticada	Prognosticada			
Topos idealizado	Disfarçado sob nomes falsos ou trocados	Disfarçado pelo tempo incerto e indeterminado			

Tal quadro fornece-nos um auxílio inerente a um entendimento provisório acerca dessa discussão. Os elementos aqui esboçados tiveram como objetivo propor uma reflexão em torno do uso do termo "satirotopia", procurando defender a sua aplicação como um ponto distintivo que coteja o desenvolvimento das narrativas utópicas, dos séculos XVI-XVII, rumo às narrativas distópicas do século XX. Não se pretende, no desenvolvimento desse trabalho, esgotar as possibilidades do debate acadêmico em torno dessa questão, mas sim inaugurar um aspecto que ainda permanece obscuro no que tange às produções que possuem alguma familiaridade entre utopias e distopias. Em última análise, futuramente o desenvolvimento dessa pesquisa investigará questões atinentes a essa discussão de maneira mais detalhada e aprofundada.

REFERÊNCIAS

BACON, Francis. Nova Atlântida. In: _____. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1999.

BARRETO, Lima. Os Bruzundangas. São Paulo: Martin Claret, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Retrotopia*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 51 ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil.* 3 ed. Recife: Massangana, 1997.

BRADBURY, Ray. Farenheit 451. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

BURGESS, Anthony. *Laranja mecânica*. Trad. Fábio Fernandes. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2019.

CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do Sol.* Trad. Paulo M. Oliveira. São Paulo: Martin Claret, 2005.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira:* momentos decisivos. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CARDOSO, Zelia de Almeida. *A literatura latina*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

COUTINHO, Afrânio. O Barroco. In: COUTINHO, Afrânio; COUTINHO, Eduardo de Faria. *A literatura no* Brasil.7 ed. v 2. São Paulo: Globo, 2004.

DICK, Philip. *Blade Runner:* Androides sonham com ovelhas elétricas? Trad. Ronaldo Bressane. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2019.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Marília de Dirceu / Cartas Chilenas*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Trad. Lino Vallandro e Vidal Serrano. São Paulo: Globo, 2009.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MONTESQUIEU. Cartas Persas. Trad. Mário Barreto. São Paulo: Martin Claret, 2009.

MORE, Thomas. *Utopia*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

ORWELL, George. 1984. Trad. Wilson Velloso. 29 ed. São Paulo: Nacional, 2005.

_____. *A revolução dos bichos*. Trad. Heitor Aquino Ferreira. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SARAIVA, Francisco Rodrigues dos Santos. *Dicionário latino-português*. 12 ed. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Garnier, 2006.

STEGAGNO-PICCHIO, Luciana. *História da literatura brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

VOLTAIRE. *Cândido ou o Otimismo*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.

Economia e Linguística: o Valor Econômico da Língua Portuguesa

Ricardo Cavaliere (Abrafil / UFF / LLP)

RESUMO:

Este artigo traça comentários sucintos sobre a posição da língua portuguesa como ativo econômico no mundo contemporâneo. Suas teses fundamentam-se na constatação de que há um grande potencial econômico nos países de língua portuguesa em face da posição privilegiada que essa língua ocupa no cenário dos idiomas mais usados nas redes sociais, bem como na riqueza cultural que expressam. O texto serve-se de alguns conceitos básicos sobre linguística e economia oferecidos pela literatura especializada contemporânea.

Palavras-chave: Economia; linguística; língua portuguesa.

Economics and Linguistics: the Economic Value of the Portuguese Language **ABSTRACT:**

This article offers a brief comment on the position of the Portuguese language as economic asset in the contemporary world. Its theses are based on the findings that there is great economic potential in Portuguese-speaking countries, given the privileged position that this language occupies in the scenario of the most used languages on social networks, as well as the cultural richness they express. The text makes use of some basic concepts on linguistics and economics offered by contemporary specialized literature.

Keywords: Economy; linguistics; Portuguese

Muito se tem dito nestes dias sobre o valor econômico da língua portuguesa no concerto das relações internacionais. Dentre os textos que se têm escrito sobre o tema, destaco o opúsculo O *valor da língua portuguesa: uma perspectiva econômica e comparativa* (Esperança et alii, 2012), uma boa e sintética introdução aos principais aspectos da correferência língua-economia. Vários números promissores são apresentados pelos autores, não obstante não se possa aquilatar de imediato a relevância de alguns deles em uma efetiva verificação do valor que o português detém hoje no mundo comercial e industrial. Segundo dados do Banco Mundial, divulgados em julho de 2011 (Esperança et alii, 2012: 13), a língua portuguesa conta com 254,44 milhões

de falantes nativos, o que equivale a 3,66 % da população mundial, e os sete países que a acolheram como idioma nacional detêm um PIB de 1 bilhão e 807 milhões de euros. Para essa última cifra decerto contribui exponencialmente o Brasil, situado em sétimo lugar no ranking mundial.

Outros dados interessantes oferecidos pela mesma fonte dizem respeito à riqueza produzida pela diáspora portuguesa, espalhada em países da Europa, América do Norte, América do Sul e África, cujo montante chega a 56 milhões de euros. Ademais, fato de expressiva correlação com os números aqui citados, a língua portuguesa, segundo o Internet World Stats, conta com cerca de 87 milhões de usuários na Internet, número que a situa no quinto posto entre as línguas mais usadas na Web, atrás do inglês, do chinês, do espanhol e do japonês¹. Em que medida essa estatística influencia a avaliação do português do ponto de vista econômico e que projeção se poderia fazer para o futuro das relações comerciais não só entre países de língua portuguesa, como também entre países de língua portuguesa e de outras línguas de cultura?

Em uma sociedade multicultural e globalizada, a interação entre língua e economia evidencia-se em cada ato praticado. Isso porque, se de um lado o mundo econômico impõe um processo permanente de desenvolvimento global, de outro lado situam-se as pessoas que atuam como empreendedores nesse processo e que, obviamente, devem comunicar-se de forma rápida e eficaz. De nada servem as novas conquistas tecnológicas no campo da informação, que a tornaram incrivelmente rápida, para não dizermos imediata, sem que se dê conta que ainda usamos a língua como principal meio de comunicação, razão por que em situações específicas da interação econômica, tais como o comércio internacional e a gestão de bens e serviços, a língua deve ocupar o centro das preocupações em se tratando de produtividade e eficiência.

Por outro lado, se admitimos que a língua mantém-se como o principal instrumento da comunicação humana, não menos verdadeira é a constatação de que há, no contexto atual da globalização, uma área sensível de conflitos e confrontos decorrentes da diversidade linguística e do frequente contato que as línguas mantêm entre si no cotidiano das práticas sociais. Em outros termos, o contato linguístico gera situações de conflito (não necessariamente conflito armado ou de alguma forma vinculado a violência física) que levam a um cenário político pouco adequado ao natural fluxo das relações econômicas.

Em um interessante estudo sobre essa relação conflituosa, François Grin (2003) traça referência a três vínculos entre língua e economia que devem ser levados em consideração. O primeiro desses vínculos diz respeito à influência dos fatores microeconômicos e macroeconômicos no futuro das línguas. Em

¹⁻ http://www.internetworldstats.com/stats7.htm

nível microeconômico, por exemplo, o preço de produtos e serviços atrelados especificamente a dada língua (como o caso de livros) pode afetar a presença dessa língua no mercado, seja diretamente, em face da decisão do consumidor de adquirir ou não os referidos produtos, seja indiretamente, mediante maior ou menor oferta de serviços públicos, tendo em vista os respectivos custos de produção. No plano macroeconômico, o comportamento do comércio internacional também pode influenciar o trânsito de determinadas línguas nas rodas de interação negocial, seja informalmente, na boca dos atores da vida econômica, seja formalmente, em face das escolhas linguísticas das grandes corporações internacionais como veículo de comunicação interna.

Um segundo vínculo se observa entre as variantes de uso linguístico e as forças econômicas que regem as relações sociais. Por exemplo, a competência e o desempenho linguístico de uma pessoa pode garantir-lhe recompensa salarial, mas semelhante recompensa será maior se o bom desempenho for em línguas consideradas economicamente mais relevantes. No plano macroeconômico, a densidade demográfica de uma comunidade linguística pode estimular a demanda agregada de produtos e serviços específicos para falantes dessa língua. Há, por seu turno, uma correlação entre os planos micro e macroeconômicos: a ascendência de um competidor sobre os demais (devida talvez ao fator microeconômico do melhor desempenho linguístico) normalmente facilitará o acesso aos recursos econômicos ou proporcionará melhores condições para lucratividade, fato que certamente refletirá beneficamente no plano macroeconômico.

Por fim, um terceiro vínculo entre língua e economia situa-se justamente na hipótese de argumentos econômicos interferirem no plano da política linguística. O exemplo oferecido por François Grin remete-nos às estratégias de apoio às línguas minoritárias. Haverá opiniões contrárias, digamos, em face dos altos custos que as medidas estatais em prol da preservação e valorização dessas línguas podem gerar (fato que trará à pauta de discussões fatores econômicos), ao passo que outras opiniões argumentarão que tais medidas valem a pena, recorrendo a um raciocínio econômico que se baseia na ponderação das vantagens e desvantagens de sua implementação. Em suma, tratar-se-á de um embate político em que os economistas certamente entrarão na briga.

Com efeito, não é de hoje que os economistas se introduzem na seara da política linguística, não obstante tal fato seja praticamente desconhecido dos linguistas (não exatamente desconsiderado pelos linguistas), mesmo os que se dedicam ao estudo da língua em sociedade. O primeiro testemunho desta relação entre economia e linguística talvez remonte aos estudos

Raynauld e Marion (1972) acerca da correferência entre língua e status social, no sentido de que, sendo um fator étnico, a língua falada por um indivíduo pode contribuir para seu posicionamento nos estratos sociais. Esses estudos pioneiros foram importantes na avaliação do poder econômico de cidadãos negros e brancos nos Estados Unidos – falantes do Black English e do pattern English, respectivamente -, bem como das diferenças socioeconômicas entre falantes do francês e do inglês no Canadá. A partir dos anos 70, vários textos sobre desenvolvimento econômico lançaram a hipótese da língua como capital humano, de que decorreram teses importantes na área da economia educacional -qualificar-se linguisticamente deixou de ser um atributo desejável na formação individual para constituir um imperativo do desenvolvimento social. Com as teses de Vaillancourt (1980), esses dois atributos da língua – o da qualificação pessoal e o do capital humano – passaram a ser considerados, em conjunto, elementos fundamentais para a distribuição de renda no corpo da sociedade e para a ascensão do indivíduo na pirâmide social. Essa é a perspectiva com que hoje, no Brasil, se luta por maior atribuição de parcela do PIB à área da Educação e, em particular, à formação linguística do cidadão.

Em termos pragmáticos, cabe indagar em que medida as teses recentes da economia situam o ensino de línguas (seja como L1 ou como L2) como um fator decisivo para o aumento da remuneração advinda do trabalho. A premissa amplamente acatada é de que a qualificação linguística está diretamente ligada à maior possibilidade de ganhar mais dinheiro, mas como se estabelece tal vínculo no corpo da sociedade contemporânea? Segundo François Grin (2006: 17), a qualificação linguística pode contribuir para o incremento da renda trabalhista em duas frentes: em primeiro lugar, pertencer a um grupo linguístico específico pode conferir certa vantagem no mercado de trabalho e trazer desvantagem aos concorrentes. Isso é o que acontece, por exemplo, quando o domínio da L1 é um fator determinante para se obter melhores salários num cenário em que outros fatores são considerados em plano secundário. Em outras palavras, trata-se de uma situação específica em que o desempenho linguístico será o diferencial para a percepção de melhores salários na hipótese de que todos os trabalhadores sejam equivalentes em outros atributos igualmente relevantes. Para dar um exemplo, podemos citar o mercado de venda de joias e pedras preciosas que tem como principais compradores falantes de língua inglesa como L1. Os vendedores de joias obviamente devem ter qualificação diversificada para o exercício da atividade, tais como conhecer os tipos de gemas, o processo de fabricação, a procedência das pedras etc. No exemplo em tela, se todos os empregados são igualmente qualificados nesses aspectos, mas apenas um é falante do inglês como L1,

decerto esse será um atributo que possibilitará melhor renda salarial.

Em segundo lugar, o domínio de línguas estrangeiras pode ser um investimento bastante lucrativo, sobretudo se o empregador considera esse domínio especialmente relevante. Cuida-se aqui, pois, de uma situação em que, sendo todos os empregados isonomicamente qualificados em todos os demais atributos, o domínio de uma língua estrangeira possibilita que um dos empregados exerça tarefas que os demais não podem exercer. O exemplo acima dos vendedores de pedras preciosas presta-se bem para esse caso, na hipótese de que apenas alguns sejam falantes fluentes do inglês como L2 e os demais tenham conhecimento primário dessa língua.

Um exemplo análogo, que explica essa relação entre lucro e desempenho linguístico, está nos programas de computador vendidos *on line*. Imaginemos que duas empresas ofereçam programas de proteção para instalação nos computadores pessoais, conhecidos como antivírus, que sejam equivalentes em todos os aspectos. Obviamente, os programas de ambas as empresas são oferecidos em várias línguas, pois se destinam ao mercado mundial. No entanto, apenas uma empresa preocupou-se em oferecer o programa em variantes de uso de dada língua (inglês americano e inglês britânico ou português europeu e português brasileiro), fato que acabou por conferir-lhe maior lucratividade, pois os consumidores sentem-se naturalmente mais familiarizados com sua variante de uso linguístico quando devem praticar tarefas que exigem o correto entendimento de instruções em texto escrito. Não será difícil imaginar que esta empresa ganhará uma fatia maior do mercado, desde que obviamente divulgue adequadamente as vantagens linguísticas de seu produto.

Agora imaginemos uma terceira empresa que, embora ofereça um produto de igual qualidade, considere excessivamente oneroso produzir o programa de computador em numerosas línguas (possivelmente, restringir-seia às mais bem indexadas na Internet World Stats). A empresa estaria partindo da presunção de que tal fato não diminuiria competitividade de seu produto, o que realmente seria verdadeiro se outros fatores atuassem como um diferencial que conferisse a esse produto melhor avaliação em face dos demais. No entanto, como seu produto é equivalente aos demais do ponto de vista tecnológico, evidencia-se que o diferencial linguístico atuará no sentido de conferir a essa empresa uma fatia menor no mercado de programas antivírus.

Considerando toda essa digressão sobre a relação entre língua e economia, voltemos ao nó da questão: qual será o valor econômico do português hoje? Os índices referidos nas primeiras linhas deste texto nos dizem que a língua de Camões não está mal no concerto dos idiomas mais falados no mundo, o que nos leva a acreditar que seu valor de mercado, afinal,

é muito bom. Contudo, como nos advertem Alexandra Albuquerque e José Paulo Esperança, "o valor da língua portuguesa, ou de qualquer outra, não depende tanto do seu peso demográfico, nem da vontade dos falantes, nem de políticas isoladas, como das relações que cria, sejam elas científicas, culturais, artísticas, sociais e, muito especialmente, econômicas" (2010: 4). Fator mais relevante vincula-se à presença da língua nas redes sociais, no sentido de que a produção de conhecimento e sua difusão na era da internet passou a seguir padrões de cooperação e compartilhamento de tal ordem eficazes que se tornaram o veículo mais influente para produção de informação, avanço da ciência e interação cultural.

A tese, embora suscite acalorados debates sobre a real magnitude da internet como principal meio de difusão do conhecimento, goza hoje de adeptos que logram fundamentar coerentemente o crescimento de relevância de uma língua, do prisma econômico, em face de sua presença nas redes sociais com veículo de comunicação. Trata-se aqui do "efeito de rede", que se caracteriza pela ampliação do número de pessoas que mantêm contato entre si mediante um determinado veículo de comunicação. Assim como só há sentido, por exemplo, em adquirir uma linha telefônica se houver um número significativo de pessoas de nossas relações pessoais ou profissionais dispostas a também usar o telefone como meio de comunicação, também só nos animamos a ingressar numa rede virtual de interação social, como o Facebook ou o Twiter, se soubermos que outras pessoas de nosso interesse, sejam elas pessoas naturais ou pessoas jurídicas, também se dispõem a integrar a rede. Nesse aspecto, a maior presença de falantes de uma dada língua no seio da rede mundial resulta no aumento de seu valor econômico, já que obviamente no plano da interação linguística dá-se sempre preferência à construção do discurso em língua materna ou L1.

Hoje, as redes sociais conectam o indivíduo a uma imensa gama de serviços públicos e privados, aí incluídos o comércio, a indústria, as fontes de conhecimento como bibliotecas, base de dados estatísticos, além daqueles serviços ligados à administração pública que afetam diretamente a população, tais como o fornecimento de água e energia elétrica. Nesse panorama, evidencia-se que o número de usuários de uma língua confere grau específico de relevância econômica dessa língua, de que decorre sua valorização ou depreciação como ativo na construção do produto interno bruto dos países em que figura como idioma nacional. Considere-se que, em 2013, o site Semiocast situava o português como a terceira língua mais usada no Twitter²- atrás do inglês e do japonês — uma posição marcante para a consolidação dessa língua

²⁻ Ver em https://thenextweb.com/news/61-languages-found-twitter-heres-rank-popularity.

como ativo no plano macroeconômico. Já em 20218, essa posição cai para o sétimo lugar entre falantes de L1.

O inglês, não é de surpreender, figura como língua usada em mais de 50 % das mensagens do Twitter, fato que revela a forte penetração dessa rede social nos países anglofônicos e a tendência de usar-se o inglês como língua franca entre os usuários dos países não anglofônicos. Segundo o Semiocast³ a terceira posição do português em 2013 não surpreendia, tendo em vista o sucesso no Brasil das redes sociais e da comunicação em tempo real na Web, de tal sorte que nove por cento das mensagens – cerca de 4,5 milhões de mensagens ao dia - são redigidas nessa língua. Por sua vez, o site Statista⁴ situa o português como a sexta língua mais usada na Internet, atrás do inglês, do chinês, do espanhol, do árabe e do indonésio. A pesquisa, saliente-se, admite que a língua usada na Internet por um dado indivíduo é a língua nacional de seu país, embora se saiba que as pessoas podem alterar a língua de interação com os demais membros da rede de acordo com suas preferências.

Esses dados atestam inegavelmente a relevância do português como meio de comunicação linguística nas redes sociais. Isto porque as grandes empresas já se aperceberam da conveniência (talvez necessidade) de criar páginas próprias como veículo para ações de *marketing* que se disseminam rapidamente entre os membros da rede. O conceito de *marketing* parece terse firmado a partir dos anos 60 como um conjunto de ações que vão desde a criação até o compartilhamento de produtos no corpo da sociedade em geral, ou seja, uma atividade que busca bem mais do que a simples propaganda de bens e serviços. A rigor, as chamadas estratégias de *marketing* visam a pôr o produto certo no local certo, satisfazendo interesses que, obviamente, estimulam o consumo. Nesse sentido, o conforto e a satisfação do consumidor constituem um escopo imperativo das ações de *marketing*, já que, no cenário de alta competição instalado na sociedade contemporânea, decerto terá mais êxito a empresa que conferir tais benefícios a quem se propõe comprar um produto qualquer.

Muitos teóricos das relações mercadológicas insinuam que o *marketing* é a estratégia de comunicação que transforma um desejo em uma necessidade, o que explicaria, decerto, sua face perversa, insufladora do consumismo gratuito e irresponsável. Seria como convencer uma pessoa de que um dado

³⁻ Site da internet dedicado a informar os índices estatísticos de conversação no Twitter e no Facebook em tempo real.

⁴⁻ Statista é uma plataforma de dados em redes sociais que fornece informação às empresas detentoras de marcas comerciais com o objetivo de avaliar sua competitividade e o efeito das campanhas por elas realizadas nos meios de comunicação de massa.

bem de consumo é indispensável para sua existência, não obstante seja apenas um capricho de sua ânsia de consumo. Evidente que o instrumento mais eficaz para que se atinja esse escopo é o da comunicação linguística, não obstante recentes estudos falem de uma "expansão sensorial" de fatores influenciadores do comportamento humano na área do consumo (cf. Lindstrom, 2006). A tendência é ir além da audição e da visão, sentidos ligados à linguagem verbal, para explorar igualmente o olfato, o tato e o paladar. Em outros termos, uma empresa poderá ter êxito significativo se estimular o consumidor mediante experiência sensorial diversificada, criando uma aura de sensações referentes a sua marca empresarial, o que faz com que seja mais lembrada no cotidiano dos estímulos sensoriais do que suas concorrentes. No estrito âmbito da linguagem, entretanto, as estratégias de marketing podem avançar na busca de novos rumos, conforme, por exemplo, se percebe hoje no uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas redes sociais. Esse fator linguístico, sem dúvida, amplia o segmento de pessoas interessadas ou dispostas a integrar um grupo virtual para interagir no cotidiano e, do ponto de vista mercadológico, alia a marca empresarial às iniciativas de inclusão social.

Em suma, não se duvida hoje de que a língua é um ativo econômico que atua decisivamente na construção do produto interno bruto (PIB) nacional. Um projeto acadêmico de pesquisa na área da economia e do planejamento, que aparentemente ainda está por implementar-se, poderia avaliar acuradamente o valor da língua portuguesa para a construção do PIB brasileiro. A relação entre língua e PIB, por seu turno, também integra o conjunto de argumentos favoráveis a que se apliquem percentuais majorados de verbas públicas na educação linguística: os efeitos dessa política de desenvolvimento econômicosocial são daqueles cuja obviedade dispensa explicações. Cuidar da língua para fomentar a economia constitui tarefa urgente que reclama o interesse dos especialistas e, sobretudo, dos agentes estatais, responsáveis pelo imperativo crescimento econômico, espelhado no PIB, e pelo desejável desenvolvimento econômico, expresso no bem-estar da nação em termos de saúde, educação, trabalho e outros indicadores sociais.

Referências

ESPERANÇA, José Paulo; Reto, Luís Antero; Gulamhussen, Mohamed Azzim; Machado, Fernando Luís; Costa, António Firmino da. **O valor da língua portuguesa**: uma perspetiva económica e comparativa. Lisboa: Instituto Internacional de Macau e Observatório da Língua Portuguesa, Coleção Mosaico v. XXV, 2012.

- Grin, François. Language planning and economics. Current Issues in Language Planning. V. 4, n. 1, p. 1-66, 2003.
- Raynauld, André & Gérald Marion. Une analyse economique de la disparite inter-ethnique des revenus. **Revue Economique**. v. 23, n. 1, p. 1–19. 1972.
- Vaillancourt, François. **Differences in earnings by language group in Quebec 1970,** an economic analysis. Quebec: Centre International de Recherché sur le Bilinguisme, 1980.
- Albuquerque, Alexandra; Esperança, José Paulo. El valor económico del portugués: lengua de conocimiento con influencia global. Madrid: Real Instituto Elcano, 2010.
- Lindstrom <u>Martin</u>. Brand Sense: How to Build Powerful Brands Through Touch, Taste, Smell, Sight and Sound. **Strategic Direction**. V. 22, n. 2, p. 2006.

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E ENSINO DE PORTUGUÊS: PROPOSTAS PARA A SALA DE AULA

Professora Doutora Edila Vianna da Silva (UFF / ABRAFIL)

RESUMO

Expõem-se, neste artigo, algumas ponderações de linguistas que discutem o tratamento dado à diversidade linguística em sala de aula. Esses estudiosos comprovam a heterogeneidade sistemática do português falado no Brasil em função de condicionadores sociais e intralinguísticos e, especialmente, os sociolinguistas procuram desmitificar noções arraigadas no espaço escolar que contêm implicações no desenvolvimento da competência linguística do aluno.

Palavras-chave: Variação linguística. Ensino de Português. Sociolinguística.

LANGUAGE DIVERSITY AND PORTUGUESE TEACHING: SOME PROPOSALS

ABSTRACT

This article presents some reflections by linguists who discuss the treatment given to linguistic diversity in the Portuguese classroom. These scholars prove the systematic heterogeneity of the Portuguese spoken in Brazil due to social and intralinguistic factors and, especially, sociolinguists researchers seek to demystify notions consolidated in the school environment which have implications for the development of the student's linguistic competence.

Keywords: Linguistic variation. Portuguese Teaching. Sociolinguistics.

Um dos aspectos mais complexos e preocupantes do trabalho docente, sempre trazidos à discussão, quando se abordam as estratégias para o ensino de português, configura-se no tratamento da diversidade linguística em sala de aula.

Com o objetivo de refletir sobre a questão, expõem-se, neste artigo, algumas ponderações de linguistas que se debruçaram sobre o tema, especialmente os sociolinguistas, que procuram desmitificar noções arraigadas no espaço escolar e que contêm implicações no desenvolvimento da competência linguística do aluno.

A primeira reflexão é que fatores de natureza cultural e sociolinguística revelam-se nos textos uma vez que tornam o que se diz ou se escreve uma forma de contato que concretiza a comunicação entre dois sujeitos. Consequentemente, na comunicação, o que "vale para a interação por meio da palavra não é o que estamos pensando, mas o que o nosso interlocutor entende em função dos sinais que produzimos" (AZEREDO, 2007. p. 8-9)

Ensinar a língua é justamente ensinar a operar com esses sinais para que se possam construir textos eficientes — orais ou escritos — e compreender os textos dos demais interlocutores. Pode-se afirmar que essa é uma convicção generalizada, inquestionável. As dissenções iniciam-se, no entanto, quando se trazem à discussão os métodos que levarão à realização dessa meta bem como os princípios teóricos que os sustentam.

Nesse contexto, a sociolinguística traz inúmeras contribuições ao debate, ao demonstrar que todas as línguas são sistemas normatizados e, portanto, válidas, do ponto de vista científico, ou, dizendo de outro modo, não há superioridade ou inferioridade intrínsecas nas variedades de uma língua. O que existe é um conjunto de atitudes e sentimentos dos falantes em relação às suas línguas e àqueles que as utilizam (CALVET, 2002, p. 65), dando origem a preconceitos e estereótipos com respeito às variedades linguísticas, avaliadas pela sociedade como ou as "prestigiadas" ou as "de menor prestígio" – que devem ser evitadas.

Um dos questionamentos mais frequentes nesse âmbito refere-se ao conteúdo do ensino de língua materna para propiciar aos alunos a aquisição da competência linguística: que conteúdos devem ser enfatizados? Deve-se abandonar a metalinguagem? Qual deve ser a atitude do professor frente à variedade linguística? Ignorar o saber linguístico anterior aos que se iniciam na escola e suas diferenças culturais? São muitas preocupações que apresentam como questões fundamentais a conscientização sobre a diversidade que existe em qualquer língua e o conhecimento dessa variabilidade no que concerne à realidade linguística brasileira.

Fala-se muito sobre o desenvolvimento da "competência linguística", como finalidade do ensino de português como língua materna, mas a que noções exatamente a expressão remete?

Para alguns linguistas gerativistas, ela identificaria o saber gramatical, o domínio do código linguístico, tais como o conhecimento das normas de concordância ou de regência, por exemplo. Com base em tal entendimento, caberia à escola transmitir as normas gramaticais e, assim, os alunos estariam aptos a ler e escrever adequadamente. Este é, no entanto, um conceito reducionista, pois restringe o ensino da língua ao ensino de gramática.

Hymes (1995), amplia o conceito chomskiano, afirmando que a competência linguística deve incluir os aspectos contextuais e socioculturais da comunicação. Nessa perspectiva, a competência comunicativa está relacionada a certos critérios que indicam *quando falar* – ou *não falar* –, *de que falar*, *com quem falar*, *onde* e *de que forma*, significando que o indivíduo precisa ser capaz não só de produzir enunciados gramaticalmente corretos, mas também socialmente apropriados. O domínio dessa capacidade é a real função do ensino/aprendizagem de Português.

Para atingir essa finalidade, o professor deve ser orientado quanto à multifacetada diversidade linguística brasileira, conhecimento que os estudos sociolinguísticos sobre o português do Brasil pode fornecer-lhe, embora não esteja ocorrendo na sala de aula a repercussão desejável desses estudos.

É do conhecimento geral que, apesar da divulgação de trabalhos de pesquisadores brasileiros que permitem traçar um quadro de diferentes variedades do português falado e escrito no Brasil, o ensino de língua materna, em grande parte das escolas, não se pauta na reflexão sobre a realidade linguística brasileira, na qual convivem diferentes normas e variedades regionais, sociais e estilísticas.

A partir do princípio fundamental de que uma língua é um conjunto de variedades e a variação e a mudança são inerentes a todas elas, essas pesquisas comprovam a heterogeneidade sistemática do português falado no Brasil em função de condicionadores sociais e intralinguísticos.

As causas de variação, conforme destaca Alkmin (2003), podem estar relacionados a diversos fatores, pois dentro da mesma comunidade, as pessoas de sexo, origem geográfica, nível de escolaridade e idades diferentes, falam de maneiras distintas. A pluralidade evidenciada nas diferentes formas de expressão pode revelar objetivos comunicativos distintos e, principalmente, a própria diversidade cultural dos grupos, a partir da formação histórica das localidades.

O Brasil, como é do conhecimento geral, caracteriza-se pela má distribuição de renda, pela injusta distribuição de bens culturais, entre os quais, citamos com Bortoni-Ricardo (2005), as formas valorizadas de falar. Destina-se maior prestígio às variantes que mais se aproximam da norma padrão da língua e, mesmo no espaço escolar, desprezam-se muitas vezes as formas trazidas pelos alunos, representantes de realidades diversas e pouco prestigiadas da complexa sociedade brasileira.

Entre os estudos que confirmam a afirmação, investigações em sala de aula, realizadas com base nos preceitos da Sociolinguística Educacional (BORTONI-RICARDO, 2004) têm revelado grave inadequação na abordagem

da questão da heterogeneidade linguística e constatado situações em que se chega mesmo a negar o fenômeno da variação. Essa distorção prejudica o processo de educação linguística dos alunos brasileiros, que deve partir da variedade trazida pelo aluno, de modo a levá-lo a ampliar sua competência, tornando-se também usuário das variedades prestigiadas da língua portuguesa.

A sociolinguística não se restringe a discussões de natureza teórica, embora sejam de grande valor para a fixação dos conceitos sobre os quais se assenta. Tanto é que tem apresentado à comunidade acadêmica e aos docentes de português a descrição de fatos variáveis nos níveis fonético, morfossintático e discursivo-pragmático do português para subsidiar o ensino de português com base no uso real do idioma.

Pode-se estabelecer a década de 70 como o início, nos centros de pesquisa brasileiros, da formação de significativos acervos de língua falada e escrita, base de inúmeros artigos, monografias, dissertações de Mestrado e teses, que procuravam traçar um perfil do português falado no País. Essa pesquisa consistente, em especial a de natureza sociolinguística, trouxe ao conhecimento da comunidade científica o diagnóstico sobre inúmeros fatos linguísticos em variação, tanto nas variedades ditas cultas, que não são homogêneas, conforme se comprovou, entre outros, com os estudos do Projeto NURC, quanto nas variedades não cultas – ou não prestigiadas – da língua. Outrossim, linguistas brasileiros preocupados com a relevância social do ensino da língua materna, voltaram-se para as questões pedagógicas, considerando-as uma questão de "responsabilidade social", caso do grande cientista da linguagem Aryon Rodrigues (1966, p. 4-15).

Apesar de admitir-se que o conhecimento da realidade linguística brasileira avançou bastante e que se criaram — e adotaram — novas orientações pedagógicas em virtude desse conhecimento, o Brasil ressente-se ainda da falta uma política pedagógica para o ensino da língua materna que tenha em vista a transformação social. Ou numa abordagem mais prática, partir dos usos linguísticos reais dos estudantes, para atingir o objetivo principal do ensino de Português, qual seja, o acesso à cultura letrada e, dessa forma, propiciar a todos o instrumental necessário para viver em sociedade.

Professores conscientizados dos fatores da variação podem fazer da aula de português o momento para expor seus alunos a situações variadas de comunicação, nas quais os discentes tomarão conhecimento de textos que configurem diversos estilos linguísticos. Poderão também desenvolver um trabalho que tenha os textos dos alunos como base, caso em que, ao se deparar com um fato em variação na língua, o professor poderá explicá-lo e demonstrar a situação adequada ao emprego de cada uma das variantes da regra.

Para ilustrar esse ponto de vista, de forma prática, retirem-se exemplos de dois fatos em variação na língua em uso comuns hoje na fala de muitos brasileiros, jovens e adultos (SILVA; ANGELIM, 2006, p. 69-79).

- a) "As crianças chamavam ele de palhacinho.
- b) Guilherme, você não quer que eu apresento o programa?"

Frente às estruturas transcritas, o professor poderá comentar que em a) o emprego do pronome nominativo em função complementar é hoje comum, na linguagem coloquial, em estilos distensos, mas que, na escrita formal, se deve empregar o clítico o; em b) que os falantes de algumas variedades estão substituindo o subjuntivo presente pelo indicativo presente, mas se o verbo não expressa um fato certo, real, é o subjuntivo que deve ser empregado, especialmente, na modalidade escrita da língua.

Dessa maneira, o professor não estará rejeitando as formas trazidas pelos alunos, mas tornando-os conscientes dos múltiplos recursos funcionais postos à disposição dos falantes para sua expressão. Sua atitude positiva em face da variação não só é um incentivo ao aluno, mas também lhe permite perceber que a língua escrita amplia a capacidade de revelar significados e de comunicá-los aos outros indivíduos.

Sobre o tema, Ataliba de Castilho, no artigo sempre atual, *Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa* (1978, p. 13-20), ao comentar a evolução das atitudes linguísticas, em fases históricas mais recentes do ensino de português, atesta que houve um momento da política linguística muito simplificadora, em que "se identificava uma determinada variante diacrônica ou geográfica como o melhor português" e daí partia-se para o processo de ensino/aprendizagem da variedade em questão. Seguiu-se a esta fase uma visão igualmente simplista do *importante é comunicar-se*, a fase do *vale tudo*, "posição demagógica e igualmente inoperante" (palavras do autor). No momento, a política linguística volta-se para a valorização da variedade que o aluno traz, como símbolo de sua identidade. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs, o aluno deve ser conscientizado da variabilidade linguística, correlacionada com as situações a que corresponde, a fim de que se evitem preconceitos e que o educando prepare-se para uma eventual mudança de ambiente linguístico.

Além do Professor Ataliba – e de muitos outros linguistas consagrados – que se ocupam com a questão do ensino do português, destacam-se por sua contribuição efetiva para responder às indagações dos professores de língua materna, na direção do ensino de português como fator de transformação

social, a linguista e educadora Stella Maris Bortoni-Ricardo. Em obra dirigida, especialmente aos docentes, Bortoni-Ricardo (2005) apresenta reflexões pertinentes sobre a prática na sala de aula de língua portuguesa e oferece instrumental adequado para a observação dos fatos de variação em sala. Oferece, ainda, os instrumentos de análise para lidar com as regras das variedades linguísticas estigmatizadas por meio da proposta de atividades de reflexão dos professores com seus alunos.

Um dos temas enfatizados pela Autora é a necessidade de fazer ver aos docentes que, da perspectiva estritamente linguística, a noção de *erro* não existe e que os chamados *erros* cometidos por nossos alunos explicam-se no próprio sistema e no processo de evolução da língua. Se não, como explicar que de Norte a Sul do País milhões de falantes "erram" nos mesmos contextos fonológicos e morfossintáticos, como, por exemplo, na pronúncia da lateral palatal "lh" como semivogal anterior "y", em *trabaio*, *foia* e no apagamento da marca de plural no núcleo e no qualificador do sintagma nominal em "*as blusa amarela*?

Reconhecer a existência das diferenças e respeitá-las não significa, no entanto, na opinião de Bortoni-Ricardo, ignorar a existência das regras linguísticas prestigiadas, uma vez que é função da escola aprimorar e diversificar a competência comunicativa do aluno. Em outros termos, cabe à escola ampliar a mobilidade linguística do estudante, garantindo-lhe um amplo trânsito pela heterogeneidade linguística em que vive (FARACO, 2008, p. 165). De modo objetivo, é incumbência da escola, então, desenvolver os recursos comunicativos dos educandos, não só os gramaticais, mas também o acervo vocabular e as estratégias retórico-discursivas características dos inúmeros gêneros textuais empregados nas práticas de comunicação social.

Necessário se faz evidenciar, quanto ao trabalho com a gramática, que não se trata de discutir características léxico-gramaticais isoladas, por sua inutilidade em ampliar a capacidade discursiva, mas associar essa ação às práticas socioculturais da escrita, à prática das atividades de letramento.

Uma proposta que hoje predomina no ensino e que parece ser a forma ideal de associar a bagagem linguística do aluno à aquisição de múltiplas possibilidades de expressão é ter os gêneros textuais como ponto de partida do trabalho de leitura e produção textual. Não se trata, porém, de memorizar teorias sobre os gêneros textuais ou apenas descrever as estruturas dos diversos gêneros, mas elaborar textos que configurem gêneros efetivamente incorporados à prática escolar. Analisar e promover a produção de textos pela sequência gradativa dos gêneros mais frequentes entre os usuários, conforma faixa etária e/ou as funções que eles desempenham na sociedade, torna o ensino

da língua mais prazeroso e efetivo. O aluno, ao produzir textos que integrem o seu cotidiano, sentirá como de utilidade imediata o desenvolvimento do seu desempenho linguístico.

A noção de texto aqui empregada pode ser aplicada a toda e qualquer produção de *linguagem situada*, oral ou escrita e não exclusivamente a artigos de opinião e outros gêneros, de natureza predominantemente argumentativa, comuns no fazer de sala de aula, muitas vezes sem uma finalidade prática que o justifique, salvo uma preparação para provas e concursos.

Para isso, é necessário que atividades variadas sejam propostas aos alunos para evidenciar os mecanismos de construção linguística, característicos dos diferentes modos de organização do discurso, como o exercício do vocabulário de forma criativa e dinâmica, a associação da classe e função dos vocábulos na frase, a ampliação das frases por meio dos processos de coordenação e subordinação. O aluno, dessa forma, poderá aprimorar-se no uso dos mecanismos linguísticos que já domina na sua linguagem cotidiana, bem como ampliar o seu acervo com aquisição de outros da língua culta (PEREIRA et alii, 2006, p. 29).

Grandes auxiliares dos docentes nessa tarefa são os livros didáticos. As coleções preferidas pelos docentes das escolas públicas, de acordo com o PNLD no entanto, abordam a questão da variação linguística nem sempre como um tema contínuo, que perpasse as obras, mas como um conteúdo estanque, isolado e não lhe atribuem o tratamento adequado. (OLIVEIRA, 2014). A análise detalhada e criteriosa empreendida pela pesquisadora citada nas cinco coleções de preferência dos professores das escolas brasileiras, revelou também que, em nenhuma das obras, houve a preocupação de despertar os educandos para as questões sociais, origem da valorização de determinados dialetos e da estigmatização de outros.

Conceito importante na prática escolar, por influenciar o comportamento do professor face ao desempenho linguístico de seus alunos e, portanto, o processo de ensino/aprendizagem, é o de *norma*. A par da polissemia do termo, pode-se a ele atribuir duas concepções gerais. A primeira representa um modelo para um grupo de usuários da língua: é a norma abstrata, subjetiva; a segunda diz respeito ao uso concreto, àquele de preferência em determinadas comunidades de fala. A norma idealizada apresenta um perfil normativo, seria a norma preconizada pelos compêndios gramaticais. Na segunda acepção, a norma corresponde ao conjunto de usos linguísticos costumeiros, preferenciais de uma comunidade. Se essa comunidade tem prestígio social, sua variedade será considerada a *norma culta*.

No que diz respeito à questão da escolha de uma norma para basear seu

trabalho, para que obtenha sucesso, o professor deverá dominar um contínuo de *normas*, que, segundo Bortoni-Ricardo (2004, 2005), vai de um estilo *mais monitorado* para um *menos monitorado* (contínuo de monitoração estilística); do *mais rural* para o *mais urbano* (continuo de urbanização) e do *mais oral* ao *mais escrito* (contínuo de oralidade – letramento). Isso porque com a ampliação da oferta de vagas por todo o Brasil, chegaram à escola alunos de classes sociais não privilegiadas, com suas respectivas variedades linguísticas igualmente desprestigiadas. Conhecendo os *contínuos*, o docente poderá traçar o perfil das variedades de seus alunos e, assim, orientá-los no emprego de outras variedades adequadas ao gênero e à situação de comunicação em que seus textos serão utilizados.

Um outro fator de variação, ligado à noção de norma e que deve estar presente nas preocupações dos docentes de língua portuguesa é a modalidade de língua utilizada. Por suas próprias finalidades, há grande diferença entre a fala e a escrita. Para exemplificar, a fala praticada por indivíduos com alta escolaridade difere da escrita praticada por esses mesmos indivíduos (MARTINS; VIEIRA, 2014). Dados do projeto NURC constatam essa realidade, que a muitos estudiosos até hoje surpreende.

A norma culta brasileira falada se identifica, na maioria das vezes, com a linguagem urbana comum, ou seja, com a fala dos falantes que estão fora do grupo dos chamados de cultos e não propriamente com as prescrições da tradição gramatical mais conservadora. (FARACO, 2008, p.46)

O professor deve estar consciente da diferença entre as modalidades para não exigir de seu aluno um desempenho linguístico característico da modalidade escrita em um texto oral. Além disso, deve entender que não há apenas uma norma culta; que ela é realizada diversamente em diferentes regiões do Brasil e mesmo entre diferentes gerações de falantes.

Os temas aqui discutidos fazem parte da questão maior, qual seja, o sugestão de propostas didático-pedagógicas para as aulas de português. Considera-se que o professor consciente da diversidade linguística com que lida em sala de aula e que domine seus temas conexos, como o conceito de norma, variação, modalidades linguísticas, será capaz de criar estratégias linguísticas adequadas ao desenvolvimento de uma educação de qualidade na área da linguagem.

É oportuno, quanto à questão, salientar a necessidade de divulgação das pesquisas linguísticas, em especial as de natureza sociolinguística, entre

os docentes para que a partir delas possam aprimorar suas práticas com fundamento em trabalhos empíricos realizados com rigor teórico.

Pode parecer ao leitor que ao insistir no caráter variável da língua, preconiza-se um desprezo às normas gramaticais. Não é verdade. Os linguistas defendem que o ensino proporcione aos discentes o acesso às variedades cultas, não como substituição às variedades que os identificam, mas como ampliação de sua competência. O problema é estabelecer que variedades são essas ...

É válida e necessária a busca de alternativas pedagógicas para sensibilizar os alunos para a variação e seus significados sociais e culturais, mas simultaneamente é preciso realizar pesquisas que ampliem o conhecimento da realidade linguística do país e que sirvam de base a discussões sobre uma política linguística que projete critérios para o desenvolvimento das atividades de ensino, especialmente, de língua portuguesa. Urgente também se faz, em virtude do insucesso da escola, cada vez mais flagrante, uma necessária revisão nos programas relativos à tarefa escolar de levar os alunos a desenvolverem sua competência de comunicação tanto na modalidade falada quanto na escrita.

Como palavras finais deste artigo e que servem como resumo das ideias aqui veiculadas, oferece-se à reflexão do leitor a mensagem de Rosa Virgínia Mattos e Silva (2002, p. 51), sempre atual em suas ponderações, na proposta de uma pedagogia da variação:

... essa nova pedagogia conscientizadora linguística e de respeito de fato à diversidade dialetal brasileira, respeito no sentido de, no processo de ensino de língua materna, trabalhar com as variedades em convívio, em nível de igualdade e interesse, sabendo explicá-las, sem escamotear para os alunos as avaliações sociais para cada uma delas, é um caminho fundamental.

Referências Bibliográficas

ALKMIN, Tania. Sociolinguística. (2003). In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística*: domínios e fronteiras. São Paulo, Cortez. p. 21-47. v.1.

AZEREDO, José Carlos de (2007). Ensino de português: fundamentos, percursos e caminhos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2004). *Educação em língua materna*: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola.

_____. (2005). *Nós cheguemu na escola, e agora*? São Paulo: Parábola. CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística*: uma introdução crítica (2002). São

Paulo: Parábola.

CYRANKA, Lucia F. Mendonça (2015). A pedagogia da variação linguística é possível? In: ZILLES, Ana Maria; FARACO, Carlos Alberto (org.). *Pedagogia da variação linguística*: língua, diversidade e ensino. São Paulo, Parábola. p. 31-51.

FARACO, Carlos Alberto. (2008). *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.

HYMES, D. (1995). Acerca de la Competencia Comunicativa. In: Llobera, M. et al. *Competencia comunicativa*. Documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras. Madrid: Edelsa.

MARTINS, Marco Antonio; VIEIRA, Silvia; TAVARES, Maria Alice (Orgs.). (2014). Ensino de português e sociolinguística. São Paulo: Contexto.

OLIVEIRA, Gabriela B. (2014). *Variação linguística na sala de aula: encontros e desencontros*. Niterói: Dissertação de Mestrado em Letras (UFF).

PADILHA, Emanuele Coimbra. Reflexões sobre a competência comunicativa e a formação de professores de língua estrangeira e suas competências. Disponível em:

. Acesso em: 14 mar.2019.

PEREIRA, Cilene da Cunha *et alii* (2006). Gêneros textuais e modos de organização do discurso: uma proposta para a sala de aula. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida; SANTOS, Leonor W. (Orgs.). *Estratégias de leitura*: texto e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna (1966). Tarefas da linguística no Brasil. *Estudos linguísticos*, São Paulo, 1 (1), p. 4-15.

SILVA, Edila; ANGELIM, Regina (2006). O ensino de língua portuguesa: da heterogeneidade linguística à prática em sala de aula. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida; SANTOS, Leonor W. (orgs.). *Estratégias de leitura*: texto e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos (2002). *Contradições no ensino de português*. 5. ed. São Paulo: Contexto.

ATLAS ETNOLINGUÍSTICO DO ACRE - ALAC

Prof.^a Dr.^a Luísa Galvão Lessa Karlberg Presidente da Academia Acreana de Letras Pesquisadora CNPq, Campus Floresta - UFAC

SINOPSE

Estudo dialectológico no Estado do Acre e constituição do primeiro atlas linguístico da região, com 220 Cartas Léxicas a apontar fronteiras léxicas nas três Áreas de Pesquisa que recobrem o Acre, em nove Zonas e dezoito Pontos de Inquérito, propiciando a descrição da variável diatópica nas localidades pesquisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Dialectologia Social. Geolinguística. Linguagem

SYNOPSIS

Dialectological study in the State of Acre and constitution of the first linguistic atlas of the region, with 220 Lexical Letters to indicate lexical borders in the three Research Areas that cover Acre, in nine Zones and eighteen Points of Inquiry, providing a description of the diatopic variable in the localities researched.

KEYWORDS: Social Dialectology. Geolinguistics. Language

1 - INTRODUÇÃO

Este Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC¹ é fruto de um sonho acalentado no Curso de Doutorado, na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, precisamente no ano de 1988, a partir das idéias do Prof. Dr. Celso Ferreira da Cunha. Ganhou estímulo e vitalidade com o auxílio da Prof.ª Dra.

¹⁻ Atlas Linguístico é um conjunto de mapas onde se registram traços fonéticos, lexicais e/ou morfossintáticos característicos de uma língua num determinado âmbito geográfico. Aqui, os traços evidenciados são os lexicais, no espaço geográfico do Estado do Acre. A construção de um atlas linguístico exige muitas outras providências, obviamente, mesmo pensando em um atlas de pequeno domínio, com apenas um entrevistador. O pesquisador não passará à coleta de dados sem munir-se, previamente, das ferramentas de pesquisa que possibilitem o máximo de aproveitamento dos dados, coletados nas localidades e estudos sobre a região, em especialmente, no processo de realização das entrevistas simples e de elite, para compilar dados fidedignos e alcançar análises competentes.

Cilene da Cunha Pereira, orientadora da Tese de Doutorado "Glossário do Vale do Acre: látex e agricultura de subsistência", em quatro volumes, no ano de 1992, tempo em que se coletou volumoso banco de dados orais. Dali em diante a tarefa de elaboração do Atlas Etnolinguístico do Acre passou a ser uma proposta real.

No decorrer dos anos, 1993-2015, esse acervo foi consideravelmente ampliado, alcançando 4.025 horas de gravações, seguindo uma Rede de Pontos de Pesquisa traçada pelo modelo de questionário elaborado por Maria do Socorro Aragão, para a confecção do Atlas Linguístico da Paraíba. Também foi fundamental entender como se construíram os atlas linguísticos já existentes no Brasil, incluindo a proposta do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB. Nela Cardoso (2009) mostrava alguns estudos anteriores ao então ALiB que, de alguma forma, estavam ligados aos ramos de pesquisa referentes aos estudos da Dialetologia e da Geografia Linguística ou Geolinguística².

Foi com Suzana Alice Cardoso que nasceu o ALiB. E, na esteira dele, vieram muitos outros atlas regionais, com traços análogos e estilos individuais. Observa-se, então, nesse cenário, não haver um padrão uniforme de construção de atlas linguístico, porquanto cada pesquisador tem um modo singular de produção. Mas, de modo geral, cada atlas carrega, consigo, um pedaço do falar brasileiro e, portanto, um pouco da alma da população do país, na linguagem, nos costumes, tradições e cultura.

A importância dos atlas linguísticos para o estudo da variação linguística é grande, pois podem ser utilizados pelo público especializado da Linguística e de áreas afins. Podem auxiliar os dialetólogos na definição de áreas dialetais ou de falares; oferecer subsídios para os pedagogos aprimorarem seus materiais didáticos, levando em consideração as diversas realidades linguísticas de uma comunidade. Podem, também, auxiliar os lexicógrafos na produção de dicionários, principalmente no acréscimo ou na validação de algum termo de uso regional.

E, na elaboração de um atlas linguístico, não se pode deixar de mencionar o caráter didático que eles possuem, fazendo com que usuários não especializados os leiam por curiosidade ou deleite. Atualmente, existem atlas dos mais variados tipos, relativos à extensão territorial — de pequenas cidades <u>a atlas continent</u>ais e de família de línguas. Há, ainda, atlas que contemplam, 2- Geolinguística, segundo Coseriu (1987, p. 79), "designa exclusivamente um método dialetológico e comparativo [...] que pressupõe o registro em mapas especiais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unitária, numa rede de pontos de um determinado território, ou que, pelo menos, tem em conta a distribuição das formas no espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados".

apenas, um aspecto da linguagem, como o fonético ou o lexical. Por outra parte, há aqueles que congregam muitos níveis, como o fonético, lexical, morfossintático, dentre outros. Há, também, atlas impressos e eletrônicos, em formato de e-book como aqui se faz. http://www.ufac.br/editora/livros-digitais.

Uma pesquisa dialetal, da natureza desta, por mais bem planejada que seja, apresenta, sempre, na sua realização, inúmeras surpresas decorrentes da riqueza do relato de vida de cada informante. Essas surpresas, especialmente no campo lexical, no que se refere às denominações do universo vivencial das pessoas, longe de invalidarem o projeto inicial, enriquecem-no com as novas visões e perspectivas de leitura das experiências de vida contadas. A surpresa maior desta pesquisa, a título de ilustração, foi observar, no seu *corpus*, numerosos traços conservadores da língua portuguesa da primeira metade do século XVI, como as formas "entonces"; "u'a"; "siñora"; "cousa"; dentre outros usos. Esse conservantismo, detectado no português popular acreano, corrobora com o que diz Fernão de Oliveira³, na sua gramática de 1536, ao dividir as lições em: a) nossas - alheias - comuns; b) apartadas - juntas; c) velhas - novas - usadas; d) próprias - mudadas; e) primeiras - tiradas.

2 – MATERIAIS E MÉTODOS

O banco de dados foi coletado seguindo a vitalidade do método cartográfico de Gilliéron⁴, ao entender que "o segredo da língua está encerrado no falar". Utilizou-se, na recolha, dois modelos de questionários: um Geral (QSL) e outro Específico (QFF). O primeiro, voltado para o ser humano e o meio físico social, história de vida, com 1265 perguntas; o segundo, constituído por 1.235 perguntas, englobando três grandes Campos Semânticos: A - NATUREZA - com duzentas e oitenta perguntas; B – HOMEM - com duzentas e cinquenta e oito perguntas; C – TRABALHO – com duzentas e noventa e sete perguntas.

Para a recolha dos dados, o Estado do Acre foi dividido em três Áreas, 9 Zonas de Pesquisa e 18 Pontos de Inquérito. Em cada Ponto, na primeira fase, tomaram-se 6 informantes, em três faixas etárias, sexo masculino e feminino, analfabetos, totalizando 1.225 horas de gravação. Anos mais tarde, 3- Fernão de Oliveira. In Infopédia. Porto: Porto Editora: 2003-2012. http://www.infopedia.

³⁻ Fernão de Oliveira. In Infopédia. Porto: Porto Editora: 2003-2012. http://www.infopedia.pt/\$fernao-de-oliveira.

⁴⁻ Jules Gillièron, autor do Atlas Linguístico da França. Ele Atlas Linguístico da França. Ele consolidou a ciência Dialetologia como nova linha de investigação e solidificou o estudo da variação, no caso, tomando como contexto um espaço geográfico e buscando elucidar a relação entre língua e meio social.

esse *corpus* foi bastante ampliado, aplicado a informantes alfabetizados, nível médio e superior, no intuito de se alcançar os variados níveis de escolaridade e neles olhar a linguagem, nos aspectos léxicos, fonéticos, semânticos e morfossintáticos. Para tanto, voltou-se a utilizar o Questionário Fonético Fonológico (QFF), bem como o Questionário Semântico Lexical (QSL) e a pesquisa alcançou 4.025 horas de gravação. Os questinários, como se disse acima, seguiram o modelo do trabalho de Maria do Socorro Aragão no Atlas Linguístico de Paraíba, com pequenas adequações.

Para o desenvolvimento da pesquisa, modo geral, foram observados os pressupostos teórico-metodológicos da Geografia Linguística ou Geolinguística e da Sociolinguística. Ressalte-se, todavia, como afirmam Ferreira e Cardoso (1994), a Geografia Linguística ou Geolinguística é um método utilizado pela Dialetologia e não é uma ciência. E esse método é ajustado aos meios que dispõe o pesquisador no desenvolvimento de tão importante empreitada, segundo as especificidades da região estudada, bem como os recursos tecnológicos que dispõe para cruzamento e análise dos dados. São muitas informações e variáveis que não comportam serem mensuradas manualmente. É importante o uso de softwares capazes de atender as especificidades dos fenômenos linguísticos.

Os mapas do ALAC, muito embora sigam modelos brasileiros, também se assemelham aos estudos do Atlas Linguístico da Península Ibérica – ALPI⁵, tais como aqueles de Cartas Léxicas, em Portugal. Esses mapas recobrem uma rede de localidade – aqui são três Áreas, nove Zonas de Pesquisa e dezoito Pontos de Inquérito – onde se fazem incursões léxicas, no caso de «sentidos» ou «significados», representados por um grande número de vocábulos. Nesse fazer, considerando a grandeza dos dados, não é impossível que se deixe escapar, entre as suas malhas, alguns itens vocabulares que certamente irão figurar numa próxima etapa.

E para que essa tarefa de confecção do Atlas Etnolinguístico do Acre-ALAC não ficasse tão distanciada dos demais trabalhos brasileiros, buscou-se um software da Cartografia denominado ArcGIS, que foi utilizado numa fase do ALiB. Trata-se de um programa de Geoprocessamento, que abarca, em sua lógica, princípios computacionais, matemáticos e geográficos, no intuito de propiciar a análise, o manuseio e a geração de projetos na Área da Cartografia, entre outras finalidades. O termo Geoprocessamento é aqui utilizado como sendo um campo de atuação dentro da Geografia, que relaciona software (programa), hardware (aparatos físicos computacionais) e peopleware

⁵⁻ Atlas Linguístico de la Península Ibérica (ALPI) es un proyecto de Atlas linguístico concebido en 1914 por Ramón Menéndez Pidal.

(profissionais capacitados para o exercício da função), no objetivo de aprimorar a Cartografia como um todo e atender ao advento do Sensoriamento Remoto (campo de estudo responsável pelo imageamento de satélite e sua consequente utilização dos produtos aí gerados).

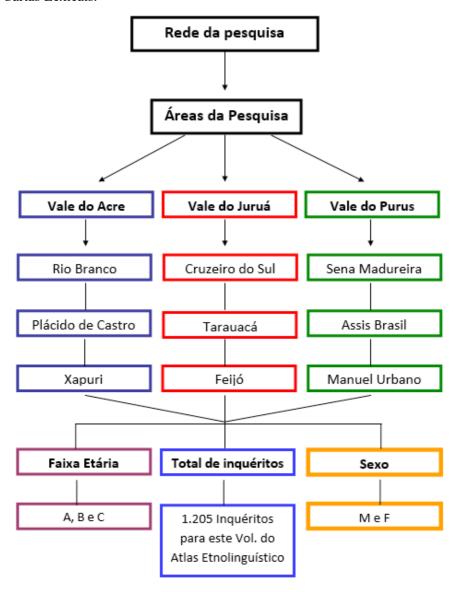
O ArcGIS é um sistema de informações geográficas (SIG), que trabalha e/ou assimila, em suas funcionalidades, tanto dados espaciais (os mapas, cartas e plantas propriamente ditos) quanto os dados alfanuméricos (os atributos do banco de dados do programa utilizados para a construção cartográfica). Assim, há o cruzamento e interligação desses dois tipos de dados, o que proporciona a espacialização de pontos, linhas e polígonos, ou seja, o georreferenciamento das três matrizes básicas utilizadas em qualquer mapeamento temático. No caso, utiliza-se o ArcGIS para demarcar, por meio de mapas cartográficos, as fronteiras dialetais no Estado do Acre, nas Áreas de Pesquisa do Vale do Juruá, Vale do Purus, Vale do Acre, apontando, inicialmente, fronteiras léxicas entre as Áreas de Pesquisa (VA, VP, VJ).

Utilizou-se, também o Pacote UTIL, da UFRJ. Ele possibilitou organizar os itens lexicais, por forma e frequência, a partir dos dados digitalizados em Computador. Por meio dele foi possível, por exemplo, localizar, nos inquéritos, os itens lexicais desejados e, ainda, contar quantas vezes essas palavras aparecem em determinado inquérito, ou seja, a frequencia de uso das palavras por cada informante. Esse Pacote UTIL auxiliou, sobremaneira, para marcar e sistematizar os itens lexicais por Área de Pesquisa. Igualmente, será utilizado, oportunamente, para demarcar as variáveis linguísticas e extralinguísticas nos *corpora* ALAC, quando da feitura das Cartas Fonéticas.

A confecção das Cartas Léxicas que compõem o Atlas, num total de 220, aqui postas somente 4, por amostragem, resultam da catalogação das palavras utilizadas, pelos informantes acreanos⁶, no espaço geográfico do Estado do Acre, dividido em três grandes regiões: Vale do Juruá (VJ), Vale do Purus (VP), Vale do Acre (VA). Olham-se a unidade e a diversidade linguística entre essas três regionais, seguindo as respostas obtidas por meio de Questionários.

⁶⁻ O Governo do Acre, após consulta pública, sancionou a lei Nº 3.148 que institui o termo "acreano" com "e" como o gentílico oficial do Estado. O texto foi publicado na edição do dia 28/07/2016, no Diário Oficial do Estado (DOE).

Gráfico 1 – Rede de Áreas e Zonas de Pesquisa do ALAC neste Volume de Cartas Lexicais.



3 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Há bastante tempo o léxico das línguas vêm sendo estudados sob variadas perspectivas. Há, de um lado, pesquisas que se voltam para o estudo histórico desse léxico, descrevendo-o e analisando-o com base numa abordagem diacrônica. De outra parte, existem aqueles estudos que, por meio de pesquisa de campo, registram o falar de determinadas comunidades linguísticas, num plano sincrônico, ou que fazem, também, um estudo léxico-comparativo entre o estado atual da fala e os documentos escritos em épocas anteriores, com base, por exemplo, nas correspondências trocadas entre familiares, amigos etc.

Em verdade, o ato de nomear constitui, em si só, uma apropriação da cultura. Muitos são os exemplos que se poderia arrolar sobre a nomeação como ato de apropriação pela linguagem, mas dois são evidentes. Em Gênesis, a criação do mundo faz-se pela palavra, pela nomeação de cada uma das partes criadas para a constituição desse mundo. Outro exemplo revelador é o da aquisição da linguagem pelas crianças. A necessidade da comunicação, associada à limitada dominação da língua, determina escolhas, relegando a um segundo momento a aquisição e o domínio de estruturas complexas e centrando o esforço de comunicação na nomeação do mundo que as cerca. Posteriormente, as escolhas lexicais serão reveladoras dos valores que cultuam, das influências sofridas, da história pessoal e coletiva.

Colocadas estas preliminares, considera-se relevante que um estudo da dimensão lexical tem, ainda, por objetivo a elaboração de dicionários de língua geral, estudo que contribuiu para a instituição de disciplinas como a Lexicologia e a Lexicografia, que são responsáveis por estudos de dimensão lexical, tais como à elaboração de glossários, dicionários técnico-científicos e bancos de dados terminológicos que proporcionaram o desenvolvimento de disciplinas como a Terminologia e a Socioterminologia.

Depreende-se, então, que dessa evolução teórico-metodológica dos estudos sobre o léxico, a Dialetologia e a Geografia Linguística estiveram sempre interessadas em registrar o patrimônio lexical de um passado recente e as mudanças lexicais ocorridas graças às transformações sociopolíticas e geopolíticas ocorridas numa dada língua, em qualquer parte do planeta. Por isso, certamente, essas duas disciplinas se mantiveram vivas do final do século XVIII até os dias atuais.

Ademais, sendo as palavras os elementos mais importantes de uma língua, o estudo do léxico tem caracterizado os estudos em Dialetologia que sempre demonstraram a urgência que há no registro da diversidade lexical do

português, como afirma Couto (2009, p. 146):

Ao lamentar o desaparecimento dos dialetos rurais, não estou propugnando por um iletramento, um não-acesso ao DE [dialeto estatal]. Pelo contrário, estou lamentando a perda de todo um conhecimento que se vai com o desaparecimento de uma variante do português. Isso porque, quando uma palavra desaparece, o fato se dá porque a coisa designada por esta também desapareceu ou, pelo menos, o conhecimento que a comunidade tinha da coisa, como sabiam os membros da escola dialetológica Wörter und Sachen (palavras e coisas). O que estou defendendo é a variedade, a diversidade de dialetos, inclusive o dialeto estatal. Como nos ensina a natureza, diversidade representa riqueza, no caso riqueza de meios expressivos, o que não é algo ruim que deve ser extirpado, como querem os normativistas para as variedades não padrão, não estatais.

O projeto ALiB corrobora toda uma história de estudos dialetológicos voltados para o registro, entre outros, da variação lexical. Trata-se de um marco divisório entre estudos dialetológicos voltados para metodologias que focalizavam o espaço rural e estudos voltados para o contínuo rural-urbano em razão das mudanças sociopolíticas e econômicas. Os estudos do léxico têm se beneficiado desse passo importante na história da dialetologia brasileira.

Avalia-se que a preocupação com o conhecimento das variedades regionais de uma determinada língua natural data de longo tempo. Todavia, foi somente com a instituição da disciplina de Dialetologia no currículo regular da École Pratique des Hautes Études de Paris e do surgimento do Atlas Linguístico da França, expondo a realidade dialetal do país, que foram fixadas às bases da Geolinguística como método essencial para a pesquisa dos dialetos de uma língua.

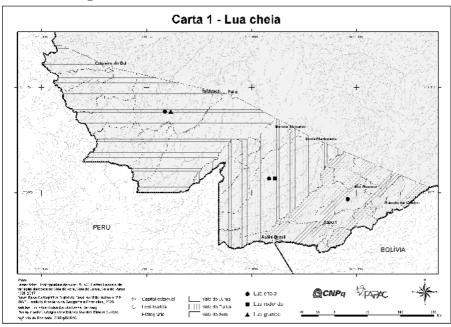
ADialetologia, seja assinalando para uma perspectiva pluridimensional, seja mantendo-se fiel ao preconizado pelos dialetólogos tradicionais, foi, no correr do tempo, ganhando espaço no âmbito das pesquisas sobre os falares regionais, os dialetos, ora recebendo severas críticas (sobretudo quanto ao número e ao perfil dos informantes selecionados para a coleta de dados) de linguistas estruturalistas e em especial dos sociolinguistas que implantaram uma metodologia calcada em variáveis sociais que interferem no uso da língua. Todavia, a despeito disso, a Dialectologia apresenta-se, no curso da história, como uma disciplina

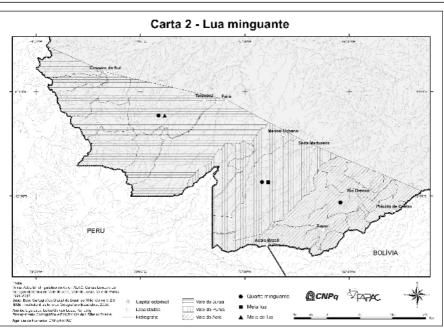
que assume por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme a sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica. Dois aspectos fundamentais estão, pois, na sua gênese: o reconhecimento das diferenças ou das igualdades que a língua reflete e o estabelecimento das relações entre as diversas manifestações linguísticas documentadas ou entre elas e a ausência de dados registrados, circunscritos a espaços e realidades pré-fixados (CARDOSO, 2002, p.1).

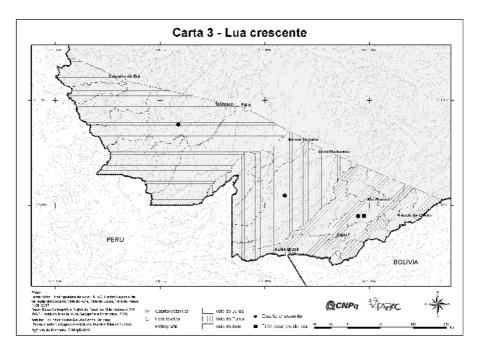
4 - CARTAS LÉXICAS

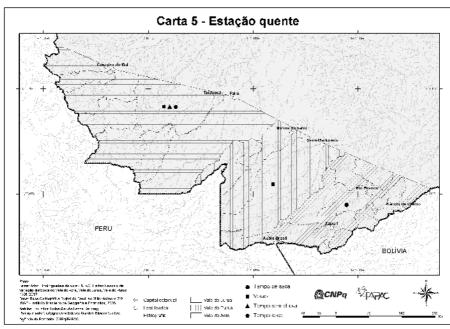
As 220 Cartas Lexicais que compõem o Vol. I do Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC abraçam três grandes campos semânticos: NATUREZA, HOMEM, TRABALHO. Recobrem três áreas de pesquisa: Vale do Acre (VA); Vale do Purus (VP); Vale do Juruá (VJ); Nove Zonas de Pesquisa: Rio Branco (RB), Plácido de Castro (PC), Xapuri (XA); Assis Brasil (AB), Manuel Urbano (MU), Sena Madureira (SM); Cruzeiro do Sul (CS), Tarauacá (TC), Feijó (FJ); Dezoito Pontos de Inquéritos: RB = 1. Porto Acre (PA) e 2. Seringal Nova Califórnia (AC); PC = 3. Seringal Triunfo (ST) e 4. Porto de Plácido; XA = 5. Seringal Sibéria (SS) e 6. Porto de Xapuri (PX); AB = 7. Seringal Cascata e 8. Bairro Plácido de Castro; MU = 9. Bairro São Francisco e 10. Bairro Palheiral; SM = 11. Bairro São Francisco e 12. Porto de Sena; CS = 13. Bairro Miritizal 14. Porto do Buraco; TA = 15. Bairro da Praia e 16. Porto de Tarauacá; FE = 17. Porto de Feijó e 18. Bairro São Francisco, que correspondem, respectivamente, às nove zonas de pesquisa descritas no gráfico acima, em materiais e métodos.

4.1 – Amostragem das Cartas









4.2 – Leitura das Cartas

Carta 1 – Lua Cheia

Unidade linguística linguística: Lua cheia (VA, VP, VJ)

Diversidade linguística linguística: Lua redonda (VP).

Lua grande (VJ).

Fronteiras lexicais: Lua redonda (VP)

Lua grande (VJ)

Análise linguística: Luísa Galvão Lessa Karlberg

Data: 02/10/2017

Carta 2 – Lua Minguante

Unidade linguística: Quarto minguante (VA, VP, VJ).

Diversidade linguística: Meia lua (VP, VJ).

Fronteira léxica: Meia lua (VP, VJ).

Análise linguística: Luísa Galvão Lessa Karlberg

Data: 02/10/2017

Carta 3 – Lua crescente

Unidade linguística linguística: quarto crescente (VA, VP, VJ).

Diversidade linguística: três quartos de lua (VA).

Fronteira lexical: três quartos de lua (VA)

Análise linguística: Luísa Galvão Lessa Karlberg

Data: 02/10/2017

Carta 5 – Estação quente

Unidade linguística linguística: verão (VP, VJ).

Diversidade linguística linguística: tempo seco (VA, VJ).

tempo sem chuva (VJ).

Fronteiras lexicais: tempo seco (VA, VJ).

tempo sem chuva (VJ).

Análise linguística: Luísa Galvão Lessa Karlberg

Data: 02/10/2017

5 - CONCLUSAO

No Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC, ora publicado no formato e-book, é o zoneamento linguístico, cultural, econômico e social, traduzido pela linguagem da população regional, por meio das palavras e expressões que utilizam na vida. Significa dizer que são as palavras que traduzem o mundo em que vivem as pessoas, as atividades que exercitam, as crenças, os saberes, os costumes, as práticas sociais.

As variações linguísticas são decorrentes da diversidade cultural, do espaço geográfico em que residem essa população acreana e do trabalho que exercitam, da forma de viver e de estar no mundo. E, embora o mundo esteja no século XXI, aqui tanta gente não conhece a modernidade da vida atual, porquanto muitos vivem igualmente viviam seus pais e avós. Mesmo assim, embora muitas pessoas pratiquem uma mesma atividade econômica, ainda assim a linguagem não se apresenta uniforme nas três áreas da pesquisa. Existe uma nítida diferença entre uma faixa etária e outra, entre o sexo masculino e o sexo feminino, entre um ponto de inquérito e outro, entre as Zonas e Áreas de Pesquisa.

Em relação à unidade e à diversidade linguística da comunidade, observando as variações diatópicas, diastráticas e diafásicas, nota-se que o informante do sexo masculino apresenta traços mais conservadores na sua linguagem, sendo que entre os informantes do sexo feminino há uma clara distinção em relação àqueles da área do Acre, Juruá e Purus, talvez pelo fato de a mulher ser responsável por repassar os conhecimentos, costumes, através do tempo, aos filhos. As mulheres, embora estejam inteiradas das tarefas masculinas, são mais dedicadas aos afazeres domésticos. Logicamente, essa contextualização ganha um matiz peculiar na linguagem.

Compreende-se, pela pesquisa aqui apresentada, que o conhecimento humano passa pela língua e cada língua tem, para seu uso, uma gama de termos e expressões gerais e de generalidades que se estende para a fala diária. Esta é, no entanto, mesclada de mutabilidades que revelam o dinamismo a que toda língua viva está sujeita. Ora, o que é dinâmico não pode ser estável. No entanto, a língua se apresenta como um paradoxo - imutabilidade dinâmica, sujeita a modificações.

A mutabilidade da língua se manifesta nas variações regionais da fala que, dentro do arcabouço imutável, apresenta variantes contínuas. São variações que se manifestam no aspecto fônico, morfológico ou sintático e, de modo mais acentuado no lexical e semântico.

É a "lei do menor esforço", ou melhor, a economia linguística provoca as

mutações que se processam de modo lento e persistente, criando as variações na linguagem, o regionalismo, o dialeto acreano.

Diz-se nesta notícia da publicação do Atlas Etnolinguístico do Acre – ALAC, que se os registros de um atlas permitem visualizar a distribuição espacial das variantes linguísticas, por outro lado levam a conjecturas sobre as condições de aparecimento ou não de dados fenômenos. Isso porque as cartas linguísticas não são representações opacas da realidade, cujos registros se esgotam em si, mas se oferecem em sua dupla feição como registros da história das pessoas desta região amazônica. Trata-se, portanto, de uma dupla realização: a) do espaço e das rotas ou trajetos entre os pontos; b) da sociedade e das projeções que os dados acionam no interior das variáveis extralinguísticas.

Concluindo, por agora, independente dos questionamentos que se façam, a língua portuguesa viva e sã floresce no Acre, e se assume não apenas na sua literatura cada dia mais forte, mas na voz a ser ouvida de cada acreano, qualquer que seja a região geográfica (Acre, Juruá, Purus) ou classe social. Com este Atlas – ALAC, reforça-se a língua portuguesa no Estado do Acre, com traços lusitanos, africanos e indígenas. São dados que irão se somar aqueles já coletados em outras localidades do imenso Brasil.

6 – REFERÊNCIAS

AGUILERA, Vanderci de Andrade. **Atlas linguístico do Paraná.** *Curitiba*: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de & MENEZES, Cleusa Palmeira Bezerra de. **Atlas linguístico da Paraíba.** Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984.

_____. Atlas lingüístico da Paraíba.Cartas léxicas e fonéticas, Brasília, CNPq/UFPB: 1984.

BALBI, A., 1826, Atlas ethnographique du globe, Paris, [s.ed.].

BRANDÃO, S. F. **A geografia lingüística no Brasil**, São Paulo, Ática: 1991.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Atlas linguístico do Brasil: um projeto nacional para conhecimento do português brasileiro.** In: GÄRTNER, Eberhard et al. (eds.).

COSERIU, Eugenio. O homem e sua linguagem. 2ª Edição, Coleção

linguagem 16, Rio de Janeiro, Presença: 1987, p. 79-116.

CUNHA, C. F. da. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

FERREIRA, C.; et al. **Atlas lingüístico de Sergipe**. Salvador: UFBA, Fundação Estadual de Cultura de Sergipe: 1987.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FERREIRA, Carlota. Atlas prévio dos falares baianos: alguns aspectos metodológicos.

In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). A geolinguística no Brasil: caminhos e

perspectivas. Londrina. Ed. UEL: 1998, p.15-29.

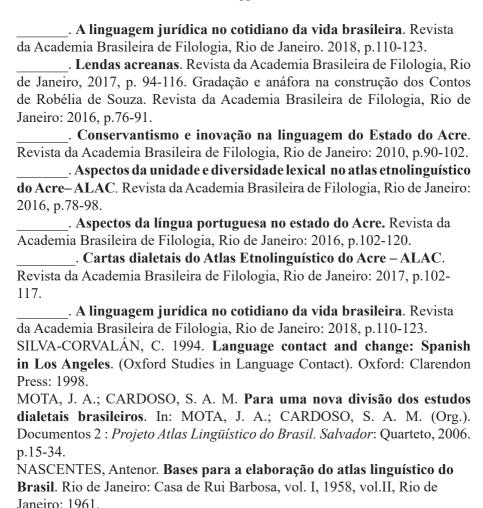
GILLIÉRON, J. EDMONT, E. Atlas linguistique de la France. 35 fasc. Paris: Champion, 1902-1910.

LESSA, Luisa Galvão. **Glossário do Vale do Acre: látex e agricultura de subsistência**. Tese de Doutorado, URFR, Rio de Janeiro, 1996.

. **Termos e expressões populares do Acre**. Dissertação de

Mestrado, UFF, Rio de Janeiro: 1985.	
A linguagem falada no Vale do Purus – Materiais pa	ra estudo -
Vol. I, Coleção CEDAC, Rio de Janeiro: 2008, 286p.	

- _____. A linguagem falada no Vale do Juruá materiais para estudo Cruzeiro do Sul, Vol. I, Coleção CEDAC, Rio de Janeiro: 2008, 258, ano: 1998.
- _____. **A linguagem falada no Vale do Juruá materiais para estudo** Zona de Tarauacá Vol. II, Coleção CEDAC, Rio de Janeiro, 2008, 243 p, ano: 1998.
- _____. **Aspectos da língua portuguesa no Estado do Acre**. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 2013, p.122-133.
- _____. Esboço de Cartas Léxicas do Atlas Etnolinguístico do Acre. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro: 2016, p.98-107.
- _____. Conservantismo e inovação na linguagem do Estado do Acre. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 2010, p.90-102.
- . **Traços de unidade e diversidade linguística no ALAC**. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 2017, p.102-117.
- ------- Cartas dialetais do Atlas Etnolinguístico do Acre ALAC. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 2017, p.102-117.
- _____. Cartas lexicais do Atlas Etnolinguístico do Acre ALAC. Revista da Academia Brasileira de Filologia, Rio de Janeiro, 2017, p.112-127.



O ENSINO DAS ORAÇÕES E CONJUNÇÕES CAUSAIS E EXPLICATIVAS:

a interface necessária entre Semântica e Morfossintaxe

Prof. Dr. Afrânio da Silva Garcia UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro Academia Brasileira de Filologia – SELEPROT afraniogarcia@gmail.com

RESUMO:

Ao ensinarmos as orações subordinadas adverbiais causais e coordenadas explicativas eas conjunções subordinativas causais e coordenativas explicativas, temos dificuldade em explicar suas diferenças, visto que a conjunção mais usada em ambos os casos é *porque* e uma mesma oração pode ser emitida como subordinada adverbial causal ou como coordenada explicativa:

Vou levar o casaco, *porque* vai chover. (a conjunção porque poderia ser substituída por *já que*, *visto que*, caracterizando uma oração subordinada adverbial causal, ou por *pois*, indicando uma oração coordenada explicativa)

As gramáticas apontam várias razões para classificarmos uma oração como subordinada adverbial causal ou coordenada explicativa: a mobilidade das orações subordinadas adverbiais causais x a posição fixa das orações coordenadas explicativas; o fato de uma oração subordinada adverbial causal indicar causa essencial e de uma oração coordenada explicativa apresentar apenas uma explicação; finalmente, a gramática classifica apenas como oração coordenada explicativa qualquer oração expressa no imperativo, sem levar em conta a importância da causa:

Corra, porque / que o teto vai desabar (se a causa expressa pela oração explicativa aqui exposta não fosse fundamental, não se justificaria a ordem contida na oração principal).

Neste trabalho, pretendemos demonstrar que somente por meio da interface entre Semântica e Morfossintaxe podemos fornecer uma resposta razoável às questões dos estudantes ao lidar com este tópico.

A fundamentação teórica encontra-se nas gramáticas de língua portuguesa, principalmente em Bechara, Celso Cunha, Rocha Lima, José Carlos Azeredo e Maria Helena de Moura Neves, além da obra *Cohesion in English* de Halliday

& Hassan.

A metodologia consistiu no estudo e análise dos gramáticos e de exemplos da literatura, além de observações cotidianas no ensino de Língua Portuguesa no curso médio e na universidade.

Os resultados obtidos foram bastante animadores. Os alunos melhoraram seu domínio do português e seu índice de aprovação em exames e concursos.

Palavras-chave: Orações, Conjunções, Causal, Explicativa, Português.

TEACHING OF CAUSAL AND EXPLICATIVE CLAUSES IN PORTUGUESE:

the necessary interface between Semantics and Morphossintax Summary:

Whenever we teach the subordinate adverbial causal clauses and the coordinate explicative clauses, as well as the subordinate adverbial causal conjunctions and the coordinate explicative conjunctions, we have difficulty in explain their differences, since the conjunction most used in both cases is *porque* and the very same clause can be spoken either as a subordinate adverbial causal or as a coordinate explicative clause, for instance:

Vou levar o casaco, porque vai chover. (the conjunction *porque* could be replaced by *já que*, *visto que*, characterizing a subordinate adverbial causal clause, or by *pois*, indicating a coordinate explicative clause.

Grammars mention several reasons to classify a clause as subordinate adverbial causal or coordinate explicative: the mobility of subordinate adverbial causal clauses against the fixed position of coordinate explicative clauses; the fact of subordinate adverbial causal clause indicate essential cause and of a coordinate explicative clause present just an explanation; finally, grammars classify Only as coordinate explicative clause any clause expressed in the imperative mood, without taking on account the importance of the causa, as in the example below:

Corra, *porque/que* o teto vai desabar! (if the cause expressed by the coordinate explicative clause shown here were not fundamental, the order contained in the main clause would not be justified).

This work aims to show that only by means of the interface between Semantics and Morphosyntax we can provide a reasonable response to the questions posed by the students when we deal with this subject.

The theoretical basis for this paper can be found in the grammars of Portuguese language, mainly in Bechara, Celso Cunha, Rocha Lima, José Carlos Azeredo and Maria Helena de Moura Neves, besides the book *Cohesion in English* by Halliday & Hassan.

A methodology consisted in the study and analysis of examples from the grammarians and from literature, besides daily life observations during the teaching of Portuguese Language in high school and in the University.

Key-words: Clauses, Conjunctions, Causal, Explicative, Portuguese.

1- Introdução

Um dos tópicos que provoca mais dúvidas nos estudantes é a diferenciação entra as orações coordenadas explicativas e as orações subordinadas adverbiais causais, bem como entre as conjunções coordenativas explicativas e as conjunções subordinativas adverbiais causais.

Para tentarmos resolver este problema, devemos estudar as características e os fatores determinantes do emprego das conjunções e orações explicativas e das conjunções e orações causais (optamos, a partir daqui, por não grafar o nome das conjunções e orações por extenso, por uma questão de simplificação e clareza).

Estudaremos primeiro as conjunções, suas semelhanças e discrepâncias, suas possibilidades e impossibilidades, bem como a sua importância na determinação do tipo de oração que introduzem. Em seguida, pesquisaremos as orações, suas relações semânticas e sintáticas e o que as faz serem definidas como causais ou explicativas.

Por último, apresentaremos as conclusões a que chegamos e sua aplicabilidade no ensino e aprendizado da língua portuguesa.

2- Conjunções explicativas ou causais: como saber?

A identificação das conjunções explicativas e causais fica extremamente dificultada pelo fato de algumas delas, justamente as mais frequentes, tanto poderem ser causais quanto explicativas.

Apresentaremos abaixo duas listas que dimensionam bem o problema:

2.1- Conjunções exclusivamente causais:

já que, como, uma vez que, visto que, visto como, desde que, pois que, tanto mais que, dado que, na medida em que, posto que.

A conjunção exclusivamente causal mais comum é *já que*, podendo ocorrer tanto anteposta quanto posposta à oração principal:

- 1) Já que não ia mais ao baile, tirou o vestido.
- 2) Tirou o vestido, já que não ia mais ao baile.
- 3) Já que ele vai, eu não vou.
- 4) Não me importo em fazer o serviço, já que o pagamento é bom.

A conjunção exclusivamente causal *como* apresenta a peculiaridade de só poder ocorrer anteposta à oração principal:

- 5) Como era casado, não podia se permitir esse tipo de aventuras.
- 6) Como estava muito gordo, não conseguia mais entrar no uniforme.

A conjunção exclusivamente causal *visto que*, com sua variante pouco usada visto *como*, pode ser empregada tanto anteposta quanto posposta à oração principal:

- 7) Visto que / como conseguira um bom emprego, já podia pensar em casar.
- 8) Já podia pensar em casar, visto que conseguira um bom emprego.

A conjunção exclusivamente causal *desde que* (embora possa ser temporal em outros contextos que não impliquem causalidade) pode ser empregada tanto anteposta quanto posposta à oração principal:

- 9) Você pode comparecer ao jantar, desde que pague o ingresso antecipadamente.
- 10) Desde que pague o ingresso antecipadamente, vcê pode comparecer ao jantar.

A conjunção exclusivamente causal *pois que* é raramente usada, geralmente posposta à oração principal:

11) Ele deve ter se mudado, pois que não o vejo há tempos.

A conjunção exclusivamente causal *na medida em que*, bastante rara, pode ser empregada tanto anteposta quanto posposta à oração principal:

- 12) Ele devia ser fuzilado, na medida em que não demonstra remorso algum pelas atrocidades que cometeu.
- 13) Na medida em que não demonstra remorso algum pelas atrocidades que cometeu, ele devia ser fuzilado.

Já a conjunção exclusivamente causal *tanto mais que*, também rara, mostra nítida fixação na posição posposta:

14) Ela é uma mulher admirável, tanto mais que criou e formou todos os filhos contando apenas com seu salário de babá.

A conjunção exclusivamente causal *uma vez que*, bastante comum, pode ser empregada tanto anteposta quanto posposta à oração principal.

- 15) Uma vez que não existem mais objeções, procedamos à votação.
- 16) Procedamos à votação, uma vez que não existem mais objeções.

A conjunção exclusivamente causal *dado que* pode ser empregada tanto anteposta quanto posposta à oração principal:

- 17) Dado que não existem mais objeções, procedamos à votação.
- 18) Procedamos à votação, dado que não existem mais objeções.

Uma característica interessante das conjunções uma vez que e dado que é

que elas têm um valor temporal bem marcante, indicando sempre o primeiro evento na sequência do tempo ou no raciocínio, ao lado do seu valo causal.

A conjunção exclusivamente causal *posto que* (também empregada como concessiva em outros contextos) pode ser empregada tanto anteposta quanto posposta à oração principal:

- 19) Que não seja imortal, posto que é chama... (Vinicius de Moraes)
 - 20) Posto que já discutimos tudo, podemos dar por encerrada a sessão.

2.2- Conjunções explicativas e causais:

porque, pois (no início da oração), que (= porque), porquanto.

Considerando que a conjunção mais empregada para introduzir tanto uma oração explicativa como uma oração causal é, indubitavelmente, porque, podemos descartar, já de saída, uma classificação das conjunções causais e explicativas centrada na natureza da conjunção. Some-se a isso o fato de que, embora haja várias conjunções exclusivamente causais, não existe sequer uma conjunção exclusivamente explicativa, ainda que o uso da conjunção pois e, em menor grau, da conjunção que como conjunção explicativa supere em muito seu uso como conjunção causal, bastante raro. Como já que é a conjunção mais comum entre as que são exclusivamente causais, a tradição gramatical elaborou um método, não de todo infalível, de diferenciar uma conjunção explicativa de uma conjunção causal: se só puder ser substituída por pois, será explicativa; se só puder ser substituída por já que, será causal (acrescente-se uma terceira regra e o método fica, até prova em contrário, perfeito: se puder ser substituída tanto por pois como já que, será uma conjunção causal, pois já que é uma conjunção exclusivamente causal).

Numa tentativa de identificar isoladamente as conjunções explicativas e causais, podemos apelar para sua posição na frase, mas apenas quatro das conjunções acima citadas têm posição fixa, como diz Rocha Lima (Gramática normativa da língua portuguesa, p. 341):

As orações iniciadas pela conjunção causal como vêm sempre antepostas. As orações iniciadas pelas conjunções causais pois, pois que e porquanto vêm sempre pospostas.

Como as orações iniciadas pelas conjunções explicativas *pois*, *pois que* e *porquanto* também vêm pospostas à coordenada dominante, e as demais conjunções causais variam de posição, tal informação não serve para distinguir as conjunções explicativas das causais.

Além disso, a afirmação de Rocha Lima sobre a posição fixa da conjunção pois causal depois da oração principal é desmentida por um dos maiores poetas brasileiros, Gonçalves Dias, que nos mostra, no poema Y-Juca-Pyrama, uma

conjunção causal pois antes da oração principal:

Tu choraste em presença da morte?

Na presença de estranhos choraste?

Não descende o covarde do forte:

Pois choraste, meu filho não és.

Diante dessa impossibilidade de classificarmos uma conjunção como causal ou explicativa recorrendo à conjunção somente, forçados somos a concordar com a opinião extremamente simples, porém correta, de Marcelo Moraes Caetano (Gramática reflexiva da língua portuguesa, p. 232-233), ao afirmar que a "conjunção subordinativa adverbial causal inicia oração subordinada adverbial causal" e que a "conjunção coordenativa explicativa inicia oração coordenada sindética explicativa". Passemos ao estudo das orações coordenadas explicativas e das orações subordinadas adverbiais causais.

1.3- Orações explicativas e causais: o que as define?

Tanto as orações explicativas quanto as causais expressam, segundo Halliday & Hassan (Cohesion in English, p. 226-273), causalidade, termo que indica um conjunto de relações causais ou aparentadas, tais como razão, motivação, justificativa, explicação e, obviamente, causa. Podemos resumir o conteúdo dessas orações dizendo que as orações causais expressam a causa essencial de uma situação, ou seja, aquilo que efetivamente provocou o evento descrito pela oração principal, enquanto as orações explicativas expressam a causa acessória, a razão, a justificativa, a motivação, a argumentação favorável, etc. que explica ou ampara a situação descrita pela coordenada dominante, sem necessariamente ser a causa de sua ocorrência.

Exemplos:

- 21) Ele sobreviveu *porque / visto que* foi atendido imediatamente. (causa essencial ele só está vivo porque foi atendido sem demora)
- 22) *Como / Porque* não as regaram, as mudas morreram. (causa essencial as plantas morreram justamente porque não foram regadas)
- 23) Vou esperar, *que/pois o* médico deve estar chegando. (causa acessória a causa de esperar o médico é provavelmente uma doença, não o fato de ele estar chegando)
- 24) Eu vou indo, *pois / porque* está ficando tarde. (causa acessória ele está indo porque tem de ir, deseja ir; o fato de estar ficando tarde constitui um motivo a mais)

Maria Helena de Moura Neves (Gramática de usos do português. p. 815-818) e Evanildo Bechara (Moderna gramática portuguesa. p. 477-478) incluem as orações coordenadas explicativas como um subgrupo das orações causais, as

coordenadas explicativas, na nomenclatura de Moura Neves, ou as causaisexplicativas, na terminologia de Bechara.

Não vemos vantagem, em termos didáticos, na inclusão das orações coordenadas explicativas no escopo das orações subordinadas adverbiais causais, embora concordemos em parte com a justeza da proposição. Consideramos mais vantajoso a manutenção do termo oração coordenada explicativa, ou oração explicativa, em contraste com oração subordinada adverbial causal, ou oração causal, em virtude dos seguintes fatos:

A oração causal tem mobilidade, podendo vir antes ou depois da oração principal (com exceção das introduzidas por *como*), ao passo que a oração explicativa só pode vir depois da coordenada a que se refere.

A oração causal tem conjunções exclusivamente causais, ao passo que todas as quatro conjunções explicativas também podem ser causais, o que confere individualidade às orações causais.

Se uma oração vem expressa no imperativo, ela não pode ser causal, apenas explicativa.

Essas mesmas características irão servir para ensinarmos a diferença entre uma oração causal e uma oração explicativa. Assim sendo, podemos postular que:

Uma oração que exprima causalidade e venha antes da oração que expressa a situação decorrente do processo de causalidade só poderá ser classificada como causal, nunca como explicativa.

- 25) Porque falava alto, pediram que se retirasse. (oração causal)
- 26) Porque era bom, sentia-se injustiçado. (oração causal)

Ocasionalmente ocorre a transformação de uma oração explicativa posposta numa oração causal anteposta. Às vezes, a sentença resultante é um tipo especial de oração causal, a *oração causal de condescendência*, em que a causa de vir expressa a oração resultante reside na aceitação, na condescendência com uma situação contra a qual não se pode ou quer lutar, normalmente introduzida pela conjunção causal *já que*. A professora Maria Helena de Moura Neves denomina as orações que expressam esse tipo de relação de *orações causais concessivas* (cf. p. 867-884), mas nós preferimos a expressão *oração causal de condescendência* por motivos didáticos, visando sua facilidade de ensino dos tipos de oração, visto considerarmos que a existência de três termos distintos: *oração causal, oração concessiva* e *oração causal concessiva* criaria muita dificuldade no aprendizado, além de considerarmos haver uma diferença nítida entre uma *oração causal* (que expressa oposição a uma forte expectativa) e uma *oração causal* (que expressa a causa essencial que leva a uma determinada consequência). Não podemos deixar de louvar, no

entanto, a precisão científica e metodológica da abordagem da professora Maria Helena de Moura Neves.

- 27) a) Fale direito comigo, *que / pois* eu não sou seu empregado. (oração explicativa)
- b) *Porque / Como* eu não sou seu empregado, fale direito comigo. (oração causal)
- 28) a) Espere, *que / pois* o médico já vem. (oração explicativa)
 - b) *Já que o médico já vem*, espere. (oração causal de condescendência; em princípio, seria usada para uma situação em que a pessoa já estaria desistindo de esperar)
- 29) *Já que está*, deixa ficar. (oração causal de condescendência)

 Uma oração introduzida pelas conjunções exclusivamente causais será, forçosamente, uma oração causal.
- 30) Como / Posto que estava cansado, foi deitar. (oração causal)
- 31) Chegou muito cedo, *já que / visto que* tinha dormido perto do trabalho. (oração causal)
- 32) *Dado que/uma vez que* todos sabiam, não havia por que esconder. (oração causal)
- 33) Estava feliz, *visto que / na medida em que* tinha voltado a enxergar. (oração causal)

Uma oração no imperativo será necessariamente uma oração explicativa, mesmo que ela expresse uma causa essencial, inescapável, decisiva, a menos que seja introduzida por uma *conjunção exclusivamente causal* ou que a oração venha *anteposta* (cf. 9).

- 34) Corra, *que* o teto vai desabar. (embora o fato de o teto estar para desabar seja a causa essencial do ato de correr, por estar no imperativo a oração é explicativa)
- 35) Vigie ele, *que / pois* ele é perigoso. (embora o fato de ele ser perigoso seja a causa essencial do ato de vigiar, por estar no imperativo a oração é explicativa)

Caso os três fatores acima não se verifiquem, ou seja, quando uma oração que expressa causalidade não está anteposta, não é introduzida por uma conjunção exclusivamente causal e não está no imperativo, ou seja, quando ela tanto pode ser causal quanto explicativa, introduzida pelas conjunções *porque, pois* (no início da oração), *que* (= porque) e *porquanto*, teremos que nos valer do critério semântico para optar por esta ou aquela classificação.

Se expressar a *causa essencial*, a razão mesma para a ocorrência da oração decorrente, será uma *oração causal*; se expressar apenas uma *causa acessória*, uma explicação, uma justificativa, uma razão a mais para a ocorrência da outra

oração, será uma oração explicativa.

- 36) Trabalho *porque* quero. (oração causal o querer é a razão de trabalhar)
- 37) Ando sem medo *porque* minha fé me leva. (oração causal a fé removeu o medo)
 - 38) Deve estar chovendo, *pois / porque* ouço barulhos na janela. (oração explicativa o barulho poderia ter muitas causas)
 - 39) Vou indo, *pois / porque* quero acordar cedo. (oração explicativa simples explicação)

Referências

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa.* São Paulo: Publifolha, 2008. p. 198; 289-300; 307-310; 322-325; 341-346.

BECHARA, Evanildo. *Lições de português pela análise sintática.* 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. p. 130-132; 150-151; 183-192.

_____. *Moderna gramática portuguesa.* 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 319-326; 462-479.

CAETANO, Marcelo Moraes. *Gramática reflexiva da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009. p. 225; 232-233; 483-485.

CUNHA, Celso F. da & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo.* 6.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2013. p. 594-600; 619-630.

HALLIDAY, M. & HASAN, R. *Cohesion in English.* London: Longman, 1976. p. 226-273.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa.* 48.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010. p. 234-237; 321-326; 341-343

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português.* 2.ed. São Paulo: UNESP, 2011. p. 801-829; 867-884.

RIBEIRO, Manoel Pinto. *Gramática aplicada da língua portuguesa*. 20.ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2011. p. 252-255; 326-342.

PÍNDARO: O VOO DO CONDOR

Melise Santiago Nascimento Amós Coêlho da Silva

RESUMO:

Do momentâneo 'agón' à elevação religiosa do homem. Poesia como expressão de um ritual. Os rituais se transformando em instituições sociais. A relação religiosa de jogos atléticos com os deuses, conforme o imaginário poético de Píndaro. As conquistas gloriosas do homem em relação aos deuses.

Palavras-chave: conceito de 'agón'; lirismo coral; Píndaro.

PINDAR: THE FLIGHT OF THE CONDOR

ABSTRACT:

From the momentary 'agón' to the religious elevation of man. Poetry as an expression of a ritual. Rituals turning into social institutions. The religious relationship of athletic games with the gods, according to Pindar's poetic imagery. Man's glorious conquests over the gods.

Keywords: concept of 'agón'; choral lyricism; Pindar.

Introdução

O termo grego 'agón' se prende a ἄγω, 'ágō': levar diante de si, tanger (referindo-se ao gado ou aos prisioneiros capturados na guerra - cf. Ilíada 5, 484: 'ágein kai phérein', pilhar, passou, ao significado de dirigir-se para, reunir-se em assembléia, cf. podemos constatar na Ilíada 7, 298. Portanto, o elemento 'agón' designa o resultado de reunir, 'ágein', e daí assembléia dos deuses. Pierre Chantraine ratifica que o sentido mais frequente em Homero é o de assembleia e, por extensão, combate. Este termo, tão presente nas instituições sociais da vida dos gregos, equivale aos esforços de outras nações do mundo, quando suas reuniões se transformam em características lúdicas e, a seguir, dão surgimento a instituições sociais. Também as sociedades primitivas valorizam tais reuniões. A forma vernácula agonia, luta, exercício entrou no português pelo latim eclesiástico, referindo-se aos momentos finais de Cristo (S. Lucas 22, 43).

No capítulo *Lugar dos Gregos na Educação* (JAEGER, 1995, p. 3 em diante), ressalta-se a condição do Homem em contraste com os animais, os quais só se aproximam do ser humano tão somente nas suas funções biológicas de sobrevivência através da procriação. E é sob formas de brincadeiras que os animais aprendem recursos de sobrevivência. Para o Homem, jogos e

brincadeiras tornaram-se ricos e evoluíram para os grandes jogos públicos; transformaram-se de ritos sociais em instituições, emblemáticas da unidade de interação social do agrupamento humano.

Numa época como a nossa, em que impera a violência, pode parecer mero idealismo afirmar que a educação, a exemplo da 'paidéia' dos helenos, é apanágio do Homem, e o inclui no seio da comunidade. A História fixou 'zôom politikón' de Aristóteles, e Sêneca traduziu esta expressão em latim in De Beneficiis, 7, 1,7 e De Clementia, 1, 3, 2, com sociale animal, o homem é um animal social. O que fundamenta a moderna sociologia, desde as suas bases em Augusto Comte.

E ainda devemos ler um pouco mais em Werner Jaeger, neste mesmo capítulo, quando ele esgota e retorna a procurar um projeto do que seria *a genuína 'paidéia' grega*. No empenho helênico não há individualismo, que se torna notável na época helenística. Portanto, no helenismo, o que é temos o humanismo, com o sentido do étimo latino, presente em Varrão e Cícero, *humanitas*, um indivíduo amoldado à norma comunitária: assim, *pólis*, para os gregos, seria um conjunto coletivo de interesses espirituais que congrega o indivíduo. Por isso, a 'paidéia', a formação do homem grego, é mais importante ainda para a formação do espírito do que para a aquisição das aptidões corporais no 'agón'. (JAEGER, 1995, p. 18).

Do verbo 'ageiro', reunir, temos a cognata, pela prosódia latina, 'ágora', praça, todos os termos estão relacionados com 'ágo' (equivalente ao verbo latino ago, impelir, que, por sua vez, como se já se viu, é matriz de 'agón', conforme ERNOUT ET MEILLET. A praça, nos dias atuais, ao contrário daquele tempo antigo, não é um lugar agradável para reuniões, porque se tornou uma agorafobia, como se registra em termos psicanalíticos; entre os antigos, não só era motivo de apreciação de monumentos, mas também de encontros de toda a sorte, como assembleias para votações, para atos religiosos e jurídicos... Dessa forma compreende-se por que Sólon escolheu a praça pública para apresentar suas elegias, cujo conteúdo é a legislação helênica. Jules Humbert e Hcnri Berguin definem o perfil poético de Sólon como de moral arcaica ou tradicional; assim sendo, um mensageiro de novos tempos. Ele contribuiu muito na construção da democracia grega.

É por isso que no mundo romano *forum*, do latim *praça*, se tornou sinônimo de sede de justiça.

A isso tudo, podemos acrescentar o adjetivo derivado de 'ágora', a expressão 'agoraîos': elemento preservador de aspectos religiosos, é um epíteto dos deuses, qui protégent les assemblées du peuple, mais aussi les marches – que protegem as assembleias do povo, mas também os mercados.

(CHANTRAINE, 1999)

Enfim, 'agón' significa assembléia, reunião (para jogos, festas, atos religiosos, que incluía o elemento competição, passará mais tarde ao sentido de combate; daí, protagonista: *prot*-, primeiro; *agón*-, luta; sufixo -*ista*, aquele que entra em emulação contra os deuses.

Essas assembléias se desenvolveram em danças nas procissões mascaradas, com ocorrência sempre no final de estação de cada ano, momento propício ao cultivo, semeadura e colheita agrícola. Ela evoca os eventos das origens e a organização do mundo. As assembléias podiam ter também a forma de kômos, cantos alegres em honra de Dioniso, deus do vinho. Nestes evoluíram festas, atos religiosos. O lendário Téspis, certa vez, destacou um membro do coro, pelo latim *chorus*, e representou um poema em forma de diálogo coral; assim, criou o prot*agon*ista, o primeiro combatente, aquele que se volta contra os deuses e fixou o diálogo trágico.

O ator de teatro utilizará uma máscara (em latim, persona é a contaminação semântica do grego prósopon e phersu do etrusco, representando o deus da orgia, outrora cerimônia consagrada à deusa Deméter, para expressar a sua emoção alegre ou triste em traços e pinturas alegóricas. A máscara era um antigo elo entre forças sobrenaturais e o sacerdote. É um símbolo de identificação. O teatro grego dispunha de um grande repertório de máscaras tanto na tragédia quanto na comédia.

As Competições Atléticas

Os concursos atléticos são muito antigos na Grécia. O seu apogeu se dá no século VI a.C. (nota) com a instituição dos jogos pan-helênicos. Dado o interesse de toda a aristocracia afluindo aos centros religiosos, onde se desdobravam competições, os vencedores eram celebrados pelos poetas.

Olímpia era um dos grandes centros religiosos da Grécia e lá os Jogos Olímpicos

foram instituídos, quadrienalmente, pelo lendário Pélops, mas como houvesse caído em esquecimento, Héracles os revitalizou *in memoriam* de seu fundador. Quando se solidificou a realização quadrienal, obteve tal grau de consideração, que, em caso de guerra, obteve "uma trégua sagrada", o que propiciava um salvo-conduto a viajantes a caminho de Olímpia. Era, pois, o local propício para os poetas e oradores se tomarem célebres.

A mais antiga competição era a corrida com a distância de cerca 192

metros, a exata dimensão do comprimento de Olímpia. Havia a modalidade *hoplita* (atleta armado, que corre de capacete, escudo e grevas); *pentatlo*, cinco provas atléticas, combinadas numa só série: 1) salto, os que atingiam a distância prevista, passavam para a segunda; 2) lançamento de dardo - os quatro melhores passavam para a terceira; 3) corrida com a distância de cerca 192 metros; 4) só comportava os três melhores atletas da competição anterior, a modalidade três, para realizar, nesta modalidade quatro, o lançamento de disco; 5) os dois melhores, finalmente, lutavam a *pale* (= luta): vencia quem derrubava no chão o adversário, por três vezes. A estas acresceram ao longo do tempo corridas hípicas, o pancrácio (= força total): fusão da luta e pugilato, o vencedor obrigava o oponente a confessar-se vencido.

Os concorrentes exerciam cidadania, isto é, eram homens livres e as mulheres não participavam. O primeiro dia era o da instalação da tocha olímpica, do juramento diante da estátua de Zeus *Horkios* (guardião dos juramentos: lealdade às regras, por exemplo); no segundo dia, uma corrida com a distância de cerca 192 metros; no terceiro, o pentatlo; o quarto, luta, pugilato e pancrácio; quinto, corrida dos hoplitas; sexto, corrida de cavalos e carros. Exceto a competição de carros, os atletas competiam nus. O vencedor de cada disputa ganhava uma palma; os campeões recebiam um ramo de oliveira, de valor religioso, já que se acreditava que esta árvore fora plantada por Héracles no recinto sagrado de Zeus.

Havia, além de Olímpia, outros festivais: o Pítico – em Delfos, cidade nas faldas do monte Parnaso. O Ístmico – em Corinto. A Panateneia – em Atenas. Nemeu – em Nemeia, região da Argólida. Eis uma síntese:

Jogos de competição

Duração de 4 dias:

- 1 Ístmicos em honra de Posídon.
- 2 Nemeus dedicados a Zeus, 2 anos após os Ístmicos.
- 3 Píticos no monte Parnaso, em honra de Apolo.

Duração de 7 dias:

- 1 Olimpíadas cidade de Olímpia. Iniciou em 776 a.C. Honra a Zeus.
- 2 Grandes Panateneias honra a Atená. Aqui se acrescentaram competição hípica, concurso musical e de rapsodos.

Também recebiam objetos de valor e dinheiro. A História registra um lapso entre 394 d. C. e 1896, ou seja, um milênio e meio entre a Olimpíada

helênica antiga e atual. a qual só renasceu pelo idealismo do Barão Pierre de Coubertin, em nome da confraternização entre os povos: ainda bem que existem os visionários, tocha olímpica sempre acesa!

A Ode, principalmente a de Píndaro e a de Baquílides, tinha o destino de celebrar as grandes vitórias e, neste caso, denomina-se epinício, quer dizer, hino triunfal das Olimpíadas. Píndaro (522 ou 518 - 446 a.C.) e Baquílides (ap. 505-450 a.C.) são os grandes vates olímpicos, mas não os únicos. Dentre outras celebrações em honra aos deuses, as olimpíadas se constituíam como tal e simbolizavam aquilo que Juvenal, na *Sátira X, 356*, cristalizou não como um mero clichê, mas como algo que, nós, pós-modernos, temos muita dificuldade em experimentar atualmente, mas que nenhum professor de Latim precisa traduzir, porque a expressão, sem se banalizar, se tornou símbolo de um dos poucos momentos felizes de cunho existencial: *mens sana in corpore sano*.

Vamos a alguns fragmentos de odes pindáricas:

Olímpica (Píndaro, tradução Da Profa. Guida)

Queres cantar os Jogos Atléticos, minh'alma?

Não busques nenhum astro mais brilhante do que o Sol, reluzente, todo o dia, no deserto firmamento; nem penses celebrar mais gloriosa competição que a de Olímpia.

É daí que parte o hino polifônico, que inspira o gênio dos poetas, para cantar o filho de Crono?

no bem-aventurado lar de Hierão...

No epodo, ou seja, na última parte da ode pindárica, conclui:

Indo à poderosa colina de Crono,
nela encontrarei os meios de louvar a vitória;
pois, para mim, a Musa acumula, com vigor,
seus dardos poderosíssimos.

E eu, por estar associado aos triunfadores, projetarei, por toda parte, entre os gregos, a fama de minha arte.

Pítica III:(tradução Junito Brandão)

Somente a divindade outorga sucessos: Ora eleva este ao céu, ora sua mão rebaixa aquele. Saibas encontrar o teu caminho, observando a moderação.

Olímpica XIII: (tradução de Junito Brandão)

Não se deve pedir aos deuses senão o que convém a corações mortais. É mister ter olhar fixo nos próprios pés, para nunca esquecer sua condição. Não aspires, minha alma, a uma vida imortal; Pelo contrário, exaure o campo do possível. Todas as coisas têm uma medida.

(Tradução de Junito Brandão, Ode Pítica VIII)

Seres efêmeros! Que é cada uma de nós?
O que não é cada um de nós?
O homem é o sonho'de uma sombra!
Mas, quando os deuses pousam
Sobre ele um raio de sua luz,
Então vivo fulgor o envolve
E adoça-lhe a existência!

Quinto Horácio Flaco (1 a. C.) expressou qual é o lugar de Píndaro na literatura de todos os tempos. Escreveu estes versos abaixo *in Odes* IV,2 1-8:

Pindarum quisquis studet aemulari,
Iulle, ceratis ope Daedalea
nititur pennis, vítreo daturus
nomina ponto.

Monte decurrens uelut amnis, imbres
quem super notas aluere ripas,
fervet immensusque ruit profundo
Pindarus ore.

Que traduzimos assim:

Aquele que se empenha em emular com Píndaro, ó Iulo, apoia-se em penas unidas com a cera de Dédalo, há de dar o seu nome ao. espelho do mar. Rio solto da serra, a quem as chufizeram transbordar do leito habitual, tal ferve e de profunda boca rui Píndaro imenso!

Píndaro nos legou um herói de dimensão coletiva. Este herói, no entanto, não está leve, flutuando na glória de suas conquistas vitoriosas, mas dimensionado pela luz dos deuses olímpicos, sem os quais é apenas o sonho de uma sombra, como na Ode *Pítica, O homem é o sonho de uma sombra!*

Horácio traduziu esse pensamento com a expressão *Pulvis et umbra sumus, Somos pó e sombra!* (*Odes* IV, 7, 16). É esse o legado que Aristófanes (445 a 388 a.C.) contemplou no dramaturgo Ésquilo (525 a 456 a.C.).

Para uma compressão do pensamento aristofânico, que, principalmente em sua comédia *As Rãs*, critica os trágicos clássicos, mais contemporâneos de Ésquilo, por minizarem a interferência dos deuses, dando total razão ao mais religioso dos trágicos: Ésquilo. (BRANDÃO: 1984, 57) Quanto ao poeta de Tebas, Píndaro, não oculta o conhecimento de si mesmo: *a musa alimenta em mim talento poderoso*. (MAGNE: 1946, 72)

Considerações finais

Prestemos, nestas considerações finais, duas homenagens, citando as suas palavras em seus escritos inesquecíveis: a Profa. Guida e Prof. Junito Brandão. Primeiramente, citemos a Profa. Guida, *in Luz da Hélade* (ver bibliografia):

"Um estudo mais aprofundado da poesia coral, especialmente do epinício pindárico, faz ressaltar o *caráter naturalista* das mais antigas formas de poesia helênica, caráter tão marcante nas próprias divindades suas patrocinadoras, quanto nos poemas que elas inspiram, levando-nos a supor que um dos objetivos primordiais de tal poesia tenha sido, justamente, o de exaltar as forças da vida, no mundo físico natural.

O relacionamento dos cantos poéticos com a vida livre da natureza já vem nitidamente acentuado desde o poeta Hesíodo, no VIII século a.C., o qual se confessa humilde discípulo das Musas do Hélicon. E, em numerosas passagens de seus poemas didáticos, transmite ensinamentos práticos para a

vida útil dos campos, ou deixa refletida sua experiência vivida a céu aberto, integrado na natureza, que ele evoca em passagens de enlevada contemplação, corno poeta-pastor das montanhas da Beócia, em sua obra "Os Trabalhos e os Dias": "Quando Zeus, depois de ter feito girar o sol, completou 60 dias de inverno", diz ele, "a constelação de Arcturus abandona o curso sagrado do Oceano e sobe, radiosa, do meio das trevas. Então a filha de Pândion, a andorinha de agudo lamento, atira-se ao encontro da luz: é a primavera, de novo, que nasce para os homens..." (p. 29-30)

Junito Brandão, em um de seus cursos ministrados aos sábados, na zona sul ou na zona norte, com auditórios lotados, em uma de suas apostilas, no meio do estudo sobre o poeta Píndaro, leu suas anotações:

"E, uma vez que Píndaro escolheu para pedestal de sua poesia a verdade, que é eterna, sua arte não podia e não pode sucumbir com o tempo.

Há de ser, como a respeito de sua própria história escreveu o grande Tucídides, um 'ktêma eis aeí'¹, uma aquisição para sempre.

Compete a nós, que amamos a Grécia, vocês e eu, não permitir que se extinga a faísca que Prometeu trouxe do céu.

'A humanidade teve um sonho: o helenismo; e um êxtase: o Cristianismo.'

Se os Gregos não tiveram os deuses que mereciam, porque, carentes da revelação a dominados pelo fatalismo das causas cegas, acabaram esmagados e dominados pelo peso de chumbo dos braços da Moîra, nós temos, no Gólgota, dois braços abertos prontos para um abraço de eternidade." (p. 35, Apostila de aula.)

Bibliografia:

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1986. 3 vols.

- ____. *Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega*. Petrópolis: Vozes, 1992. 2 vols.
- ___. Dicionário mítico-etimológico da mitologia e da religião romana. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ____. Apostila, intitulada *O Lirismo : de Sólon a Cartola*. 1981.

¹ Tucídides 1, 22,4, conforme Renzo Tosi: no verbete 182, κτῆμα εἰς ἀεί.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque: histoire des mots.* Paris: Klincksieck, 1999.

CHEVALIER, J. & GHEERBRANDT, A. *Dicionários de símbolos*. Trad. Vera Silva *et alii*. Rio de Janeiro: José Olympio,1994.

ERNOUT, A. et MEILLET, A. Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine. : Histoire des Mots. Paris : Klincksieck, 1985.

GAFFIOT, F. Dictionnaire Illustré Latim Français. Paris: Hachette, 1934.

HORTA, Guida Nedda Barata Parreiras. A Luz da Hélade: Ensaios

Literários. Rio de Janeiro: J. Di Giorgio, 1980.

HUIZINGA, Johan. "Homo ludens": o jogo como elemento da cultura. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Perspectiva, 1980.

HUMERBT, Jules et BERGUIN, Henri. *Histoire Illustré de la Littérature Grecque*. Paris: Didier, 1947.

JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. Tradução de Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

JUNG, C. G. e KERÉNYI, Ch. *Introduction à l'essence de la mythologie: l'enfant divin, la jeune fille divine.* Paris: Payot, 1796.

KERÉNYI, Carl. *Dioniso: Imagem arquetípica da vida indestrutível*. Tradução de Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2002.

MAGNE, Augusto. Literatura Grega. São Paulo: Anchieta, 1946.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de Termos Literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.

NASCENTES, Antenor. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. Primeira e única edição.

OEUVRES D'HORACE. Par F. Plessis et P. Lejay. Paris: Hachette, 1966.

PEREIRA, Isidro (S.J.). *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. Porto: Apostolado da Imprensa, 1976.

RÓNAI, Paulo. *Não perca o seu latim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. SPALDING, T.O. *Pequeno Dicionário de Literatura Latina*. S. Paulo: Cultrix, 1958.

TOSI, Renzo. *Dicionário de Sentenças Latinas e Gregas*. Trad. Ivone C. Benedetti. S.Paulo: Martins Fontes, 1996.

HOMENAGEM

Homenagem póstuma à professora Maria do Amparo Tavares Maleval, em 13/06/2021

Claudia Amorim, do PROEG e da UERJ

Como falar, sem subjetividade emocionada, da professora Maria do Amparo Tavares Maleval que nos deixou em 07 de janeiro desse ano, vítima da Covid-19, interrompendo uma vida dedicada à pesquisa na área dos estudos medievais? Amparo Maleval, ou simplesmente Maleval, como era carinhosamente chamada por seus colegas da Pós-Graduação em Letras da UERJ, ingressou nessa universidade em 1996, como professora adjunta de Literatura Portuguesa. Na ocasião, o setor de Literatura Portuguesa, integrante do Departamento de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Filologia Românica, contava com apenas seis professores da subárea atuantes na Graduação e na Especialização *Lato Sensu*, sem inserção no Programa de Pós-Graduação em Letras.

Com a experiência adquirida na Universidade Federal Fluminense (UFF), instituição na qual trabalhou e se aposentou antes de ingressar na UERJ, Amparo Maleval envolveu-se com determinação não só na docência, mas também no trabalho acadêmico-administrativo, colaborando com os colegas de Literatura Portuguesa na reelaboração do curso do nosso curso de Especialização na pós-graduação *Lato Sensu* do Instituto de Letras e na criação do Mestrado em Literatura Portuguesa no Programa de Pós-Graduação de Letras. Criado o Mestrado, Amparo assumiu por diversas vezes a coordenação da subárea no Programa de Pós-Graduação, bem como exerceu a docência e a orientação de dissertações de mestrandos a ele vinculados.

Em 1988, dois anos depois de seu ingresso na UERJ, Amparo Maleval propõe e cria, com o apoio dos colegas do setor de Literatura Portuguesa, o Programa de Estudos Galegos (PROEG) e seu leitorado, através do Convênio Internacional entre a UERJ e a Xunta de Galicia, mais precisamente com a Secretaria de Política Linguística, órgão oficial da Xunta. Tal como havia feito na UFF, onde criara o Núcleo de Estudos Galegos (NUEG), embora sem o projeto de Leitorado, Amparo Maleval buscou fomentar o trabalho contínuo entre pesquisadores brasileiros e galegos, não só pelas pesquisas associadas ao medievo, como também entre através de estudos investigativos desenvolvidos por estudiosos das literaturas portuguesa, brasileira, e ainda por estudos comparativos entre a língua portuguesa e a galega, a partir de perspectiva diacrônica e/ou sincrônica.

A exemplo de outros leitorados existentes entre a Xunta de Galicia e as muitas universidades europeias e sul-americanas, o PROEG passa a atuar desde o seu início com a criação de quatro disciplinas de galego (cultura galega, língua galega, literatura galega I e literatura galega II) como disciplinas eletivas universais, ministradas pelos leitores galegos selecionados através de edital de concurso público na Galiza, com banca formada pelos coordenadores dos Centros Galegos no mundo.

Ao longo desses anos, desde a sua criação e sob a coordenação de Amparo Maleval, foram muitas as contribuições do PROEG no âmbito das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. No campo do ensino, o PROEG nunca deixou de oferecer desde o seu nascedouro as disciplinas eletivas de galego para todos os cursos da UERJ, com ênfase aos alunos de Letras. No que tange à pesquisa, o PROEG empenhou-se em publicar com relativa regularidade a série *Estante Medieval* e a coletânea *Estudos Galego-Brasileiros*, com contribuição de professores universitários brasileiros, galegos e portugueses. Com relação à extensão, foram inúmeras as feiras e mostras de trabalhos de leitores e bolsistas do PROEG, além de minicursos, palestras, exposições, atividades musicais e de dança que animaram e estreitaram especialmente a relação dos nossos estudantes com essa língua tão familiarmente nossa, sem nossa ser.

Empenhada no aperfeiçoamento do trabalho acadêmico entre professores brasileiros e galegos, Amparo Maleval coordenou em duas ocasiões (2003-2004) e (2008-2019) a parte brasileira do Projeto de Cooperação Internacional (CAPES) UERJ — Universidade da Corunha (MECD) cujo tema foi "O processo de emergência linguística e literária na Galiza, sendo a parte espanhola coordenada pela professora Laura Tato Fontaiña da Universidade da Corunha. Esse Projeto de Cooperação possibilitou a troca acadêmica e cultural entre professores da UDC e da UERJ que cruzaram os mares de ambos os lados para aproximar ainda mais as nossas já tão próximas culturas.

Durante o tempo em que esteve à frente do PROEG, tivemos muitos leitores que deixaram sua história no Instituto de Letras, fortalecendo o projeto de Leitorado em nosso Instituto com suas excelentes contribuições. Com o trabalho dos leitores e do PROEG, tivemos diversas atividades realizadas, algumas das quais inesquecíveis, com destaque para as anuais Jornadas das Letras Galegas, sempre nos dias que antecedem e sucedem o dia 18 de maio, dia das letras galegas e de Rosalía de Castro, poeta galega canônica na valorização da língua galega. Não há dúvida de que o PROEG virou um patrimônio cultural ativo do Instituto de Letras e da UERJ, uma vez que muitas das atividades extrapolavam a comunidade do Instituto de Letras,

integrando-se à extensão universitária, e atraindo público mais amplo que o da comunidade acadêmica.

Em 2012, com a aposentadoria próxima, Amparo Maleval sugeriu que eu assumisse o trabalho na Coordenação do PROEG e data desse período o estreitamento das nossas relações não só profissionais como de profunda e fraterna amizade, que se estenderia para fora dos muros universitários.

Desde que me foi confiada a coordenação do Programa de Estudos Galegos, procurei levar o trabalho com a mesma dedicação com que Amparo Maleval o fez, pela importância institucional que o Programa adquiriu ao longo dos anos. Todo o trabalho em uma instituição pública de ensino superior, que investe em ensino, pesquisa e extensão, tem responsabilidade com o seu legado, pois cria conhecimento e difunde o saber. Essa compreensão da instituição pública e do ensino público de qualidade Amparo tinha sobejamente. O seu compromisso era antes de tudo com a qualidade do serviço público prestado aos utentes da Universidade, tanto no nível da Graduação quanto da Pós-Graduação, e com a produção do conhecimento e a pesquisa intermitente.

A sua produção bibliográfica, que remonta ao fim da década de 1970, tem como foco basicamente a produção textual da Idade Média, tanto no que concerne à literatura, quanto no que diz respeito à produção característica desse período e de grande importância para os estudos literários, como hagiografias, crônicas, textos teatrais e litúrgicos entre outros. Além disso, parte de sua pesquisa buscou mostrar com agudeza uma certa permanência da Idade Média na cultura popular nordestina, por exemplo, como se pode perceber no livro *Poesia medieval no Brasil*, publicado pela editora Ágora da Ilha, ou ainda em *Peregrinação e poesia* (edição de Ágora da Ilha), obra ensaística cuja segunda parte é destinada a estudos sobre o saudosismo e o neotrovadorismo em poetas galegos da Geração de 25, como Álvaro Cunqueiro e Bouza Brey; e em poetas brasileiros como Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida, Stella Leonardos e Hilda Hilst.

Sobre o medievo ibérico é grande a sua contribuição, não só em livros ensaísticos, como também em artigos publicados em periódicos especializados, no Brasil e no exterior. Pela série Estante Medieval, é de sua lavra a obra *Fernão Lopes e a retórica medieval*, estudo que retoma a sua tese de doutoramento "A revolução pelos ornamentos: Fernão Lopes", defendida em 1982 na Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação do professor Massaud Moisés, no Brasil, com co-orientação do professor Luís Filipe Lindley Cintra, de Lisboa.

Da sua significativa produção bibliográfica, destacam-se ainda os livros *Maravilhas de São Tiago*, pela EdUFF, *Rastros de Eva no imaginário ibérico*,

publicado pela Laiovento, editora da Galiza, e o estudo "Humanismo" do livro *Literatura Portuguesa em perspectiva*, em co-autoria com Yara Frateschi Vieira e Lênia Márcia de Medeiros Mongelli, em coleção dirigida por Massaud Moisés, publicado pela editora Atlas, de São Paulo.

Atuante na pesquisa medievalista, Amparo Maleval presidiu a Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) em duas gestões (2005-2007 e 2007-2009), e integrou como pesquisadora associada o Programa de Estudos Medievais (PEM) da UFRJ, associado ao curso de História, que conta com as historiadoras medievalistas Andreia Frazão e Leila Silva, entre outros pesquisadores.

Como professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, muitas foram as suas orientações de dissertações e teses, bem como supervisões de pós-doutorados, especialmente em uma de suas linhas de pesquisa mais ativas e duradouras, com foco nas "Atualizações da Idade Média nas literaturas galega, portuguesa e brasileira".

Entre tantas contribuições de Amparo Maleval para a graduação, pósgraduação e extensão do Instituto de Letras, há de se reiterar a importância e pioneirismo do PROEG para o Instituto de Letras, sendo um Programa criado pela iniciativa de uma professora dedicada à causa galega, e hoje parte integrante da formação dos nossos alunos. Certamente, o Programa continuará ativo por muitas gerações de professores, pesquisadores e estudantes, pela importância e respeitabilidade adquiridas na definitiva inserção da cultura, da língua e da literatura galega em nosso Instituto de Letras. Sem dúvida nenhuma, ao pensarmos em PROEG, pensaremos em Amparo Maleval que a esse Programa tanto se dedicou.

Mesmo aposentada, Amparo Maleval continuava atuante, acompanhando as atividades do Programa de Estudos Galegos, sempre que possível, e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras como Professora Visitante, com bolsa de pesquisador do CNPq. Desse modo, seguia ministrando disciplinas na Pós-Graduação com alguma regularidade, orientando dissertações e teses, supervisionando pesquisas de pós-doutorandos, escrevendo artigos e livros. Em suas últimas pesquisas era para a Galicia que Amparo Maleval olhava. O livro terminado em vida, e ainda inédito – *O teatro medieval e seus congêneres em Santiago de Compostela* – associa as suas duas paixões acadêmicas – o medievo e a Galiza, da qual nunca se afastou.

"LIVE"

HOMENAGEM DA ACADEMIA BRASILEIRA DE FILOLOGIA UM PREITO À PROFA. MARIA DO AMPARO TAVARES MALEVAL

Τὰ εἰς ἑαυτὸν ("Para si mesmo")

Acima temos o título original em grego de uma obra, toda escrita em grego, mas que a tradição fixou com um outro título: *Meditações*, de Marco Aurélio. "Para si mesmo", título original, se refere às próprias memórias sobretudo durante a sua gestão política como Imperador Romano, de 161 a 180 d.C. e exprime ainda seu viés filosófico: Marco Aurélio era estoico, ou seja, exercitava o domínio das emoções subjetivas perante um governo político universal, como é a própria doutrina desta base filosófica: panteísmo.

Desse modo, citemos uma passagem, conforme a tradução de William Li, edição da Iluminuras (SP), no Livro VI,

a) 44 (no final do §):

"Ora, minha natureza é racional e cívica; eu tenho uma cidade e um país; como Marco [Aurélio] tenho Roma, como homem tenho o Universo. Por consequência, o que é benéfico para estas duas entidades é o único bem para mim."

e b) 48:

"Quando quiseres manter sentimentos cordiais, considera as virtudes de teus companheiros, como por exemplo, a atividade de um, a reserva de outro, a liberalidade de um terceiro, e de outro, alguma outra qualidade."

Eis o que registramos das interlocuções que vivenciamos com a Profa. Dra. Maria do Amparo Tavares Maleval.

O texto de Amós Coêlho da Silva acima introduziu a homenagem à Profa. Dra. Maria do Amparo Tavares Maleval que a Academia Brasileira de Filologia realizou dia 22 de janeiro de 2021, às 16 e 30.

NOTICIÁRIO LANÇAMENTO DE LIVRO

A primeira edição impressa esgotou-se em quarenta dias. Deonísio da Silva lançou pelo Grupo Editorial Almedina, no Brasil e em Portugal, a 18ª edição de *De onde vêm as palavras*, desta vez com 1.192 páginas. O livro é a reunião de mais de trinta anos de trabalho na sua original pesquisa de história das palavras, tornada palatável ao grande público pelas curiosas referências literárias, de usos e costumes do português do Brasil, com a busca de raízes etimológicas desde a língua de onde partiram, ou de onde até o presente se sabe que partiram, sem se limitar ao latim e ao grego, mas indo além e buscando seus vestígios em línguas ou dialetos americanos, europeus, africanos e asiáticos. Afinal, como diz Camões, do mundo que o português criou: "na quarta parte nova os campos ara/ e se mais mundo houvera lá chegara"

Nosso confrade fez um longo percurso até reunir essas colunas, primeiramente apresentadas na Rádio USP, nos anos 90, quando ensinava e pesquisava na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), depois na revista CARAS, onde manteve uma coluna semanal por 25 anos ininterruptos, de 1993 a 2018, e finalmente na Rádio BandNews FM, onde apresenta a coluna SEM PAPAS NA LÍNGUA, também semanalmente, desde 2011.

De passagem, registremos que o leitor ou consulente vai encontrar palavras inexistentes nos dicionários mais consultados, como o Aurélio, o Houaiss e o Michaelis, ou dadas como de origem incerta, mas cuja origem ele rastreia, agora apoiado em novas bibliografias e outras ferramentas de pesquisa, ensejadas pelos meios eletrônicos disponíveis.

Pelo mesmo grupo editorial, Deonísio da Silva relançou reedições de dois de seus nove romances, *Stefan Zweig deve morrer, Teresa D'Ávila*. E dois livros de pesquisa na área em que atua, a etimologia: *A vida íntima das frases & outras sentenças, Mil e uma palavras de direito*. Para alcançar estas marcas, em fevereiro de 2020 o professor e escritor deixou a Universidade Estácio de Sá, à qual estava vinculado desde que se aposentara como professor federal em 2003, e passou a cuidar de seus livros e atuar também como editor de uma outra coleção na Editora Almedina.

DE ONDE VÊM AS PALAVRAS, que está à venda também em Portugal, pode ser encontrado nas principais livrarias do país ou no sítio das respectivas editoras: wwww.almedina.com.br e https://www.almedina.net/

A obra tem prefácio de Amós Coelho da Silva, Doutor em Letras Clássicas pela UFRJ e atual presidente da Academia Brasileira de Filologia.

RESENHA

No Livro VI, 1 (VARRÃO, *De Lingua Latina*. Texto estabelecido e traduzido por Roland G. Kent. London: Page, 1951. Books V-X.), Varrão, *Marcus Terentius Varro* (116 – 27 a.C.), anuncia: *In hoc dicam de uocabulis temporum, neste (livro), investigarei as palavras que denotam tempo*. São obscuras, quae obruta uetustate ut potero eruere conabor, tentarei, como puder escavar, as que estão enterradas pela idade.

Como se vê, "de onde vêm as palavras" é uma indagação desde outrora e uma tarefa hercúlea. Tanto que em língua portuguesa temos como uma investigação lexicográfica mais plena as de José Pedro Machado, em Portugal, e, no Brasil, podemos apontar como mais plena a de Antenor Nascentes, porque ambos pesquisadores dispõem mais volumes sobre etimologia de substantivos comuns e próprios. O estudo etimológico de Antônio Geraldo da Cunha, que é mais recente, traz uma inegável contribuição lexicográfica. Mais ficou não apenas um resíduo por pesquisar, e sim muita coisa. Por isso dissemos "mais plena".

Neste caminho árduo da lexicografia, dispomos do trabalho investigativo de Deonísio da Silva. Como se adverte na orelha: *Este livro não é um dicionário...* No entanto, há lições etimológicas com sólidas pesquisas lexicográficas, apoiadas em longos estudos do grego, do latim, veículos mais importantes como fontes de empréstimos ao português...

Destaque-se também uma produtividade didática, capaz de não só cativar como também conquistar a benevolência de qualquer um: sabe-se que há uma antiga resistência à consulta de dicionário. Mesmo assim, aquele que seja resiliente à leitura e seja mais afeito à audiência de certos programas apelativos, tão poderosos em nossa mídia brasileira, são conquistados por Deonísio da Silva que já fez, com convicção, o depoimento: "o brasileiro lê sim".

Não é em vão que *DE ONDE VÊM AS PALAVRAS: origens e curiosidade*, de Dionísio da Silva, está na décima oitava edição, com 1192 páginas.

Sobre os Autores

Afrânio da Silva Garcia. Concluiu o Doutorado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1996. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Publicou 72 artigos em periódicos especializados e 43 trabalhos em anais de eventos. Possui 9 livros publicados. Participou de 43 eventos no Brasil e no exterior. Recebeu 2 prêmios e/ou homenagens. Organizou 12 eventos, sendo um de caráter internacional. Atua na área de Letras, com ênfase em Semântica. Em seu currículo Lattes os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: Língua Portuguesa, Semântica, Estilística, Especialização, Interpretação, Retórica, Ensino, Semiologia, Sintaxe e Figuras de linguagem. Participou recentemente de oito eventos internacionais, na China, em Portugal, na Itália, na França e nos Estados Unidos. Recentemente, teve quatro trabalhos publicados nos Estados Unidos. CV: http://lattes.cnpq.br/3408824183237935

Amós Coêlho da Silva. Possui graduação em Bacharel e Licenciado Letras Português Literatura pela Universidade Gama Filho (1974), mestrado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Atuou como professor titular na Universidade Gama Filho até 2006. Atualmente é professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o vínculo de Professor Voluntário. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Latim, atuando principalmente nos seguintes temas: filologia e linguística; português-literatura, didática; latim; português, intertextualidade; texto clássico; modernidade, avaliação; projetos; bolsasauxílio; lirismo; filosofia. Um dos projetos atuais de pesquisa é INSCRIÇÕES VERNACULARES E LITERÁRIAS DA TRADIÇÃO CLÁSSICA NA CONTEMPORANEIDADE, atua na Pós-Graduação em Letras Stricto Sensu e Lato Sensu, do Instituto de Letras, da UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro e é o atual Presidente da Academia Brasileira de Filologia. CV: http://lattes.cnpq.br/5108687360273549

EDILA VIANNA DA SILVA. Professora Associada de Língua Portuguesa do Instituto de Letras – UFF. Doutora em Letras Vernáculas (UFRJ, 1989). Membro do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (IL - UFF). Atua no Curso de Pós-graduação Lato Sensu do Liceu Literário

Português. Membro do GT de Sociolinguística da ANPOLL. Coordenadora do Projeto *Variação linguística e práticas pedagógicas* (Área de Sociolinguística Educacional - UFF- 2016/ 2019). Coordena a área de Sintaxe do Curso de Licenciatura em Letras a distância — EAD - do convênio UFF/ Fundação CECIERJ. Membro da Academia Brasileira de Filologia. CV: http://lattes.cnpq.br/7841805159776404

LUISA GALVÃO LESSA KARLBERG - Possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Acre – UFAC (1979); Mestrado em Letras pela Universidade Federal Fluminense – UFF (1985); Doutorado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1992); Pós-Doutora em Lexicologia e Lexicografia pela Université de Montréal, Canadá; Professora aposentada da Universidade Federal do Acre (2003); Professora Visitante Nacional Sênior – CAPES (2010-2014). Atualmente escreve para os jornais: Agência Amazônia de Notícias (2008-2014); Gosto de Ler (2010-2014); A Gazeta (1988-2014). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: Língua Portuguesa, Dialectologia Social, Linguagem e Ensino, Linguagem e Identidade Cultural, Lexicologia e Lexicografia, Onomasiologia, Fonologia da Língua Portuguesa, Semântica da Língua Portuguesa, História da Língua Portuguesa, O Português do Brasil, Gramática Histórica, Filologia Românica, Produção Textual, Redação Jornalística I, Gramática da Língua Portuguesa, Estilística da Língua Portuguesa, Linguística Aplicada ao Ensino de Português, Redação Jornalística II, Redação Jornalística III, Redação Jornalística IV, Epistemologia e Metodologia da Pesquisa. É autora do Atlas Etnolinguístico do Acre - ALAC (1991-2015); Autora do Dicionário do Acre (2003); Autora de Termos e Expressões Populares do Acre (1985); Autora do Glossário Vale do Acre: látex e agricultura de subsistência (1996); Autora das Cartas Lexicais do Atlas Etnolinguístico do Acre (2011); Membro da Academia Acreana de Letras; Membro Fundadora da Academia dos Poetas do Acre; Membro da Academia Brasileira de Filologia; Membro da International Writers and Artists Association (IWA), sediada na cidade de Toledo, Ohio, USA. Coordenadora da Pós-Graduação em Língua Portuguesa (Campus Floresta (2011-2018)); Orientadora de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado; Orientadora de Pós-Graduação Lato Sensu; Orientadora de bolsistas PIBIC (Campus Floresta - UFAC); Pesquisadora DCR do CNPq (2015-2018). CV: http://lattes.cnpq.br/4507226417677444

Melise Santiago Nascimento. Possui graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011), com ênfase em língua e literatura latina e portuguesa/brasileira. É especialista em língua latina (UERJ) e mestre em Teoria da Literatura e Literatura Comparada (UERJ), com a dissertação "Expressões da hybris e do cuidado de si em São Bernardo, de Graciliano Ramos". Atua como professora de Língua Portuguesa, Literatura e Redação no Ensino Médio e em cursos preparatórios.

CV: http://lattes.cnpq.br/8415174115286261

Rafael Magno de Paula Costa. Licenciado em Letras Português / Inglês pela FAFIPAR - Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Paranaguá (2007) e licenciado em História pela UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018). Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela PUC/PR - Pontificia Universidade Católica do Paraná (2010). Mestre (2014) e Doutor (2020) em Letras pela UEL - Universidade Estadual de Londrina. É membro do CLP (Centro de Letras de Paranaguá (2008)), membro da SBEC (Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos (2020)) e sócio correspondente, representando o estado do Paraná, pela ABRAFIL (Academia Brasileira de Filologia (2020)). Foi professor auxiliar (colaborador) da FAFIPAR (2008-2012) e professor assistente (colaborador) da Unespar (Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranaguá (2014-2020)), ministrando disciplinas como Língua Portuguesa, Língua e Literatura Latina, Literatura Brasileira, Literatura Ocidental e Introdução aos estudos literários. Atualmente é professor de Inglês nível II do Quadro do Magistério da SEED/PR (Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2012)) e autor do livro "História e representação do protestantismo na Literatura Brasileira contemporânea". CV: http://lattes. cnpq.br/5719819132880901

Ricardo Stavola Cavaliere é graduado e licenciado em Letras (1975) e graduado em Direito (1996), ambos os cursos cumpridos na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Obteve o título de mestre em Língua Portuguesa (1990) e de doutor em Língua Portuguesa (1997) pela mesma universidade. Cumpriu estágio de pós-doutorado em História da Gramática no Brasil (2005), na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob supervisão do Prof. Dr. Evanildo Bechara. Atualmente é professor aposentado da Universidade Federal Fluminense, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, membro da Academia Brasileira de Filologia, membro do Conselho Editorial da Editora Lexikon, da Editora Lucerna, da Revista Todas as Letras, diretor da Revista Confluência, conselheiro do Real Gabinete

Português de Leitura e conselheiro do Liceu Literário Português. É membro de associações nacionais e internacionais em sua área de investigação, entre elas a Société de Linguistique Romane, a Henry Sweet Society for the History of Linguistic Ideas e a Associação Brasileira de Linguística. Tem experiência na área de Letras e Linguística, com ênfase em descrição do português e na historiografia dos estudos gramaticais. É autor de mais de uma centena de trabalhos acadêmicos em sua especialidade, entre eles Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira (2000), Pontos essenciais em fonética e fonologia (2005), Palavras denotativas e termos afins: uma visão argumentativa (2009) e A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros (2014). Dentre os prêmios obtidos, destacam-se a Medalha do Mérito Filológico da Academia Brasileira de Filologia (2018) e o Prêmio Celso Cunha da União Brasileira de Escritores (2015). CV: http://lattes.cnpq.br/9314426952196982

Terezinha Maria da Fonseca Passos Bittencourt. Possui graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro(1977), graduação em Direito pela Universidade Estácio de Sá(1977), especialização em Letras pela Universidade Federal Fluminense(1984), mestrado em Letras pela Universidade Federal Fluminense(1988) e doutorado em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela Universidade de São Paulo(1999). Atualmente é professor titular da Universidade Federal Fluminense e do Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa. CV: http://lattes.cnpq.br/3896981631565147